

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto René Rachou
Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva

MULHERES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
RURAIS SEM TERRA NO VALE DO RIO DOCE - SAÚDE POPULAR E
EMANCIPAÇÃO FEMININA: TECENDO MEMÓRIAS E AMPLIANDO SABERES

por
Cibele Lima dos Santos

Belo Horizonte
2023

Tese DSC – IRR

C. L. SANTOS

2023

CIBELE LIMA DOS SANTOS

**MULHERES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
RURAS SEM TERRA NO VALE DO RIO DOCE – SAÚDE POPULAR E
EMANCIPAÇÃO FEMININA: TECENDO MEMÓRIAS E AMPLIANDO SABERES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva – Área de Concentração Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde

Orientação: Dra. Denise Nacif Pimenta
Coorientação: Dra. Polyana Aparecida Valente

Belo Horizonte

2023

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Catálogo-na-fonte
Rede de Bibliotecas da FIOCRUZ
Biblioteca do IRR
CRB 6 3740

S331m Santos, Cibele Lima dos.
2023

Mulheres do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra no Vale do Rio Doce – saúde popular e emancipação feminina: tecendo memórias e ampliando saberes. / Cibele Lima dos Santos. – Belo Horizonte, 2023

XIX, 189 f., il.; 210 x 297mm.

Bibliografia: f. 172-180

Tese (Doutorado) – Tese para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós - Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou. Área de concentração: Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde.

1. medicina popular. 2. assentamento rural/microregião de Governador Valadares. 3. pesquisa empírica. I. Título. II. Pimenta, Denise Nacif (Orientação). III. Valente, Polyana Aparecida (Coorientação).

CDD – 22. ed. – 305.26

CIBELE LIMA DOS SANTOS

**MULHERES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS
RURAIS SEM TERRA NO VALE DO RIO DOCE – SAÚDE POPULAR E
EMANCIPAÇÃO FEMININA: TECENDO MEMÓRIAS E AMPLIANDO SABERES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto René Rachou, como requisito para obtenção do título de Doutora em Saúde Coletiva – Área de Concentração Políticas Públicas, Programas e Serviços de Saúde

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Polyana Aparecida Valente – IRR/FIOCRUZ MINAS - Presidente

Prof. Dra. Celina Maria Modena – IRR/FIOCRUZ MINAS - Titular

Prof. Dra. Paloma Ferreira Coelho Silva – IRR/FIOCRUZ MINAS - Titular

Prof. Dra. Maria Teresinha Bretas Vilarino – UNIVALE - Titular

Bráulio Silva Chaves – CEFET-MG - Titular

Prof. Dra. Flora Rodrigues Gonçalves – IRR/FIOCRUZ MINAS - Suplente

Tese defendida e aprovada em Belo Horizonte aos 24 de Julho de 2023

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES). Meu agradecimento à essa instituição, por conceder a bolsa de estudo que viabilizou a realização desta pesquisa. Ao defender esta tese, no ano de 2023, defendo também a esperança renovada de que outras pessoas poderão se beneficiar de seus resultados e o desejo de que a produção da ciência e do conhecimento permaneça viva no Brasil. Levo a certeza de que obscurantistas tentaram matar as ciências, mas não conseguiram.

Agradeço ao Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), que, antes do advento da pandemia, me proporcionou muitas alegrias presenciais, como a vivência da sala de aula na Escola de Saúde Pública, sempre limpa e bem cuidada; os professores e suas interações com os alunos; os funcionários, sempre solícitos às nossas dúvidas, em especial a Patrícia Parreiras, sempre disposta a esclarecer e responder prontamente às nossas questões. Agradeço também ao René Rachou por, já no período de pandemia, ter feito de tudo para que nos sentíssemos bem, incluindo o Projeto Cuidar¹.

Agradeço ao meu pai e à minha mãe (*in memoriam*). Não tenho como mensurar a importância de ambos nesse momento. Obrigada pela doação de sempre. Agradeço também às minhas irmãs e irmão, tão incentivadores como nossos pais. Obrigada por não me deixarem parar. Que nossos sobrinhos, crescidos e crianças, possam escolher os caminhos que os façam felizes.

Agradeço ao Eliezer, que esteve a meu lado, do seu jeito, e sempre que pôde.

Agradeço à Denise Pimenta, por ter me recebido à época do processo seletivo, e à Polyana Valente, com carinho muito especial, por ter me acompanhado nesse processo.

Agradeço pelas oportunidades com as quais a vida vem me brindando, em especial por poder conhecer novas pessoas. Nessa trajetória de quatro anos, destaco: Iara Veloso, Laís Patrocínio, Maria Teresa, Mariana Santos, Marcela Lima, Marcela Quaresma, Nathalia Lopes, Natália Ornuzik, Marta Dias e Beatriz Oliveira. Vocês se tornaram a poesia de minha vida. O alicerce acadêmico onde pude chorar, rir e desabafar.

¹ Projeto de cuidado psicológico e físico oferecido pelo IRR.

Agradeço ao Instituto Kairós, nas pessoas de Bruno Albertini (amigo filósofo, que me ajudou a organizar as entrelinhas dos meus pensamentos filosóficos nem sempre coerentes), Audirene, sempre me admirando, e Marcela, amiga/irmã que me incentivou desde o início a tentar o doutorado.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) e ao Setor de Saúde. Obrigada pela acolhida, pelos ensinamentos, momentos de reuniões, encontros, trabalho (muito) e sorrisos. Vocês são muito alegres e me fizeram entender que a alegria é provedora e faz parte da promoção da saúde. Salve a luta pela Terra!

Enfim, embora a ordem aqui não meça a importância de cada pessoa, dedico a elas, em caixa alta, o meu MUITO OBRIGADA: Terezinha Sabino, Marlene Rocha, Maria Medeiros, Dona Zilda, Zenilda Sônia, Dilma Edna (FIA) e Lucinha Martins, por terem aberto a casa de vocês para tornar esta pesquisa possível. Vida longa às práticas populares de saúde e à ancestralidade. Vocês fizeram e fazem a diferença na minha vida.

Nós escolhemos umas às outras e o limite das batalhas de umas as outras. A guerra é a mesma, se perdermos, um dia o sangue das mulheres irá coagular sobre um planeta morto. Se vencermos, não há como saber. Buscamos além da história por um novo e mais possível encontro.
(LORDE, 2019, p. 248)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender e analisar as práticas populares de saúde no cotidiano de mulheres dos assentamentos e acampamentos do MST situados nos municípios de Governador Valadares, Tumiritinga, Matias Lobato, Jampruca e Campanaro. E desdobrou-se em três objetivos específicos: a) a reconstituição da memória e delineamento coletivo de uma narrativa de História Oral de vida das mulheres assentadas e acampadas da região de estudo; b) o mapeamento dos saberes e práticas de saúde da população assentada e acampada do Vale do Rio Doce e c) a construção de um acervo de depoimentos orais sobre a vida das mulheres envolvidas na luta pela terra na região. A hipótese que delineou o trabalho foi a de que são as mulheres as protagonistas da saúde desenvolvida no MST. Metodologicamente, o trabalho se desenvolveu à luz da pesquisa qualitativa, da História Oral, da História Oral de Vida e da História das Mulheres. Além disso, lançou mão da Observação Participante, realizando visitas e encontros nos espaços e territórios pesquisados, entre os anos de 2021 e 2023. Nesse período, foram entrevistadas sete mulheres, por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado. As entrevistas foram gravadas, em sua maior parte, em aparelho celular e foram realizados registros fotográficos, mediante autorização. Ao longo da pesquisa, foi possível presenciar e participar de oficinas de saúde popular realizadas nos Encontros regional e local do MST e em outros eventos, como feiras e reuniões, internas e externas ao Movimento. Foi possível perceber que as práticas populares de saúde elevam o nível de participação das mulheres nos seguimentos de saúde e luta pela terra, permitindo sua emancipação² no interior do Movimento, em que ocupam espaços de liderança e de tomada de decisão. Como achados, podemos apontar que a participação da mulher no Setor de Saúde do Movimento é preponderante. Além disso, as práticas populares de saúde ocupam espaço considerável no MST, sendo indispensáveis ao cotidiano da população assentada e acampada, por fazer parte da luta desde o primeiro momento em que se organiza a ocupação de um latifúndio. A luta pela terra se conforma em um lugar de disputa em que a saúde da militância

²Na perspectiva marxista, a emancipação humana acontece quando o indivíduo ou coletivo cria consciência política e social, o que é possível a partir da concepção de visão de mundo que o indivíduo acolhe para si e para o coletivo. Para Daros (2009), a emancipação humana dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, e que as mudanças tão almejadas só poderão existir a partir da revolução do proletário. Para que isso aconteça, a primeira providência a se tomar é trabalhar a consciência enquanto espaço de elevação da cultura de superação do senso comum e de formação de homens capazes de uma compreensão homogênea das várias dimensões da sociedade. Para as mulheres investigadas nessa pesquisa, trabalhar a saúde da classe trabalhadora no viés não hegemônico só é possível porque na trajetória de luta, tal consciência foi se formando e transformando sua visão de mundo acerca da saúde e do todo da sociedade. No decorrer do texto, será possível verificar a importância da formação na empreitada da luta pela terra.

é matéria de primeira necessidade, tendo em vista as violências sofridas nos processos de ocupação de terras. Percebemos, ainda, que o cuidado e a divisão sexual do trabalho são fatores que influenciam diretamente a narrativa da mulher assentada e acampada do Vale do Rio Doce, e que, embora o cuidado seja visto como função feminina, trata-se de um papel político e emancipatório da mulher no interior do Movimento. Por fim, embora a mulher assentada e acampada tenha avançado muito na luta por direitos sociais e na luta pela terra, o machismo ainda é um forte marcador em diversas instâncias do Movimento, o que as faz fortalecer discussões, formações e encontros a fim de serem também protagonistas desse Movimento que visa não apenas a conquista da terra, mas, sobretudo, a transformação humana e social.

Palavras chaves: Práticas Populares de Saúde; luta pela terra; Emancipação feminina.

ABSTRACT

The general objective of this research was to understand and analyze the popular health practices in the daily lives of women from MST settlements and camps located in the municipalities of Governador Valadares, Tumiritinga, Matias Lobato, Jampruca and Campanaro. It unfolded in three specific objectives: a) the reconstitution of memory and collective delineation of a narrative of oral history of the lives of women settlers and campers of the study region; b) the mapping of the knowledge and health practices of the population of settlers and campers of the Vale do Rio Doce and c) the construction of a collection of oral testimonials about the lives of women involved in the struggle for land in the region. The hypothesis that outlined the work was that women are the protagonists of the health developed in the MST. Methodologically, the work was developed in the light of qualitative research, Oral History, Oral History of Life and Women's History. In addition, it used participant observation, with visits and meetings in the spaces and territories researched, between the years 2021 and 2023. During this period, seven women were interviewed, using a semi-structured interview script. The interviews were recorded, mostly on cell phones, and photographic records were made upon authorization. Throughout the research, it was possible to attend and participate in popular health workshops held in the regional and local MST meetings and in other events, such as fairs and meetings, internal and external to the Movement. It was possible to see that popular health practices increase the level of participation of women in the health and land struggle movements, allowing their emancipation within the Movement, where they occupy leadership and decision making spaces. As findings, we can point out that the participation of women in the Movement's Health Sector is preponderant. Moreover, popular health practices occupy a considerable space within the MST, and are indispensable to the daily life of the settled and camped population, since they are part of the struggle from the first moment they occupy a latifundium. The struggle for land is a place of dispute in which the health of the militants is a matter of prime necessity, in view of the violence suffered in the processes of land occupation. We also noticed that care and the sexual division of labor are factors that directly influence the narrative of the women settlers and campers of the Vale do Rio Doce and that, although care is seen as a feminine function, it is a political and emancipatory role for women within the Movement. Finally, although the women settlers and campers have advanced a lot in the struggle for social rights and for land, male chauvinism is still a strong mark in several instances of the Movement, which makes them strengthen discussions, training and meetings

in order to also be protagonists of this Movement that aims not only at the conquest of land, but above all, at human and social transformation

Keywords: popular health practices; fight for land; female emancipation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Manifesto das Mulheres Sem Terra, apresentado no final do I Encontro Nacional de Mulheres do MST, em 2020	20
FIGURA 2. O Vale do Rio Doce.....	33
FIGURA 3. Assentamentos da Região do Vale do Rio Doce (Oziel Alves Pereira, Ulisses de Oliveira, Egídio Bruneto e Maria da Penha)	34
FIGURA 4. Assentamento da Região do Vale do Rio Doce (Assentamento Primeiro de Junho)	34
FIGURA 5. Material sobre saúde produzido pelo MST.....	41
FIGURA 6. Entrada do Assentamento Oziel Alves Pereira	69
FIGURA 7. Escola Integrada do assentamento	69
FIGURA 8. Vista área do assentamento Oziel Alves Pereira	70
FIGURA 9. Centro de Formação Francisca Veras	70
FIGURA 10. Igreja Católica do assentamento	71
FIGURA 11. Entrada assentamento 1º de junho	72
FIGURA 12. Posto de saúde Primeiro de Junho	73
FIGURA 13. Escola Estadual Primeiro de Junho.....	73
FIGURA 14. Oficina de Saúde Popular – Assentamento Oziel Alves Pereira – dezembro 2021	77
FIGURA 15. Nuvem de palavras engajamento	88
FIGURA 16. Nuvem de palavras sentido de ser mulher em luta pela terra	90
FIGURA 17. Mapa do município de origem da entrevistada.....	99
FIGURA 18. Mapa do município de origem das entrevistadas.....	100
FIGURA 19. Jornada das mulheres, Governador Valadares, março de 2021.....	109
FIGURA 20. Consultório improvisado no acampamento Pátria Livre (enchente de janeiro de 2022).....	111
FIGURA 21. Reunião intersetorial Movimento Sem Terra - Setor Saúde (dezembro de 2021).....	112
FIGURA 22. Encontro do Movimento dos Atingidos por Barragens - Setor Saúde (março de 2022).....	113
FIGURA 23. Festival de Cultura e Feira Estadual da Reforma Agrária - Setor Saúde (maio de 2022).....	113
FIGURA 24. IV Feira Nacional da Reforma Agrária - Setor Saúde Nacional (maio de 2023).....	114

FIGURA 25. Espaço Saúde – Festival de Cultura e Feira da Reforma Agrária (maio de 2022).....	115
FIGURA 26. atendimentos realizados pelo Setor – Feira da Reforma Agrária (maio de 2022).....	116
FIGURA 27. atendimentos realizados no seminário do Movimento dos Atingidos por Barragens, Govenador Valadares – MG (março de 2022).....	117

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Idade das entrevistadas	79
GRÁFICO 2. Tempo de inserção na luta	79
GRÁFICO 3. Religião das entrevistadas.....	86
GRÁFICO 4. Sentido de ser mulher na luta pela terra.....	89
GRÁFICO 5. Escolaridade das entrevistadas	91
GRÁFICO 6. Identidade étnico-racial das entrevistadas	96
GRÁFICO 7. Estado civil das entrevistadas	98
GRÁFICO 8. Situação domiciliar das entrevistadas.....	98
GRÁFICO 9. Número de filhos das entrevistadas	99
GRÁFICO 10. Relação entre a figura da mulher e o cuidado.....	107

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Assentamentos e Acampamento da Reforma Agrária no Vale do Rio Doce	35
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
CAT	Centro Agroecológico Tamanduá
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CENIBRA	Celulose Nipo Brasileira
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
ESP-MG	Escola de Saúde Pública de Minas Gerais
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
MMA	Movimento de Mulheres Agrárias
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEEPES	Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIN	Política de Integração Nacional
PNRA	Política Nacional de Reforma Agrária
PNSPCF	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
SUDAM	Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNIVALE	Universidade do Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	20
2 OBJETIVOS	24
2.1. Objetivo Geral:	24
2.2. Objetivos Específicos:	24
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	25
3.1. Breve histórico da luta pela terra no Brasil	25
3.3. O MST no Vale do Rio Doce	31
3.3. O Setor de Saúde no Movimento dos Trabalhadores Rrais Sem Terra	38
3.4. A mulher na luta pela terra no Brasil.....	43
3.5. A mulher rural e as práticas populares de saúde	49
3.6. A mulher rural os olhares sobre o cuidado e a divisão sexual do trabalho.....	54
4 PERCURSO METODOLÓGICO	62
4.1. Referencial teórico-metodológico	62
4.3. Descrição da área de estudo.....	67
4.4. O assentamento Oziel Alves Pereira	67
4.5. Assentamento Primeiro de Junho	71
4.6. Procedimentos e Fases da pesquisa	74
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	76
5.1. Sete mulheres – diversos perfis – uma mesma luta	78
5.2 A luta pela terra – uma pedagogia para além da educação formativa em espaços oficiais	90
5.3. A questão racial nos assentamentos e acampamentos – um marcador ainda fragilizado	94
5.4 A relação familiar – matrimônio e filhos: o que as mulheres não nos dizem.....	97
5.5. A mulher do Rio Doce e suas práticas de saúde: os saberes, o cuidado, a memória como prática de emancipação e autonomia humana	104
5.6. As Práticas Populares de Saúde no Vale do Rio Doce - Mulheres em Movimento	110
6 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS	119
6.1 - O protagonismo das mulheres do movimento Sem Terra no Vale do Rio Doce – MG: uma abordagem qualitativa sobre as práticas populares de saúde.....	119
6.2 Educação do Campo e Saúde: análise de materiais didáticos produzidos pelo setor Saúde do Movimento Sem Terra	146
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
ANEXOS	181
Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)/Autorização de uso de imagem e voz.....	181

Anexo II - Roteiro para entrevistas com as mulheres dos assentamentos e acampamento	184
Anexo III - Parecer Consubstanciado Comitê de Ética em Pesquisa	185

APRESENTAÇÃO

Sou Cibele Lima dos Santos e a escolha por me inserir na continuidade da vida acadêmica parte do momento em que optei por estudar História, disciplina que sempre me entusiasmou, desde os idos da educação básica e do ensino médio, fosse pelos conteúdos ministrados, que a mim eram muito caros, fosse pelos profissionais comprometidos com a educação pública. Profissionais que, sem dúvidas, me influenciaram a optar pela faculdade de História, no ensino superior, mesmo que essa viesse a ser cursada algum tempo após a conclusão do ensino médio.

O desejo por trabalhar com comunidades do campo ou rurais, por sua vez, partiu dos estudos de História do Brasil. Existia uma inquietação que sempre me conclamava a conhecer realidades fora do meu lugar comum. E assim eu fazia. Todas as vezes que aparecia uma oportunidade de deslocar do urbano para o rural, lá estava eu, impulsionada pelo anseio por matar minha curiosidade e conhecer modos de vida que não faziam parte de meu cotidiano.

Após anos me dedicando aos serviços burocráticos em agências de publicidade, e há alguns anos afastada da vida acadêmica, no ano de 2013, por desejar retomar os estudos, optei por fazer novo vestibular e cursar Tecnologia em Processos Gerenciais, com ênfase no Terceiro Setor. Meses depois, ali estava eu, aos 40 anos de idade, ingressando na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), local em que fui surpreendida com novas oportunidades de trabalho e estudo.

No ano de 2014, me encorajei e me desliguei do serviço burocrático, com o objetivo de trabalhar com a educação, área em que havia me formado e pouco atuado. Entretanto, os ventos mudaram e, no mesmo ano, ingressei em uma Organização não Governamental (ONG), situada no município de Nova Lima. O território, São Sebastião das Águas Claras, mais conhecido como Macacos. Esse foi o primeiro passo para que eu pudesse me aproximar, com maior frequência, de comunidades rurais. Eram 90 quilômetros de deslocamento diários, entretanto, muito mais “quilômetros” de conhecimento acumulado, que guardo comigo até os dias de hoje.

A experiência de trabalhar em uma ONG que movimentava uma pluralidade de projetos me aguçou a pesquisar sobre cultura popular e benzedeiças naquele território, visto que um dos projetos em execução se aproximava dessa temática. Assim, com o apoio da gestão da ONG e do querido Dr. Wellington de Oliveira, fui cursar o mestrado em Ensino e Saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Com a

temática sobre Benzedadeiras e Farmácia Viva (projeto de plantas medicinais e fitoterápicos em parceria com a Prefeitura de Nova Lima e o Instituto Kairós), me aproximei da comunidade e da temática da saúde.

No ano de 2017, defendi a dissertação de mestrado e não desejei interromper os estudos. A paixão pelos modos de vida em comunidade aumentou e, somado a isso, o interesse pelo campo da saúde, em especial o das práticas de saúde não convencionais, no ano de 2018, me levaram a uma aproximação com a Fundação Oswaldo Cruz – Minas, tendo como objetivo o ingresso no doutorado, que, entre disciplinas isoladas e busca por orientação, deu certo.

No ano de 2019, iniciou-se uma nova trajetória que em muito viria a interferir na pessoa da Cibele. O desafio foi trabalhar com as práticas populares de saúde em assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária, extensão do projeto *Memórias Brasileiras*, à época em andamento e em parceria entre a Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE) e Fiocruz Minas. Dessa forma, aceitei o desafio, prestei o processo seletivo e iniciei o doutorado.

Para chegar ao momento atual, de defesa de uma tese sobre saúde popular e mulheres rurais, desafios e sonhos foram postos, amizades foram feitas, trocas e saberes se fizeram presentes. As disciplinas ofertadas pela Fiocruz Minas e UFMG alargaram o campo de conhecimento e de reconhecimento das populações e do território, através da teoria. Os congressos e seminários³ apontaram críticas construtivas e trouxeram encantamento pelo tema. Uma disciplina de verão, cursada na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), sinalizou uma oportunidade de mobilidade acadêmica, que, contudo, foi adiada pelo cenário pandêmico. O curso de teoria política latino-americana na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), me fez ter a certeza de que eu estava no caminho certo e de que o conhecimento transforma.

O ponto alto da trajetória, até aqui, foi a oportunidade de participar do *I Encontro Nacional de Mulheres do MST*, ocorrido em Brasília, em março de 2020⁴. Esse momento único me trouxe a dimensão da fortaleza das mulheres que vivem no meio rural e que lutam pela terra. Lá, aprendi que somos muitas e que lugar de mulher é, de fato, onde ela quer e

³ Do ingresso no doutorado até os dias de hoje, foram produzidos e aceitos materiais para os eventos: 8º Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade (ESOCITE); 8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (ABRASCO); VII Colóquio de História das Doenças – Universidade Federal do Espírito Santo. Além da participação em cursos como Plantas e História: conhecimento, usos e circulação na Casa de Oswaldo Cruz e Curso Internacional Saúde Coletiva em Diálogos com as Epistemologias do Sul – ministrado na Escola Nacional de Saúde Pública, entre outros.

⁴ Link do Evento: <https://mst.org.br/tag/encontro-nacional-de-mulheres-sem-terra/>.

precisa estar. E pude me aproximar mais das práticas populares de saúde cravadas em saberes que passam de geração em geração, e é por essas mulheres, e por seu reconhecimento, que me coloco nesta pesquisa.

FIGURA 1. Manifesto das Mulheres Sem Terra, apresentado no final do *I Encontro Nacional de Mulheres do MST*, em 2020



Fonte: Matheus Alves⁵.

O encontro, ancorado no tema *Mulheres em luta, semeando resistência*, revelou a pluralidade das agendas e reivindicações das mulheres do Movimento, tais como: crítica ao capital, agroecologia, condições da mulher do campo, feminismo camponês/popular, maternidade das sem-terra, solidariedade e saúde. No que tange à saúde, em específico, destacamos as interlocuções com o campo da Saúde Coletiva e das práticas de cuidado das mulheres sem-terra, o que revelou que a inserção dessas mulheres na vida política se inicia nas discussões sobre saúde. Essas mulheres compreendem que o cuidado é um fio da saúde, e que está intimamente associado às questões culturais da sociedade, pois

a saúde não é um campo neutro, mas sim um lugar de disputa política, que emerge de demandas como o combate ao uso de agrotóxicos, a luta contra a perda de soberania dos povos das sementes crioulas, as disputas de territórios pelos povos e comunidades tradicionais e, finalmente, a correlação de forças em torno do complexo modelo médico-industrial e farmacêutico. (ESP, 2018, p. 16)

⁵ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contr-o-capital/>

Assim, a experiência no *I Encontro Nacional de Mulheres do MST*, aumentou o desejo e apontou para a necessidade de participação e engajamento junto aos movimentos endossados pelas mulheres, sobretudo no campo da saúde.

Por fim, com a pandemia, algumas dificuldades atravessaram o caminho, sobretudo com relação à metodologia do trabalho de campo. Apesar disso, logo que possível, lá estava eu, sendo prontamente acolhida pelas mulheres terapeutas do Rio Doce. De dezembro de 2021 até o encerramento das atividades desta tese, minhas visitas não cessaram e o conhecimento e admiração que nutro em relação à luta pela terra e à força das mulheres só cresceu. É nessa atmosfera que chego à defesa deste trabalho, que não considero o final, mas sim um perene começo, imbuído pela consciência de sempre haver algo mais a se fazer. É para as mulheres do MST do Vale do Rio Doce e para todas as mulheres do Brasil, em especial as mulheres das águas, do campo e da floresta, que eu dedico esta apresentação, com a certeza de que estamos trilhando o lado humano da história.

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

As práticas populares de saúde – desempenhadas, em grande parte, por mulheres – têm importante função social no cotidiano das pessoas que vivem no meio rural, especialmente, na condição de assentados e acampados da Reforma Agrária, pois é a elas que essa população recorre primeiramente para socorrer os males imediatos e violentos oriundos da resistência dos movimentos populares. Simultaneamente, tais práticas ressignificam a vida das mulheres rurais, pois as colocam como referência nos cuidados com a saúde da comunidade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu documento *Estratégias sobre medicina tradicional* (2002-2005) (OMS, 2002), constatou que práticas não convencionais de saúde – tais como acupuntura, fitoterapia, homeopatia e técnicas manuais de cura – ganharam espaço, de modo complementar às terapias da medicina biomédica-hospitalocêntrica. Embora tal constatação pareça uma novidade, observa-se que: “desde tempos remotos, as sociedades humanas acumulam informações e experiências sobre o ambiente que as cerca para com ele interagir e prover suas necessidades de sobrevivência, inclusive processos de cura” (Rangel; Brangança, 2009, p. 364).

Conforme Alvim *et al.* (2004), o cuidado com a saúde, desde tempos antigos, era desenvolvido por mulheres, cujo conhecimento se adquiria no seio familiar e estava isento de prestígio e poder social. Nesse processo, observa-se uma estreita relação entre as mulheres e as plantas, pois seu uso era o principal recurso terapêutico para tratar a saúde das pessoas e de suas famílias (Badke *et al.*, 2012).

Em áreas rurais e em comunidades tradicionais, as práticas populares de saúde são frequentemente e mesmo preferencialmente utilizadas pela população, uma vez que se encontram ancoradas no saber que é passado de geração a geração, além de serem acessadas com maior facilidade, visto a disponibilidade de pessoas que as praticam, bem como, os insumos que são encontrados na natureza. No caso do MST, observa-se que práticas populares de cura estão muito vivas nos assentamentos e acampamentos e, de maneira geral, integram o ideal da Reforma Agrária Popular, pautada na relação humana com a natureza e no respeito a seus antecedentes.

A história de formação e constituição dos movimentos sociais no Brasil pode ser definida pela difusão de ações sociais coletivas que, em seu caráter sociopolítico e cultural viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (Gohn, 2008, p. 335). Historicamente, nos processos de lutas e reivindicações sociais, muitas

mulheres lutaram lado a lado com os homens, na resistência à escravidão e na organização dos quilombos, nas lutas pela terra e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais (Araújo, 2005), fortalecendo e fazendo-se necessário demarcar sua presença nos movimentos populares, uma vez que se percebe a urgência de garantir visibilidade a suas histórias e ações.

Visto isso – embora em uma iniciativa tímida, sobretudo para um Movimento recém (re)constituído –, o MST, no ano de 1989, buscando introduzir as mulheres no escopo de seus princípios e tomando por base seu documento de *Normas Gerais*, inseriu um capítulo que trata da “articulação das mulheres” dentro da organização. Esse documento registra, portanto, a necessidade da participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade do Movimento e busca

combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, de lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras; estimular a organização de comissões de mulheres em todos os espaços de atuação do Movimento; formar a nível nacional uma equipe de mulheres para pensar e propor políticas específicas para a organização das mulheres sem-terra e elaborar materiais e publicações para orientar o trabalho específico das mulheres do movimento. (MST, 1989, *s.p*)

Observamos que, desde os primeiros anos de constituição do MST, as questões de gênero, sobretudo no que diz respeito às mulheres, se fazem presentes. Tais questões têm, portanto, uma história, que é marcada por muitas transformações ao longo do percurso da organização, inclusive por questões conceituais, como o deslocamento do foco das discussões sobre a mulher para as teorias acerca das relações de gênero. O referido documento, inclusive, não só inclui um capítulo sobre a articulação das mulheres, mas destaca a luta contra as formas de discriminação e racismo, e chama a atenção para a necessidade de organização de uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas pelo Movimento (Gonçalves, 2009).

No ano de 1990, teve início a criação do Coletivo Nacional das Mulheres do MST, espaço em que a invisibilidade da participação feminina passou a ser objeto de debates e resoluções. No artigo 45 do documento básico do MST, de 1993, por exemplo, é destacada a necessidade de considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das tomadas de decisões, bem como o estímulo à sua participação no trabalho produtivo (Gonçalves, 2009).

Durante toda a década de 1990, o Coletivo organizou encontros e cartilhas abordando a questão da mulher no MST. Já nos anos 2000, o Coletivo passou por duas mudanças:

primeiro, passou a se chamar Coletivo Nacional de Gênero e, posteriormente, Setor de Gênero. A mudança conceitual representa o entendimento de que a categoria de gênero seria mais abrangente e configura-se como uma tentativa de diálogo com os homens. Para Bogo (2003), a alteração para gênero impulsiona uma “revolução cultural”, ao mesmo tempo em que propõe mudanças de hábitos, costumes, tradições e formas de pensar e agir, tornando-se uma questão política.

Dessa forma, o Setor de Gênero tem por relevo a discussão e a desconstrução das estruturas patriarcais que permeiam o universo social e que também atinge os movimentos sociais. Assim, as mulheres gradativamente constroem uma história de resistência e liderança dentro do MST, e sua participação se torna efetiva nas tomadas de decisões, uma vez que estão presentes em todos os setores estratégicos do Movimento, seja na educação, no trabalho de base, na frente de massa, nas questões de gênero, na saúde ou na esfera administrativa. Apesar disso, essa história ainda é negligenciada pela historiografia, uma vez que só recentemente passaram a ser produzidos estudos que exploram a questão das mulheres no MST.

Assim, visando contribuir para a historiografia sobre o tema, este trabalho se justifica pela urgência em contar a história da atuação de mulheres no MST e nas práticas populares de saúde. Além disso, pela importância de se estender o debate sobre a emancipação das mulheres, entendendo que a luta pela terra é apenas uma, entre outras tantas, dentro do Movimento. Desse modo, pretendemos reconstituir as memórias e narrativas sobre a vida das mulheres assentadas e acampadas da região de estudo, assim como sua relação com as práticas de saúde desenvolvidas no espaço do Movimento. Para tanto, a abordagem qualitativa e a História Oral foram as âncoras para o desenvolvimento da pesquisa, compreendendo que discutir o tema da atuação das mulheres no campo da saúde, nos contextos dos acampamentos e assentamentos do MST, além de se conformar em um ato político e emancipatório, é também discutir a democracia brasileira, em seus mais variados aspectos. A hipótese que delineou o trabalho foi a de que são as mulheres as protagonistas da saúde desenvolvida no MST.

Como objetivo geral, buscamos compreender e analisar as práticas de saúde popular no cotidiano de mulheres dos assentamentos e acampamentos do MST situados no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. As perguntas que nortearam a pesquisa foram: Quem são as mulheres assentadas do Vale do Rio Doce? Como se apropriam dos conhecimentos e cuidado das suas comunidades? Como se dá o processo de construção da memória sobre esses saberes

e práticas? A pesquisa foi desenvolvida com as mulheres do acampamento Maria da Penha, localizado no município de Matias Lobato, e os assentamentos Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares, 1º de junho, em Tumiritinga, Ulisses de Oliveira, em Jampruca, e Egídio Bruneto, em Campanaro.

O presente trabalho está dividido em seis partes: a) Introdução, que apresenta um panorama do conteúdo, justificativa e a problemática aqui desenvolvidos; b) em que são situados os Objetivos da pesquisa; c) a Revisão da Literatura, que sumariza a fundamentação teórica que forneceu suporte para circunscrever o contexto desta pesquisa; d) Percorso Metodológico, através do qual detalhamos a metodologia recorrida; e) Resultados e Discussões, que expõe a reflexão acerca dos resultados alcançados e, por fim, f) as Considerações Finais.

A seção de Revisão da Literatura, vale comentar, está dividida em seis tópicos. No primeiro, enfatizamos o percurso da Reforma Agrária até chegarmos à proposta de uma Reforma Agrária Popular, um novo modelo de distribuição e relação com as terras improdutivas. A segunda parte delinea brevemente a história do MST no Vale do Rio Doce. Na sequência, é traçado um panorama da função do Setor de Saúde, organizado pelo MST. Na quarta parte, discorremos sobre *gênero e gênero no campo*, histórias de mulheres que se cruzam nos diferentes espaços de vivência. Posteriormente, há uma problematização sobre os saberes, a memória e as práticas populares de saúde desenvolvidas por mulheres no meio rural. E, por fim, colocamos em evidência a temática sobre o cuidado e a divisão sexual do trabalho, temas caros à militância dos setores de Gênero e de Saúde do Movimento.

2 OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral:

Compreender e analisar as práticas de saúde no cotidiano de mulheres dos assentamentos e acampamentos do MST nos municípios de Governador Valadares, Tumiritinga, Matias Lobato, Jampruca e Campanaro.

2.2. Objetivos Específicos:

- Reconstituir a memória e delinear, coletivamente, uma narrativa de História Oral de vida das mulheres assentadas e acampadas na região de estudo;
- Mapear os saberes e as práticas de saúde da comunidade dos assentados e acampados do Médio Rio Doce;
- Construir um acervo de depoimentos orais sobre a vida de mulheres envolvidas em movimentos sociais de luta pela terra na região de estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Breve histórico da luta pela terra no Brasil

A trajetória da luta pela terra no Brasil, histórica e estrategicamente, se deu a partir de tensionamentos e conflitos em que a classe trabalhadora se encontrava constantemente ameaçada, quando não escravizada, em razão da necessidade de acessar precariamente uma estrutura de vida nas grandes fazendas de domínio predominantemente oligárquico – legado já bem delineado desde o período colonial brasileiro e que permanece, até os dias de hoje, no Brasil republicano/democrático. Isto porque, como ressalta Holanda (2008, p. 73), “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos [...], e se essa não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi sem dúvida, uma civilização de raízes rurais”.

Tal legado refere-se à dinâmica de terras colonial, reconhecida pela distribuição em capitâneas hereditárias, seguida pela ação de grupos dominantes, que as herdaram de maneira desigual e obscura, de modo que o Brasil se constituiu de forma lenta, demarcado por interesses, relações de compadrio e atrasos, constituindo, assim:

Um modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sagrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade. O que houve e o que há é uma massa de trabalhadores explorada, humilhada e ofendida por uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação da manutenção de seu próprio projeto de prosperidade sempre pronta para esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente. (Ribeiro, 1995, p. 452)

Nesse sentido, a má distribuição de terras e riquezas brasileiras, herança perversa da colonização portuguesa, atualizada por políticas públicas e “projetos de brasis” que se seguiram, culmina, dando um salto histórico, no que se convencionou designar por movimentos de luta pela terra. No Brasil do século XX, destacam-se as lutas e revoltas populares em busca do direito à terra, sendo as mais recentes: as Ligas Camponesas, na década de 1950, e o Movimento dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), na década de 1980.

As Ligas Camponesas têm sua gênese calcada no sudeste e nordeste do Brasil entre os anos de 1948-1954 e, mais fortemente no nordeste brasileiro, no período de 1955 até 1964, ano em que os militares tomaram de assalto o poder, depondo João Goulart do cargo de Presidente do Brasil, instaurando uma longa e perversa ditadura militar.

Nesse contexto, as Ligas Camponesas exerceram um papel importante na história agrária brasileira. Organizada e com participação massiva em algumas regiões, o movimento resistiu, por algum tempo, aos ataques militares, atuando, através de sindicatos e associações e, posteriormente, na clandestinidade, fato expresso por Moraes:

as Ligas Camponesas, a partir de seu ressurgimento em 1955, deixaram de ser organizações para se tornar um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com ampla repercussão nacional e internacional. Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. Foi, também, o movimento precursor, no Brasil, da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira. (Moraes, 2012, p. 71)

Embora tenham sido dizimadas em suas funções organizativas e de luta, devido à perseguição militar, as Ligas deixaram um grande legado para a continuidade e retomada da luta pela terra no país. Seguindo seu exemplo, diversos foram os movimentos que surgiram na esteira da reclamação por justiça social e terra⁶, uma vez que, “a ditadura empresarial-militar não apenas eliminou toda e qualquer forma de organização dos trabalhadores rurais, como deu continuidade na implementação de um projeto de modernização conservadora no campo” (MST, 2015, p. 28).

Perseguidos pelo Estado, a Igreja Católica foi apoiadora da causa em luta pela terra. Setores como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), constituídas pelo setor progressista da Igreja Católica, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tornaram-se importantes aliados, em oposição à situação crítica em que vivia a classe trabalhadora rural. Assim, “a articulação desses dois grupos, motivados pela Teologia da Libertação⁷ representou um fator fundamental de conscientização para a necessidade de organizar e lutar, e teve uma influência decisiva no caráter nacional da articulação das lutas” (MST, 2015, p. 29). Fernandes corrobora tal argumento e pondera que:

⁶ Os sindicatos rurais exerceram um papel fundamental na questão agrária do país. A exemplo, citamos a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Criada em 1963, foi a primeira entidade sindical rural no país a ser reconhecida legalmente, até os dias de hoje e exerceu um papel importante na luta dos povos camponeses. Tiveram perdas de líderes durante o período militar, mas o trabalho da entidade continua alinhado à proposta de uma Reforma Agrária justa e equitativa, de valorização do homem e da mulher do campo.

⁷ A Teologia da Libertação nasce na América Latina e no Brasil no final dos anos 1960. Elaborada por teólogos como Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez, Juan Luiz Segundo, Jon Sobrino e outros. Essa teologia se constitui como a primeira dos tempos modernos produzida na periferia da Igreja e comprometida de forma radical com os pobres e excluídos. Foram de grande importância para a sua gênese eventos gerais da Igreja Católica como o Concílio Vaticano II (1962-1965) e, na América Latina, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), que apontaram para uma modernização da Igreja, uma abertura sua para o social e, no nosso continente e país, a “opção preferencial pelos pobres” (Teixeira [2006] apud Camurça, 2013, p. 1).

Durante o período da ditadura militar, surgiu um fato inteiramente novo: o espaço de socialização política criado no processo de mudança no interior da Igreja Católica, a partir do final dos anos sessenta. Embora alguns setores da Igreja tenham se envolvido com o golpe de 64, apoiando-o, acreditando que o Estatuto da Terra quebraria as barreiras do latifúndio permitindo o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida no campo, esta expectativa logo foi abandonada. O que aconteceu de fato foi a implantação da grande empresa capitalista no campo. As mudanças que a Igreja esperava não eram as que o Estado implantava. O tipo de propriedade que o Estado defendia não era o tipo de propriedade que a Igreja estava defendendo. (Fernandes, 1998, p. 12)

Assim, com participação dos trabalhadores rurais e apoio de parte do clérigo católico, as primeiras ocupações de terra voltaram a acontecer, ainda durante a ditadura militar. Nos anos de 1979 e 1980, duas fazendas foram ocupadas no sul do país, e, em janeiro de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizou o primeiro *Encontro Nacional dos Sem Terra*, em Cascavel, no Paraná. Em seguida, no ano de 1985, o Movimento, realizou seu *1º Congresso Nacional*, em Curitiba, momento em que princípios e objetivos foram reforçados, na retomada da efetiva luta pela terra, pela transformação social e pela Reforma Agrária.

Desde então, o MST guarda, em suas marchas e ocupações, o histórico de resistência de lutas e ações que, ora são bem-sucedidas, ora não. Mesmo com esse histórico de ocupações incertas, o Movimento tem se aperfeiçoado e investido, ao longo dos anos, sobretudo na formação e trabalho de base junto à classe trabalhadora, tendo como motivações a conquista da terra e a permanência desta nela. Para além desse permanente trabalho de base, a Reforma Agrária Popular (RAP), que representa uma nova forma de pensar a condução da Reforma Agrária no país, reforça a necessidade de resistência nos campos de luta para fazer valer a função social da terra: dar vida às terras improdutivas, produzindo alimentação saudável e, especialmente, promovendo dignidade humana à classe trabalhadora e a sociedade em seu todo.

3.2 Reforma Agrária Popular – luta por pautas sociais no contexto de opressão brasileira

O modelo de Reforma Agrária conceituado como clássico sempre norteou os caminhos da distribuição de terras pelo Estado brasileiro. Nas palavras de Stédile (2012, p. 19), este é um modelo que se conforma através de “processos que estão integrados à

industrialização nacional e ao fomento de um mercado interno e foram implementados por governos da burguesia industrial”. Nesta esteira, Bandeira afirma que

o capitalismo, ao penetrar nos campos, provoca o fenômeno da concentração de riqueza, como ocorre na indústria. As grandes propriedades absorvem as pequenas e verifica-se a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, que não aguentam o peso dos impostos e das dívidas cobradas pelos capitalistas e latifundiários. (Bandeira [1968] *apud* Buzetto, 2015, p. 7)

No Brasil, a “modernização” do campo se deu através da chamada “Revolução Verde”, introduzida pelos militares entre as décadas de 1960 e 1970. Tal modelo de difusão de tecnologias agrícolas, também apontado como solução para acabar com a fome no mundo, especialmente em países menos desenvolvidos, como o Brasil, e a América Latina, de forma geral, se mostrou eficaz no aumento do rendimento financeiro dos grandes produtores e latifundiários, verdadeiros beneficiados por esse processo. Os pequenos agricultores, por sua vez, foram varridos das pequenas propriedades que os sustentavam, tornando-se cada vez mais dependentes dos subempregos e migrando para os grandes centros em busca de trabalho e melhores condições de vida. A Revolução Verde⁸, foi, portanto, mais um fator a contribuir para o crescimento da desigualdade social e da produção de alimentos que comprometem altamente a saúde da população. Para Ferraz,

além de não ter resolvido os problemas nutricional e da fome, a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária e a dependência de sementes, alterando a cultura dos pequenos proprietários que encontraram dificuldades para se inserir nos novos moldes. "A concentração da posse da terra e o decorrente êxodo rural causaram um inchaço das cidades, levando a uma favelização nunca vista. Houve uma transferência do lucro decorrente da atividade agrícola para a agroindústria, deixando o produtor rural com uma estreita margem, levando ao seu endividamento" (Ferraz *apud* Octaviano, 2010, *s.p.*)

Essa realidade, de concentração de renda e produção de alimentos de forma mecânica, ainda se expressa com grande contundência no meio rural, especialmente através do agronegócio, tendo em vista as grandes campanhas midiáticas que ocupam o cotidiano da população brasileira, ou a liberação em massa da produção e comercialização de agrotóxicos que cercou o país entre os anos de 2018 e 2022. Outro ponto a ser destacado é a manutenção

⁸ A Revolução Verde foi um modo de mecanização introduzida no Brasil tendo como justificativa a modernização tecnológica/industrial do meio rural em função da diminuição da fome no país. Caracterizada por um processo controverso, a Revolução Verde, foi responsável pelo aumento do uso de inseticidas e agrotóxicos nas grandes produções agrícolas, utilizadas amplamente pelos grandes latifundiários do país.

da concentração de terras nas mãos de poucos. Segundo o *Atlas do Agronegócio*, divulgado em 2018, tal cenário é relevante no Brasil, posto que

a conjuntura histórica e geopolítica colonial legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo mundo: 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos produtores rurais, conforme levantamento da Oxfam. Ocupando 5º lugar no ranking da desigualdade no acesso à terra, o Brasil tem 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades superior a mil hectares – apenas 0,91% do total de imóveis rurais. (Santos; Glass, 2018, p. 14)

Em resposta ao modelo de produção vigente, e diante do descaso do Estado e da falta de compromisso em realizar a Reforma Agrária efetiva, os movimentos de luta pela terra, em especial o MST, propõem um novo modelo de se pensar/fazer agricultura. Ou seja, a luta não mais se polariza na relação latifúndio arcaico *x* trabalhadores rurais pobres, mas passa a se centrar nas novas estratégias de ampliar o sentido de uma Reforma Agrária Popular (RAP). Corroborar-se, assim a ideia de que, “a terra é um bem necessário para viver e produzir, é no território onde um conjunto de bens necessários à vida acontece, para além das cercas e dos limites impostos” (CONTAG, 2019, p. 32).

Nas linhas do *Dossiê n° 27*, organizado pelo MST em abril de 2020, mês da Reforma Agrária⁹, compreende-se que:

Semear a Reforma Agrária Popular no atual tempo histórico representa modificar a forma hegemônica de se produzir alimentos. Pressupõe disputar os meios de produção, tendo na agroecologia e na cooperação os instrumentos de estudo e aplicação teórico-prática em contraponto ao agronegócio. A base do modelo do agronegócio tem como fundamento uma produção extensiva de *commodities* voltadas à exportação. A desvinculação com o meio ambiente – ao derrubar enormes áreas verdes – obriga grande utilização de agrotóxicos, esgotando o solo, poluindo a água, o lençol freático e contaminando os alimentos. Por outro lado, o programa de Reforma Agrária Popular tem a matriz agroecológica como base na produção agrícola, priorizando a produção de alimentos saudáveis e diversificados para o mercado interno em harmonia com o meio ambiente. Junto a isso, é preciso desenvolver um modelo econômico que distribua renda e que fixe as pessoas no campo para combater o êxodo rural. (REFORMA, 2020, p. 24-25)

Nesse sentido, trabalhar rumo à Reforma Agrária Popular, no contexto em que o poder do capital hegemônico se encontra em franca expansão em áreas rurais e o uso de fertilizantes e agrotóxicos se fortalece na conjuntura brasileira e mundial, figura como o maior desafio do MST. A proposta, de cunho inovador e que paulatinamente ganha força nos acampamentos e

⁹ O Abril Vermelho é designado pelo MST como sendo o mês da Reforma Agrária, devido a seu caráter político e de denúncia ao massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no sul do estado do Pará, no ano de 1996. Nesse local, trabalhadores rurais foram cruelmente mortos pela Polícia Militar.

assentamentos gestados pelo Movimento, não só modifica a forma de acessar e se manter na terra, mas também colabora com a recuperação e manutenção de um ambiente ecológico mais saudável.

No ano de 2020, diante da crise sanitária de COVID-19, que modificou o cenário social global, o MST não só entendeu ser necessário rever os pontos da RAP, como também agir contra a fome que assolou intensamente as comunidades vulnerabilizadas. Assim, para atingir uma Reforma Agrária que não seja predadora, o plano de trabalho da RAP se firmou em quatro eixos, a saber:

1. **Terra e trabalho**, que visa a diminuição da concentração de terras para acolher as famílias que não têm onde morar e nem se sustentar no campo ou nas grandes cidades;
2. **Produção de alimentos saudáveis**, que visa a produção de alimentos para superação da fome, bem como, geração de renda para os trabalhadores do campo;
3. **Proteger a natureza, a água e a biodiversidade**, que trata diretamente da relação capital x meio ambiente. É impossível perceber saúde em um ambiente depredado, desmatado.
4. **Condições de vida digna no campo para todo povo**, que se baseiam em medidas referentes ao investimento de políticas públicas no campo para garantir uma qualidade mínima de vida a trabalhadoras e trabalhadores. O eixo também defende o não fechamento de escolas no campo e o fortalecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O MST também elenca como essencial, a garantia do acesso ao programa “Minha casa, minha vida” no meio rural, o combate à violência doméstica que atinge mulheres, crianças, adolescentes, idosos e LGBTs no campo e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto no meio rural quanto no meio urbano. (BRASIL, 2020, *s.p.*)

Assim, com as palavras de ordem “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, é que o MST luta por uma Reforma Agrária que promova a transformação humana e social. Nesse sentido, a RAP dialoga com a proposta deste trabalho, tendo em vista que a emancipação humana, sobretudo da mulher trabalhadora rural, parte essencialmente do percurso social da vida de milhares de pessoas que perseguem a construção de uma história diferente. Uma história que, mais do que promover o rompimento material de cercas, se opõe à alienação, tão presente na perene luta de classes. Derrubar cercas é um ato de sobrevivência e, para além disso, é um ato político que demonstra que o poder pode emanar da força e da vontade do povo.

3.3. O MST no Vale do Rio Doce

Mudam os tempos, variam os personagens, mas a constante é a luta pela terra, feroz e cruenta, pontilhando de vítimas os rincões do Rio Doce – o rio sem dono dos sonhos do “pau-de-arara”, já agora com donos demais a disputar suas terras férteis e privilegiadas
(Pereira, 1990, p. 83).

O Vale do Rio Doce se apresenta, no cenário das ocupações de terra, como uma das regionais do MST de maior abrangência em Minas Gerais (Ruckert, 2012). Entretanto, a história desse um dia “sertão¹⁰” é inscrita sobre as lápides da influência colonialista, capitalista e latifundiária, permeada por riquezas naturais e minerais. Desde sua formação, esse território se faz cobiçado por interesses econômicos e políticos, forçando de forma violenta a saída dos indígenas que viviam nas áreas modificando a paisagem do antigo Sertão do Rio Doce (Espíndola [2015] *apud* Silva 2019).

Silva (2019) ressalta que a região deixou de ser área proibida para exploração e passagem a partir de uma decisão da Coroa Portuguesa e ambas as frentes, militar e religiosa, dividiram a missão de conquistar a terra que era habitada por nativos. Vilarino, por sua vez, ressalta que foi nas primeiras décadas do século XX que teve início, efetivamente, a ocupação do Médio Rio Doce, apontando que:

Na década de 1920 a política siderúrgica mineira definiu o interesse oficial em relação à região do Rio Doce, impulsionando o povoamento e a exploração das riquezas naturais. A combinação minério de ferro e reserva florestal foi estratégica para a definição da política siderúrgica do governo de Minas Gerais e, ao mesmo tempo, atenderia as necessidades da economia brasileira. A opção mineira abriu para o capital estrangeiro as ricas reservas de minério, se aproximando das tendências internacionais de divisão do trabalho, pela qual Minas Gerais e o Brasil se colocavam como produtores e fornecedores de matérias-primas e importadores de produtos acabados. Entretanto, os mineiros também buscaram caminhos próprios, incentivando a instalação de companhias siderúrgicas e fábricas de ferro-gusa que utilizassem o carvão vegetal. (Vilarino [2008] *apud* Silva, 2019, p. 23)

A luta pela terra, em tempos de industrialização, tornava-se um incômodo, visto que o território se fazia pela presença de empresários, de um Estado que se opunha a qualquer tipo de negociação e de latifundiários.

¹⁰ A região, hoje conhecida como Vale do Rio Doce, no período colonial era conhecida como Sertão do Rio Doce, que “foi espaço de diversas políticas, que iam desde a proibição de um povoamento mais consistente até tentativas de promoção e desenvolvimento, da ocupação da área e inserção da mesma à economia colonial” (Espíndola [1998] *apud* Moraes, 2021, p. 294).

A segunda metade do século XX, marcada pelos projetos desenvolvimentistas, foi definitiva para que a industrialização do país avançasse, influenciando o Vale do Rio Doce a uma lógica ocupacional ligada ao crescimento econômico (Borges [2004] *apud* Silva, 2019). Esse processo, contudo, impulsionou as primeiras investidas da luta pela terra, uma vez que os pequenos trabalhadores rurais foram, aos poucos, sendo expulsos do que antes eram suas terras. Assim, relata Pereira:

A fama de terra boa correndo de boca em boca, atraindo sempre mais e mais posseiros. Tudo isso resultou num violento impacto de valorização da terra, despertando a cobiça dos grileiros que não demoraram a se fazer presentes. Trava-se a luta entre posseiros e grileiros, com a corda se arrebentando do lado mais fraco. Enquanto os posseiros – analfabetos em sua maioria – cuidavam apenas de cultivar o solo, nada entendendo do que fosse legalizar suas glebas, o grileiro sabido vinha bem apetrechado pra luta. Com dinheiro muito para mover a seu bel prazer os caros cordões da justiça e da advocacia administrativa que povoa os corredores da secretaria de agricultura do estado, dispondo de chefes políticos e deputados para o tráfico de influência; contando com autoridades policiais prestimosas como se fossem jagunços fardados; com a pobre imprensa interiorana coagida ao silêncio pelo medo das ameaças, os grileiros tiveram o campo livre para o assalto às terras dos posseiros. (Pereira, 1990, p. 83-84)

A década de 1960 mostrou-se ainda mais imprópria para a ocupação de terras em Minas Gerais, tendo em vista a ascensão dos militares ao poder. A Reforma de Base, datada de 1960 e elaborada para melhorar as condições de vida da população brasileira, foi drasticamente boicotada. Na questão agrária, a Reforma apresentava um ponto nevrálgico, pois “se posicionava diretamente contra a cultura latifundiária” (Silva, 2019, p. 24). De 1964 a 1985, as questões ligadas ao latifúndio no Brasil foram tratadas de forma negligente e parcial. Aos latifundiários, terra. Aos trabalhadores rurais, condições de trabalho análogas à escravidão.

Embora houvesse tentativas de ocupação de terras na região, as investidas só recomeçam após o término da ditadura militar, sendo a ocupação da Fazenda Ministério, em Governador Valadares, uma das mais emblemáticas, tendo em vista a resistência dos trabalhadores em desocupar a área. Hoje, após 27 anos, o assentamento Oziel Alves Pereira faz história na região das “terras do rio sem dono”.

Conforme fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Vale do Rio Doce se divide em: Mesorregião do Vale do Rio Doce; Microrregião de Governador Valadares; Região Geográfica Imediata de Governador Valadares; Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares e Território Rural do Médio Rio Doce. As duas primeiras divisões geográficas (Mesorregião

Vale do Rio Doce e Microrregião de Governador Valadares) vigoraram entre 1989 e 2017. Desde então, o IBGE passou a considerar como extinta a Mesorregião Vale do Rio Doce e parte das Regiões Geográficas Intermediárias de Governador Valadares e de Ipatinga (Vilarino; Genovez, 2019, p. 14). O mapa abaixo traça um panorama da extensão do território:

FIGURA 2. O Vale do Rio Doce

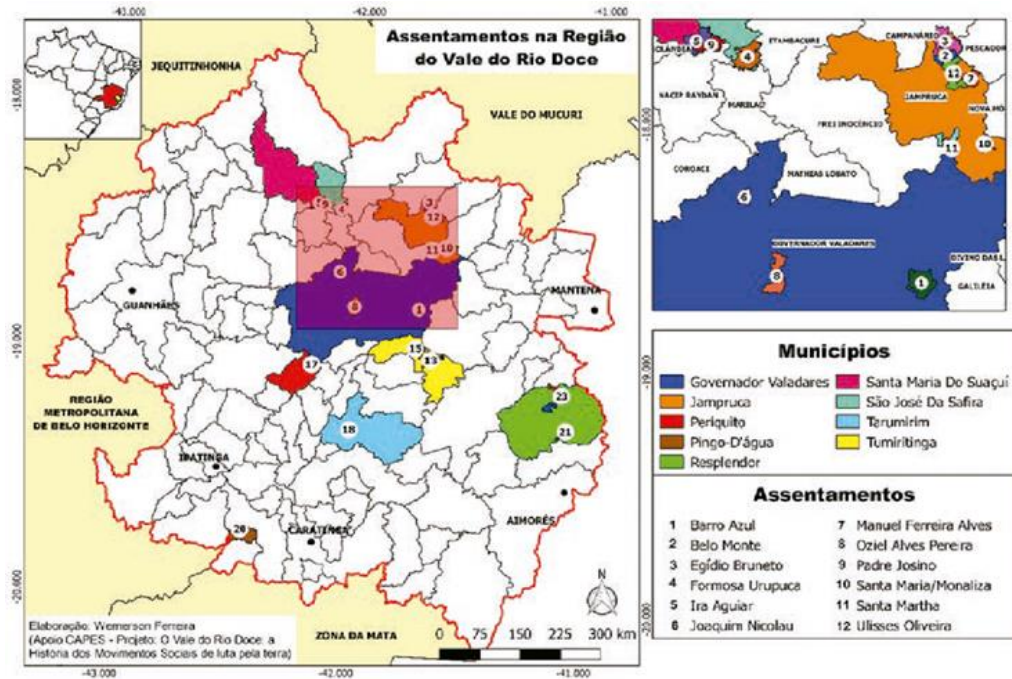


Fonte: IBGE *apud* VILARINO; GENOVEZ, 2019.

Nesse território, encontramos 35 áreas ocupadas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. Os assentamentos são divididos entre os que já possuem o título de proprietários da terra, aqueles que estão assentados à espera da titulação definitiva e os acampamentos, que são organizados em áreas estratégicas, como modo de pressionar o poder público a assentar as famílias que buscam pelo direito à moradia.

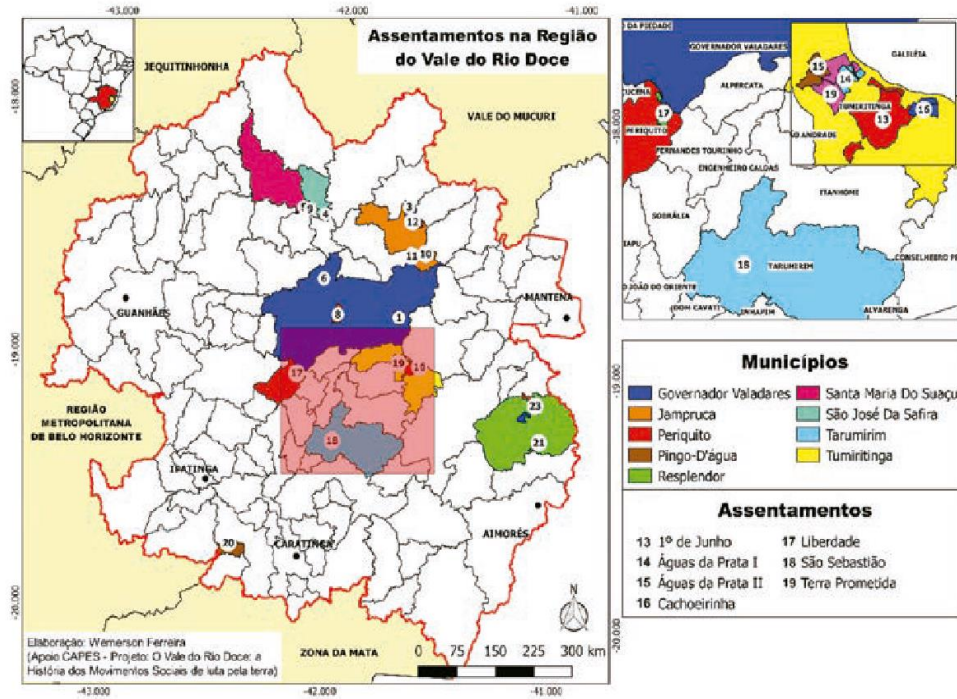
O mapa apresentado na Figura 3 compreende: o assentamento Oziel Alves Pereira, local de partida de nossa pesquisa, visto que é nesse território que se encontra articulado o Setor de Saúde estadual; o assentamento Ulisses de Oliveira, situado no município de Jampruca; o assentamento Egídio Bruneto, no município de Campanaro, e o acampamento Maria da Penha, no município de Mathias Lobato. O assentamento Primeiro de Junho, primeiro assentamento da Reforma Agrária no Vale do Rio Doce, situado em Tumiritinga, está representado na Figura 4.

FIGURA 3. Assentamentos da Região do Vale do Rio Doce (Oziel Alves Pereira, Ulisses de Oliveira, Egídio Bruneto e Maria da Penha)



Fonte: Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE).

FIGURA 4. Assentamento da Região do Vale do Rio Doce (Assentamento Primeiro de Junho)



Fonte: Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE).

O quadro abaixo, elaborado pelo Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE), por meio dos dados do INCRA, apresenta o panorama atual da região, bem como a distribuição territorial dos assentamentos e acampamentos. Mostra, também, como a mobilização dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra – que, muitas vezes, percorreram quilômetros até a conquista –, tornou-se possível, mesmo esbarrando na violência e repressão por parte do Estado e dos latifundiários.

QUADRO 1. Assentamentos e Acampamento da Reforma Agrária no Vale do Rio Doce

Área da Reforma Agrária	Município	Nº de Famílias	Movimento à frente das ocupações
Assentamento Primeiro de Junho	Tumiritinga	81	MST
Assentamento Oziel Alves Pereira	Governador Valadares	68	MST
Assentamento Barra Azul	Governador Valadares	51	MST
Assentamento Dorcelina Folador	Resplendor	35	MST
Assentamento Liberdade	Periquito	40	MST
Assentamento Roseli Nunes II	Resplendor	40	MST
Assentamento Ulisses de Oliveira	Jampruca	42	MST
Assentamento Ira Aguiar	Santa Maria do Suassuí	34	MST
Assentamento Terra Prometida	Tumiritinga	30	MST
Assentamento Padre Domingos	Frei Inocência	8	MST
Assentamento Egídio Bruneto	Campanaro	Não disponível	MST
Acampamento Maria da Penha	Matias Lobato	Não disponível	MST

Acampamento Águas Cristalinas	Divino do Sul	Não disponível	MST
Acampamento Janete Teles	Jampruca	Não disponível	MST
Acampamento Boa Esperança	Tumiritinga	Não disponível	MST
Acampamento Esperança	Açucena	Não disponível	MST
Acampamento Padre Gino	Frei Inocênciao	30	MST
Acampamento Padre João	Frei Inocênciao	30	MST
Assentamento Joaquim Nicolau da Silva	Governador Valdares	16	FETAEMG/CPT
Assentamento Santa Marta	Jampruca	31	MST; FETAEMG
Assentamento Santa Maria/Monalisa	Jampruca	20	FETAEMG
Assentamento Belo Monte	Jampruca	16	MST
Assentamento Formosa Urupuca	São José da Safira	60	FETAEMG; CPT
Assentamento Padre Josino	Santa Maria do Suassuí	34	FETAEMG; CPT
Assentamento Cachoeirinha	Tumiritinga	32	FETAEMG; CPT
Assentamento Águas da Prata I	Tumiritinga	15	FETAEMG; CPT
Assentamento Águas da Prata II	Tumiritinga	15	FETAEMG; CPT
Assentamento Chico Mendes II	Pingo D'água	45	FETAEMG

Fonte: Adaptado de Ruckert (2018) e Vilarino (2019).

Através dos mapas e quadro apresentados é possível verificar o quão intenso é o processo de ocupação nessas áreas. Algumas famílias, contudo, ainda não conseguiram se apossar de fato da terra, em razão da morosidade do processo da Reforma Agrária no país. Para além da delongada regularização da terra, Medeiros chama a atenção para as condições em que vivem os assentados e acampados (Medeiros *apud* Vilarino; Genovez, 2019). Em campo, foi possível verificar as condições de sobrevivência e de produção dos assentados, qual relatam que a Reforma Agrária no território é incipiente, e demandam melhores condições de vida.

O primeiro acampamento no Vale do Rio Doce se constituiu em 1º de junho de 1993, quando algumas famílias ocuparam a Fazenda Califórnia, em Tumiritinga, que, à época, se encontrava em processo de desapropriação (Ruckert, 2012). A ocupação não foi pacífica, mas, em comparação com as experiências frustradas, ocorridas nas primeiras ocupações nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, a experiência no Vale do Rio Doce, parece ter sido mais bem-sucedida. Isto porque a organização do MST já vinha trabalhando táticas e estratégias junto à base, conforme relatos de integrantes do assentamento Primeiro de Junho:

No dia Primeiro de Junho de 1993, numa linda manhã de sol, por volta das seis horas da manhã, cerca de 150 pessoas, movidas pelo desejo de uma vida digna, ocuparam a Fazenda Califórnia. Quando chegaram ao local, em frente ao túnel do Limeira, tiveram que descarregar rápido os caminhões que ficaram lá na estrada, pois o túnel era estreito e não dava para passar com a carga. Homens, mulheres e crianças tiveram que carregar todas as bagagens nas costas. Cansados, mas muito animados, pois tinham um objetivo a cumprir: a conquista da terra para trabalhar. Para alguns, essa era a chegada na terra prometida, pois teve gente que fez até promessa pra conseguir se manter na luta, diante dos momentos mais difíceis. Alguns começaram a fazer seus barracos e outros, a roçar. Trouxas de roupa, crianças, sacos com algum mantimento, lonas, ferramentas, coração batendo forte.... e aos poucos, foi surgindo o acampamento. Mais tarde, chegaram famílias de Tumiritinga para a ocupação, além de outras pessoas que apoiavam o movimento. Vieram também o Gilmar Mauro, que era membro da direção nacional; o advogado Padilha, do sindicato de Marilaque; TV Minas; Chico Ferramenta, Fassarella, Padre Antônio, Frei Édson, Eliza Consta Rosberi, Joaquim, Édson (Repolho); gente da CUT; e também o cinegrafista Fejol, que registrou todos os acontecimentos desses momentos iniciais, como assembleias, missas, pessoas fazendo barracos... A primeira assembleia foi já no primeiro dia, quando foram feitos os encaminhamentos necessários e tiradas as comissões de saúde, segurança, alimentação, roupas e comissão central. As famílias ficaram no Limeira, lutando para conseguir uma moradia certa. Foi feito um curso de formação de base muito importante, no qual eram empregadas prática e teoria. Este curso foi feito por Medeiros, Gilmar e Pizêta. (Coelho, 2007, p. 23-24)

Parte dessas famílias já havia tentado ocupar terras na Fazenda Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha, empreitada sem êxito e altamente violenta. Após esse evento, o MST passou a trabalhar ativamente na região do Vale do Rio Doce, seguindo com as ocupações nos

municípios de Governador Valadares e Periquito (Fernandes, 2000). M7, de 64 anos, lavradora e assentada da Reforma Agrária no assentamento Primeiro de Junho, nossa entrevistada, conta que, até chegar a Tumiritinga, a luta foi árdua, mas a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, conseguiria um pedaço de terra, a motivou a continuar na estrada.

Desse modo, é preciso destacar que muitos dos trabalhadores que ocuparam as terras do Rio Doce não pertenciam essencialmente ao território, vindo de outras regiões de Minas Gerais e de outros estados, principalmente da Bahia, tendo em vista a inauguração da estrada Rio-Bahia, que daria acesso também a Minas Gerais. O livro *Nas terras do rio sem dono* nos ajuda a compreender tal movimento de ocupação:

Rio-Bahia e Vitória a Minas entrecruzadas bem no coração da região, significando transporte fácil, colocando o Rio Doce a dois passos dos grandes centros como Rio e São Paulo, Belo Horizonte e Vitória – o porto de mar. Levas e levas de nordestinos a desbravar suas matas e povoar os confins mais recuados. A corrida às madeiras de suas florestas opulentas e ao eldorado das suas pedras preciosas, ou à mica e berilo abundantes em seu subsolo. A fama da terra boa correndo de boca em boca, atraindo sempre mais e mais posseiros. Tudo isto resultou num violento impacto de valorização da terra, despertando a cobiça dos grileiros que não demoravam a se fazer presentes (Pereira, 1990, p. 83).

Assim, os trabalhadores e trabalhadoras que ocuparam a região fugiam do desemprego e da seca que assolava o nordeste do país e outras regiões do estado de Minas Gerais. Esses, chegaram em caminhões “pau de arara”, ainda na década de 1940, após a fundação da rodovia Rio-Bahia, em busca de postos de trabalho. Ali, fixaram moradia e, com muita luta, “ocuparam as terras do rio sem dono” (Pereira, 1990, p. 11). É esse o território que nossa pesquisa trilhou, em busca, especialmente, da fala e do protagonismo das mulheres, personagens essenciais aos processos de ocupação, e que trouxeram na bagagem a coragem de ocupar e a resistência de permanecer em terras do Rio Doce.

3.3. O Setor de Saúde no Movimento dos Trabalhadores Rrais Sem Terra

Uma sociedade com saúde é onde os homens e mulheres vivem com liberdade para participar e ter seus direitos respeitados. Onde a renda e a riqueza sejam distribuídas com igualdade. Com Terra, Trabalho, Moradia, Alimentação, Educação, Lazer, Saneamento Básico, Transporte, Saúde Pública, Cultura, Meios de Comunicação, Energia elétrica – onde haja Justiça, Igualdade, Participação e Organização. Mas para que isso se torne realidade, é necessário a organização de todos os trabalhadores e trabalhadoras para lutar por uma sociedade justa e saudável
(MST, 2000, p. 12).

O breve histórico da Reforma Agrária no Brasil, apresentado anteriormente, demonstra que os conflitos por terra junto às populações rurais, indígenas, quilombolas, entre outras, vêm de longa data. Nessa queda de braço desigual, no decorrer dos anos, a estrutura social, econômica e política do país modificou-se conforme a conjuntura global, dominada eminentemente por países ricos, alinhados aos interesses do mercado e do capital. O final do século XX, para o Brasil, foi um período de intensas mudanças, visto que o mundo pós Segunda Guerra Mundial reconfigurava suas dinâmicas econômicas, políticas e sociais, que apontavam para a necessidade de novos modos de vida.

Desde a Guerra Fria (1947-1991), instaurou-se uma disputa silenciosa que estabeleceu novos paradigmas políticos e econômicos, e o advento da globalização sacramentou a ascensão do capitalismo e do neoliberalismo, modificando a paisagem social da vida humana e estabelecendo relações econômicas antagônicas (Ianni, 2001, p. 13). Nesse contexto, o olhar vibrante das fronteiras internacionais para o lado sul da Linha do Equador, apontava para um Brasil potente, em desenvolvimento, que despertava interesse internacional, dada a diversidade de riquezas naturais e minerais, além da terra fértil.

O fim do século XX trouxe, também, algumas esperanças para a população, com o fim da ditadura militar brasileira e as novas possibilidades de continuidade das lutas que haviam sido duramente reprimidas. A ideia da democracia tornou-se possível, embora a máquina capitalista já se encontrasse aquecida no contexto nacional, reiterando o compromisso do sistema em manter desigualdades e explorações em todos os setores e cadeias produtivas do país.

Os movimentos de luta pela terra, perseguindo a pauta da Reforma Agrária, se afirmavam como alguns dos movimentos sociais mais expressivos do país. O MST, por sua vez, fortaleceu-se como movimento de integração social dos camponeses, investindo em formações e dialogando com todos os setores da sociedade civil. Assim, acompanhava a oscilação das políticas públicas e as levava para o campo, a fim de que a população pudesse ter conhecimento de seus direitos e avançassem em diversas frentes de luta, dentre elas, o direito à saúde.

Embora o Setor de Saúde do MST tenha se consolidado no ano de 1998, o cuidado e a solidariedade com a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da luta pela terra, estão presentes no Movimento desde as primeiras investidas das ocupações, como podemos observar no excerto abaixo:

Desde as primeiras ocupações, tínhamos a preocupação de resolver situações relacionadas à saúde dos acampados, mas a organização de um setor nacional, que com o tempo foi refletindo sobre o seu papel na Reforma Agrária Popular, começou em 1998, com um curso de formação técnica e política no Instituto de Educação Josué de Castro, na cidade gaúcha de Veranópolis. À época, tínhamos muitas alianças com diversos profissionais da área que queriam contribuir com a construção da saúde nos nossos acampamentos e assentamentos (MST, 2018, s/p).

A luta organizada pela posse de terras abriu outras possibilidades para discussões sobre saúde, educação, gênero, entre outros temas, de forma mais ampliada. Assim, várias ações de saúde começaram a dar vida ao Setor. Produção de materiais didáticos, oficinas de cuidado à saúde com base em medicamentos naturais, conscientização dos assentados e acampados acerca do direito ao Sistema Único de Saúde (SUS), além de discussões sobre alimentação saudável e seu impacto na saúde, consolidam a estrutura do Setor perante o Movimento.

Em 1999, foram lançados o primeiro e o segundo cadernos de saúde do Movimento. Sob o título *Lutar por Saúde é Lutar pela Vida* (MST, 1999) o primeiro caderno, lançado em consonância com os primeiros anos do SUS, chama especial atenção por se dedicar à discussão sobre a importância do Sistema público de saúde e do direito de acesso à saúde. Tal iniciativa foi de grande importância para assentadas(os) e acampadas(os), que, conhecendo o SUS, passaram a cobrar das esferas públicas seu direito de acesso. De cunho didático e linguagem acessível, os materiais tiveram por objetivo atingir o maior número de pessoas e públicos, alcançando mais três produções, a saber: cartilha nº 2, *Terra e saúde – das plantas construindo uma nova saúde* (1999). cartilha nº 3, *Doenças sexualmente transmissíveis: Conhecer para evitar* (2000). A cartilha nº 4, *Cultivo de Plantas Medicinais* (2000)¹¹ e a cartilha nº 5, *construindo o conceito de saúde no MST* (2000).

¹¹ Vide discussão no artigo intitulado EDUCAÇÃO DO CAMPO E SAÚDE: análise de materiais didáticos produzidos pelo setor saúde do Movimento Sem Terra. (Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/13322>)

FIGURA 5. Material sobre saúde produzido pelo MST



Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6457>¹²

No ano de 2018, o Setor de Saúde comemorou 20 anos de existência. O Movimento celebrou, com êxito, as ações alcançadas, tanto no contexto interno quanto no alcance de políticas públicas, conforme destacado no trecho abaixo:

A organização de um setor dentro do Movimento responsável para articular as dimensões do cuidado e da luta se constituiu em 1998 de maneira coletiva. A necessidade da formação e a articulação com pastorais, profissionais da área e representações coletivas foi fundamental para dá vazão ao processo organizativo que existe hoje. Mercedes lembra que o primeiro curso de saúde do MST reuniu militantes e dirigentes de todo Brasil. “São as precursoras e os precursores do setor de saúde do MST que temos hoje. Então, juntaram-se às realidades dos diversos cuidados populares em saúde nas áreas de Reforma Agrária, o debate do

¹² O Caderno/cartilha de saúde n^o 3 não foi encontrado nos arquivos do MST e nas demais buscas realizadas.

fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e as bases da Reforma Sanitária Brasileira, para construir o setor. (MST, 2018, *s.p.*)

Para celebrar o momento, o Setor de Saúde do estado de Minas Gerais lançou, pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP), a cartilha *Mulheres, Agroecologia e as Lutas por Saúde: 30 anos do SUS, 20 anos do Setor Saúde do MST- MG*, material construído junto com as mulheres, em espaços de oficinas e trocas de saberes através dos quais puderam delinear suas histórias junto ao Setor de Saúde do Movimento (ESP, 2018, p. 10)¹³.

Em Minas Gerais, as histórias do Setor de Saúde e da participação ativa das mulheres explicitam o êxito dentro do Movimento. Para elas, essa construção representa a trajetória de luta e engajamento das mulheres no cuidado à saúde da população rural, ao longo de todo o período das ocupações. Afinal, foram muitas as que estiveram à frente do cuidado com as pessoas em todos os territórios de acampamentos e assentamentos localizados no estado (ESP, 2018). Dessa forma, a inclusão da pauta da saúde nos movimentos de luta pela terra está relacionada ao papel das mulheres nesses espaços.

Nos últimos 20 anos, é possível observar um aumento dos estudos que se atentam para a atuação das mulheres no campo da saúde no MST, mas a maior parte se dedica ao tema da agroecologia¹⁴. No caso específico da saúde, os estudos são menos numerosos, dentre os quais destacamos as produções de Deboni (2008), Farias (2016), Rückert (2012, 2018), fazendo-se necessário o levantamento e discussão mais sistematizada da atuação especificamente feminina no Setor de Saúde do MST. O diferencial do presente estudo é pensar a relação saúde-mulheres-MST através das experiências e narrativas das mulheres assentadas e acampadas, refletindo sobre a reverberação das ações do Setor de Saúde, das práticas populares de cura, e sobre os diversos elementos que atravessam a vida dessas mulheres e da comunidade em que estão inseridas.

Destaca-se que as agendas do Setor de Saúde, em geral, são organizadas por estado, não evidenciando periodicidade de encontros regionais. É sabido, contudo, que o Setor de Saúde Nacional convoca uma reunião anual, incluindo todos os estados, em que são estabelecidas pautas da luta e novas diretrizes para o Setor. Com a nova conjuntura política, espera-se que também sejam traçadas novas discussões acerca da saúde das populações do

¹³ Disponível em: <http://repositorio.esp.mg.gov.br:8080/xmlui/handle/123456789/305>.

¹⁴ No ano de 2017, a Fundação João Pinheiro, com a participação da Fiocruz Minas lançou o livro *Mulheres do Campo de Minas Gerais: trajetórias de vida, de luta e trabalho com a terra*. Nesta obra, foi realizada a grandeza de contar as histórias de algumas mulheres do campo em Minas Gerais, cumprindo, para tanto, a função social de trazê-las para dentro da sociedade e das discussões que permeiam esse universo. Obra disponível em: <https://issuu.com/fundacaojoaopinheiro/docs/fjpmulheresdocampo>.

campo, das águas e das florestas, uma vez que essa política esteve adormecida no último quadriênio.

3.4. A mulher na luta pela terra no Brasil

Antes de iniciar uma discussão acerca da condição da mulher no interior do Movimento Sem Terra, faz-se necessário transitar pela condição da mulher na sociedade brasileira, incluindo aqui as trabalhadoras rurais, cuja participação se deu de forma expressiva em momentos de grandes disputas da história política e social do país.

Levando em consideração as bases constitutivas da família brasileira, ancorada em costumes coloniais e patriarcais, de cunho racista, classicista e misógino, que excluem e desrespeitam a figura da mulher, é possível perceber a violência com que lhe é direcionada. Como pondera Alves:

A constituição da família tradicional (patriarcal) brasileira iniciou-se com a solidificação da base econômica e legal da Colônia, com o direito canônico e o respaldo da Igreja Católica, ligada ao latifúndio e à escravidão. A organização dessa família herdou traços de herança cultural portuguesa fundamentada no direito paterno, no poder patriarcal, centrado na ideia do homem como chefe de família e na submissão e reclusão da mulher. [...] “A igreja entendia que confinada à casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher, e sobretudo a mãe, poderia fazer o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar”. (Alves, 2013, p. 276)

Tal estrutura, instalada sob a égide conservadora da Igreja e da sociedade burguesa, tem como marca a preservação de uma conduta machista e patriarcal, que, embora tenham sido alcançados alguns êxitos e avanços, segue presente até os dias de hoje. Muito do que se conquistou em termos de diálogo sobre a condição feminina, no Brasil e na América Latina, foi promovido pelas discussões inspiradas no movimento feminista.

A trajetória do movimento feminista brasileiro, que se apresenta de forma mais expressiva a partir da década de 1970, cruza, em diversos momentos, com a luta pela Reforma Agrária na América Latina e no país. Isto porque o movimento emerge da necessidade da mulher se fazer visibilizada, e de demonstrar sua(s) consciência(s) acerca de temas que constituem a sociedade, como a política, a economia e a própria forma do fazer social. A ditadura militar, contudo, se constituía em um pesado fardo instado no país. Para a mulher, já cerceada de todas as formas pelo violento sistema patriarcal, parecia impensável e inaceitável pegar em armas ou se organizar em espaços públicos e privados para discutir pautas sociais e

políticas de interesse comum. Mesmo diante de tal opressão, muitas mulheres não se furtaram à luta, conforme argumenta Sarti:

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, “comportando-se como homens”, pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento, o que, como apontou Garcia, “transformou-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente. (Sarti, 2004, p. 39)

Nesse sentido, as mulheres, ainda que perseguidas, se organizaram de forma contundente, fazendo com que o movimento feminista brasileiro se alinhasse às propostas de outros movimentos já mais avançados, pautando, em especial, os ideais de igualdade de gênero. “Em consonância, a Organização das Nações Unidas (ONU), declara o ano de 1975 como *Ano Internacional das Mulheres*” (Sarti, 2004). A declaração significava, em especial para os movimentos feministas da América Latina, um grande avanço na agenda de lutas femininas.

No Brasil, como em outros países, o feminismo tem sua origem na classe média. Debatedoras como Sarti (2004), defendem, no entanto, que tal configuração não impediu que essas mulheres ampliassem os sentidos, discutindo temas de classe e gênero com outras esferas da sociedade. Para a autora, o movimento de mulheres se expandiu por meio de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses:

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição ao regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isso colocou os grupos feministas em permanente enfrentamento com a igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública. (Sarti, 2004, p. 39)

Entretanto, essa perspectiva se assemelha ao lugar liberal/burguês do feminismo, que, constituído sob reivindicações centrais de igualdade entre homens e mulheres, ressoava para

as necessidades da mulher de classe média. A mulher da classe trabalhadora, operária e/ou negra, ainda representava um espectro, em especial nas tomadas de decisão. Tal fenômeno reforça a tônica da influência capitalista, isto é, de que lutar por direitos iguais não necessariamente significa lutar por direitos iguais para todas as mulheres. Assim, dizer sobre a mulher trabalhadora, operária e rural, historicamente relegada das discussões e dos espaços sociais, é falar a partir de um lugar de opressão que, para Vinteuil, se constitui da seguinte forma: “essa opressão não é uma invariante na história, mas sim um produto de formações sociais” (Vinteuil [1989] *apud* Bezerra, 2020, p. 54).

Para a classe operária do século XIX, a ideia de um feminismo socialista se adequa mais às necessidades urgentes das lutas diárias, que eram obrigadas (por questão de sobrevivência) a travar com o patrão ou proprietário da fábrica. Mais do que necessidades óbvias, como a urgência da igualdade de direitos, era preciso dizer sobre transformações das relações humanas. Para as operárias das fábricas inglesas, francesas e de outras partes do mundo, essa transformação só seria possível através de uma revolução, conforme pondera Zetkin:

As mulheres operárias estão totalmente convencidas de que a questão da emancipação das mulheres não é uma questão isolada. Sabem claramente que esta questão na sociedade atual não pode ser resolvida sem uma transformação básica da sociedade [...] A emancipação das mulheres, assim como de toda humanidade, só ocorrerá no marco da emancipação do trabalho do capital. Só em uma sociedade socialista as mulheres, assim como os trabalhadores, alcançarão seus plenos direitos (Zetkin *apud* Bezerra, 2020, p. 61).

Essa premissa, aqui voltada para a questão da mulher rural, ressoa na formação de um pensamento que postula a urgência de um feminismo com viés camponês e popular, que, pautado pela junção entre classe e gênero, propõe a discussão das transformações nas relações humanas a partir do socialismo. Para as mulheres trabalhadoras rurais, que se avivam no debate,

é primordial a relação entre feminismo e socialismo, pois, é insuficiente investir no debate da libertação feminina se não se avança também na questão da classe social. Da mesma forma, elas entendem que a questão da classe por si só, não resolve os seus problemas, de onde decorre a importância da organização e da mobilização dentro do movimento. (Santos e Betto, 2021, p. 5)

Nesse sentido, a década de 1980 foi fundamental para o posicionamento da mulher rural nas pautas políticas voltadas para o campo, uma vez que, “a luta pela redemocratização e a possibilidade de questionar as normas estabelecidas, animaram as mulheres camponesas a

constituírem suas organizações, na busca de colocar suas pautas em debate” (Calaça,2021, p.45). Desse entusiasmo, nasce o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), atual Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que dentre muitos objetivos e desafios, contorna como principal luta,

A transformação das relações sociais de classe, construção de novas relações sociais de gênero, participação das trabalhadoras rurais na sociedade, conquista de direitos básicos a todo indivíduo. No que tange ao projeto econômico e político, o movimento busca formas alternativas de agricultura, reconhecimento do papel da mulher camponesa e garantia da inclusão social. (Silva; Marcondes, 2014, p. 10)

Dessa forma, percebe-se que o feminismo se encontrava enraizado naquele espaço, naquelas potências, por vezes silenciadas em seus territórios longínquos. Não demorou para que suas vozes ressoassem e se firmassem nos espaços de discussão política atuais.

Visto isso, também na década de 1980, a luta dos movimentos feministas incluiu no artigo 189 da *Constituição Federal* “o direito das mulheres rurais à terra”, prevendo a titulação em nome do homem e da mulher ou de ambos, independente do estado civil. No trânsito de legislações ora instituídas, porém não efetivadas, a luta das mulheres rurais pelo reconhecimento da importância de sua participação em todas as esferas da luta pela terra é cotidiana e crescente. Atualmente, lugares antes destinados exclusivamente por homens já se configuram de forma diferente e, aos poucos, as mulheres ocupam espaços expressivos dentro dos movimentos. No MST, Araújo afirma que:

O protagonismo das mulheres se dá desde as primeiras ações de ocupações de terra. As mulheres se incorporam nestas ações inicialmente motivadas pela própria necessidade econômica que impulsiona buscarem saídas para garantir a sobrevivência; segundo porque as investidas repressivas dos latifundiários e do Estado e os longos períodos de acampamento irão exigir uma solidariedade e um esforço de defesa de toda a família, que junta acumula força e energia para poder resistir. Terceiro, as mulheres vão tomando consciência de sua capacidade de ocupar a terra, de enfrentar a violência do latifúndio, de plantar e de colher, e assim também, elas vão percebendo que são capazes de participar e decidir sobre o destino da comunidade, da organização e de seu próprio destino. (Araújo, 2005, p. 26)

Sobre a passagem acima, pondera-se que, nas décadas de 1950 e 1960, ainda nas Ligas Camponesas, a mulher teve seu papel expressivo na luta, fosse como apoiadora de seu parceiro ou na linha de frente do confronto. Em muitos casos, elas convenciam seus maridos a se engajar nos movimentos, isto porque, em espaços da Igreja Católica e nas reuniões da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aprendiam sobre o assunto e alimentavam o sonho da terra própria. Atuavam, ainda, como guardiãs da memória da luta desigual nos sertões, travadas

entre latifundiários e trabalhadores/escravos rurais. Como exemplo, é possível citar a figura de Elizabeth Teixeira, companheira de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, que teve sua vida ceifada pelas mãos do Estado e do latifúndio (Rangel, 2000).

Elizabeth Teixeira é uma dessas mulheres, guardiãs da memória de um tempo em que a perspectiva de que seus filhos pudessem ter uma vida antagônica à sua era remota:

Como guardiã dessa memória, Elizabeth foi juntando os cacos e cuidadosamente, incorporou-os à sua vida, assumindo o papel de contar sem nunca expor seus antigos companheiros – suas histórias [...]. Ao contar a sua história, Elizabeth abrange muitas outras. Exorciza a morte de João Pedro, seu marido, seu amor. Ressuscita nego Fubá e Pedro fazendeiro, também líderes das ligas “desaparecidos” em 1964. Ressuscita seu filho Eudes Teixeira, morto pelo irmão. Ela teria o direito de falar só da dor, mas a esperança parece ser seu único lugar de liberdade. (Rangel, 2000, p. 7-8)

Em suas próprias palavras, transcritas por Rangel, em sua dissertação de mestrado, Elizabeth personifica:

Eu quero deixar este livro pra esta juventude que está aí, pra que ela tome conhecimento de um passado de luta, um passado que não é só meu, nem do João Pedro, nem do sofrimento de uma família, mas é o passado de um povo, é o passado de uma nação. Este livro não é somente a história de minha vida, da vida de Elizabeth Teixeira, ele é a história do professor e da professora, é a história do jovem e da criança, é a história da luta de um povo. (Rangel, 2000, p. 8)

A história de Elizabeth Teixeira se repete na vida de outras mulheres espalhadas pelo Brasil: Maria Bonita, Irmã Doroty, Margarida Alves, e tantas outras, que descortinam as narrativas enfumaçadas de luta das mulheres pela vida digna e “igualitária” no meio rural.

Como podemos ver, as desigualdades de gênero impactam, de diversas formas, a condição da mulher de luta no meio rural. No Brasil, a pauta que inclui políticas para mulheres aparece com maior veemência somente na *Constituição* de 1988. Assim, embora as mulheres, urbanas e rurais, viessem se organizando politicamente antes mesmo do período da redemocratização, a ausência de políticas públicas próprias e efetivas que pudessem beneficiá-las fazia justamente com que elas se organizassem, resistindo aos preconceitos e ao machismo estrutural, imersos na sociedade. Para Aguiar,

Tal atuação assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam, evidenciando diferentes configurações e tendências assumidas por elas ao longo da sua história, das quais derivaram diferentes formas organizadas de ação coletiva, envolvendo ocupações, pressões, negociações e alianças. Nesse

processo, as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se armando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re)inventar formas de fazer política. (Aguiar, 2016, p. 262)

Para superar dita ausência de políticas públicas, era preciso caminhar, lutar e resistir, pois as ações de reconhecimento dessas mulheres não se efetivaram, o que as tornava frágeis na esfera burocrática. Entre o fomentado no papel e a distribuição real e justa no cotidiano, existia uma distância que apagava os direitos da mulher frente ao protagonismo masculino no meio rural. Para Butto e Hora,

a constituição de um novo quadro normativo de ação do Estado expressa por diretrizes, competências e orçamento, deu pouco destaque à situação das mulheres em geral e, em particular no meio rural e na reforma agrária. Os programas e as diversas políticas dos anos 80/90, como as políticas de reordenamento fundiário (I PNRA, Novo Mundo Rural e Banco da Terra) e de desenvolvimento agrícola não consideraram a situação das mulheres, mantiveram a noção de família como unidade de referência e a modernização com o aumento da produtividade agrícola como objetivo (Butto; Hora, 2008, p. 24).

Com a ascensão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o ano de 2003 sinalizava mais benefícios para as mulheres, visto que, pela primeira vez na história do país, era criada uma Secretaria especialmente para tratar de políticas públicas e atender às demandas desse grupo:

Criada em 2003 como Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (hoje SPM), como órgão diretamente vinculado à Presidência da República, tem como missão promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Seu marco referencial são os princípios e diretrizes referendados nas conferências de políticas para as mulheres, contemplando o leque de diversidades que caracteriza esta população. A SPM é responsável principal pela elaboração e monitoramento do Plano de Políticas para as Mulheres e assessora diretamente a Presidência da República, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e no desenvolvimento dessas políticas. Paralelamente, desenvolve campanhas educativas de caráter nacional, projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas. (SPM, 2003, *s.p.*)

Em termos políticos, houve uma valorização da mulher frente ao machismo e à violência secular que lhe é imputada, caracterizando um governo pautado em diversas questões sociais, incluindo sua valorização e a visibilidade no contexto feminino. Na mesma esteira, considera-se que

Tanto o II plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA, 2004) quanto o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM, 2004; II PNPM, 2008) buscaram superar a ausência anterior do Estado com a incorporação de proposições de ações

afirmativas e de mudança na concepção que orienta as políticas do meio rural na promoção da igualdade de gênero. (Butto; Hora, 2008, p. 26)

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por sua vez, ressaltava que a instituição do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) assumia

o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social. A partir desta compreensão, as ações do Plano e, em particular, os assentamentos de Reforma Agrária são considerados como espaços de reconstrução de relações econômicas, sociais e culturais em relação à terra e seu uso, mas também de constituição de novas relações sociais e comunitárias. Estes novos e complexos espaços de vida e trabalho reúnem sujeitos diferentes, cujas necessidades devem se expressar na construção de infraestrutura e de programas que respondam aos desafios da produção econômica e da reprodução social. (MDA, II PNRA, 2005, p. 26)

Passados 20 anos dessa política, a condição da mulher rural, em termos burocráticos e de direitos, pouco avançou, reforçando a necessidade da luta por uma Reforma Agrária Popular, que faça valer não só as necessidades específicas da população rural, mas também a da população feminina, que, historicamente, assume um papel central na vida econômica do país.

Segue sendo de suma importância, portanto, tornar visível essa linha tênue que atravessa e separa a mulher rural do contexto de direitos instituídos em nossa sociedade. O meio rural, tanto quanto o urbano, é essencial para o desenvolvimento do país, e, para que essa relação de reconhecimento coexista, é preciso pautar a construção de agendas e políticas públicas em que ambas as esferas dialoguem horizontalmente.

3.5. A mulher rural e as práticas populares de saúde

No livro *Caminho da Luta Pela Terra no Vale do Rio Doce – Conflitos e Estratégias* (UNIVALE, 2019), Valente aborda a temática das *Mulheres na luta pela terra*, tendo como centralidade a problematização da ausência de narrativas femininas sobre os movimentos de luta pela terra no Médio Rio Doce. Para a autora, “as diferentes camadas de hierarquia e violências sofridas pelas mulheres são evidentes, mas que a capacidade de resistência é também um diferencial” (VALENTE, 2019, p. 250), e aponta para a necessidade de conhecer a fundo quem são essas mulheres e quais são suas memórias:

É preciso conhecer quem são as mulheres do campo que lutam pela terra, ouvir suas vozes, conhecer suas interseccionalidades e produzir análises que partam das suas

experiências e não das experiências institucionalizadas. Uma história feminina desses movimentos ainda está para ser contada. (VALENTE, 2019, p. 251)

Contar a história da luta pela terra a partir do viés feminino é um desafio constante, uma vez que essas mulheres estão construindo alicerces dentro do Movimento, de forma a poderem ser vistas como sujeitos fundamentais à luta. Sim, elas crescem e ocupam espaços nas instâncias de liderança, mas, por detrás dessa inserção, algumas questões são postas, como a qualificação do lugar que ocupam dentro da organização. Faria afirma que:

Ao ocupar os espaços de participação política, as mulheres vão atuando na luta do MST em todos os espaços políticos. Mas são poucas as mulheres que estão nos espaços de decisão do MST. Aos poucos, essas mulheres bruxas, (guardiãs dos saberes da terra, especialistas nos cuidados, mães, doces e gentis, fortes guerreiras e lutadoras) precisam forjar esta participação política a partir da prática, nos espaços de relações públicas e nas discussões estratégicas (Faria, 2016, p. 320).

Embora a literatura e a historiografia acerca da questão da mulher rural venham crescentemente se dedicando ao esforço de contar histórias de mulheres, problematizando suas trajetórias em diversos contextos, é possível perceber que a mulher rural, particularmente as mulheres do MST, ainda se encontra ausente nesses escritos, por vezes incipientes e pontuais. Por isso, importa-nos alocar essas mulheres, acampada ou assentada, inserida no Movimento, cujo protagonismo cresce de forma tímida, tendo em vista a numerosa população de mulheres rurais.

No que tange a esta proposta de estudo, o Setor de Saúde é um dos espaços em que a mulher rural se destaca, dedicando-se ao cuidado de companheiros e companheiras dos assentamentos e acampamentos, uma vez que “a luta pela saúde é um marco fundamental do processo de resistência e dinamismo do trabalho de base das mulheres camponesas” (DARON, 2009, p. 389). Nesse sentido, o cuidado, por meio das práticas populares de cura, agrega significado às suas vidas, pois, no emaranhado de resistência, relações são fortalecidas através das trocas de saberes que permeiam o cotidiano no campo. São saberes que se cruzam com os antepassados brasileiros, sobre os quais essas mulheres se apoiam para realizar seus atendimentos, e que se fixam na memória.

As populações do campo, das florestas e das águas fazem uso constante de formas milenares de tratamento da saúde, seja por estar ancorado em conhecimentos de seus antepassados, compartilhados de geração em geração, ou por suas crenças. Para além de fortalecer os vínculos femininos com a terra, tais práticas possibilitam preencher lacunas do conhecimento que perpassa os saberes e a saúde da população rural.

As primeiras experiências de organização do Setor de Saúde em Minas Gerais localizam-se na região do Vale do Rio Doce, ainda no final dos anos 1990, e serviram de referência para a organização do Setor em outras regiões do estado. Desde então, coletivos formados principalmente por mulheres se constituíram para cuidar das famílias assentadas e acampadas na região (Ruckert, 2018, p. 74).

Desse modo, as práticas populares de saúde exercem forte protagonismo nos territórios ocupados em Minas Gerais, conforme se pode verificar no relato de Sueli Guimarães Rodrigues, moradora do acampamento Pátria Livre, em São Joaquim de Bicas (MG), e que consta na cartilha desenvolvida pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, em comemoração aos 20 anos do Setor de Saúde no estado:

Eu via as pessoas passando mal dentro do acampamento e com aquela prática de chazinho para os netos, fui fazendo os procedimentos. Um chazinho para dor de barriga, pra gripe, um hortelã, uma erva doce, um capim cidreira. O pessoal falava “a Sueli é boa”, então sempre tinha gente na minha porta. Ai o coordenador da nossa regional me chamou para entrar. Agora sou coordenadora da regional junto com eles, formando a equipe da área da saúde (ESP, 2018, p. 25).

A fala de Sueli traduz o valor que essas mulheres atribuem à saúde, à terra e ao Movimento. As guardiãs dos saberes, estão em busca de ampliar seus conhecimentos através de estudos e capacitações sobre as práticas populares de saúde. As “bruxas”, terapeutas da terra, ao dedicarem seu tempo para cuidar, renovam seu compromisso não apenas com a militância, mas, especialmente, com a saúde do coletivo.

Ressalta-se que, ao usarmos o termo “bruxas”, parece importante tecer algumas considerações a esse respeito, tendo em vista sua riqueza e a importância histórica. Desse modo, a intenção, é tecer uma breve reflexão, relacionando o termo com as mulheres do MST. Tendo como uma de suas formas de luta a cultura e a dedicação aos estudos, para M1, entrevistada do Setor de Saúde em Minas Gerais¹⁵, dirigir-se às cuidadoras e terapeutas da terra como bruxas significa valorizar os saberes de que fazem uso, utilizando-se da história para simbolizar suas práticas. Essas mulheres entendem que ser bruxa, no contexto das práticas populares de saúde, é estabelecer uma relação terra-natureza-cuidado, e que o alijamento das mulheres do contexto de saúde da época é efeito da ascensão do sistema capitalista:

¹⁵ M1 é Coordenadora do Setor de Saúde no Vale do Rio Doce e ministrou uma oficina de saúde popular durante o Encontro. É possível perceber o valor que as práticas populares de saúde ocupam no segmento em: <https://mst.org.br/tag/encontro-nacional-de-mulheres-sem-terra/>.

a gente vem qualificando esse tema e vem dando sentido pra ele, porque o que é ser bruxa? Na ancestralidade as bruxas eram mulheres que cuidavam das pessoas, então as parteiras, curandeiras, benzedeiras, as fazedeiras de chás eram consideradas bruxas, porque faziam essas práticas de atendimento e de cura. Então para a chegada do capitalismo isso incomodava, porque a saúde virou um comércio né? passando essas mulheres serem consideradas ruins, mas eram ruins pra quem? pro desenvolvimento da classe dominante. (Entrevista concedida por entrevistada M1 a Cibele Lima dos Santos, em dezembro de 2021)

O depoimento acima vai de encontro ao conhecido processo de criminalização das mulheres na Europa inquisitória, contexto de escalada da “caça às bruxas”, que, dentre outras justificativas, perseguiram as mulheres por seus supostos poderes de cura, conforme apontado por Federici:

tal perseguição se deu devido à relação singular com o processo de reprodução, as mulheres, em muitas sociedades pré-capitalistas foram reconhecidas por uma compreensão particular dos segredos da natureza, que as capacitava, supostamente, a proporcionar vida e morte e a descobrir as propriedades ocultas das coisas. Praticar magia (na condição de curandeiras, médicas tradicionais, herboristas, parteiras, criadoras de poções de amor) também foi para muitas mulheres, uma fonte de emprego, embora as expusesse à vingança quando os remédios falhavam. Esse é um dos motivos pelos quais as mulheres se tornaram os principais alvos da tentativa capitalista de construir uma concepção de mundo mais mecanizada. A racionalização do mundo natural – pré-condição de uma disciplina de trabalho mais organizada e da revolução científica – passava pela destruição da bruxa. (Federici, 2019, p. 65)

Nesse sentido, ao se pensar no mundo sagrado das plantas, da religiosidade e de outras práticas de cura, a perseguição da Igreja é corroborada pelo entendimento dos estudiosos do período. Foram as mulheres que mais sofreram perseguições e mortes durante o período inquisitório instalado pela Igreja Católica. A Inquisição consistia na condenação eclesiástica de tudo que colocasse em dúvida ou questionasse a relação homem-Deus. Entre os séculos XIV e XVIII, a Europa instalou uma forte intervenção sobre a prática do curandeirismo, período caracterizado como “caça às bruxas”. O termo, aqui, aparece como pejorativo, tendo em vista as ações realizadas pelas mulheres que, conhecidas como feiticeiras, detinham o conhecimento sobre plantas e cura. Hoje, contudo, essa história ganha nova página, avivada por estudos sobre a contribuição das “bruxas” para a medicina popular. Para Muraro:

Em uma visão retrospectiva a fim de explicar aquele período tenebroso de caça às bruxas, esclarece que, em períodos muito antigos, as mulheres eram curadoras, detentoras de saber próprio passado de geração a geração. Eram mulheres cultivadoras ancestrais de ervas que devolviam a saúde e que, na Idade Média, com seu saber intensificado, passaram a representar ameaça à classe médica que despontava das universidades do sistema feudal. Outro perigo estava em que elas se

organizavam em confrarias, nas quais, em ajuntamentos, trocavam segredos da cura de doenças do corpo e da alma. (Muraro, 1991, p. 70)

Tal passagem vai de encontro aos estudos desenvolvidos no interior do Setor de Saúde, espaço que busca ressignificar e trabalhar, incessantemente, o sentido de saúde para uma população como a dos Sem Terra, pois, como aponta Camargo:

Com base no conhecimento empírico acumulado, desenvolvido por meio de uma dinâmica própria, as práticas médicas populares vão seguindo o curso de sua própria história, adequando-se às realidades que o tempo histórico vai delineando, segundo diferentes contextos socioculturais nos quais se insere. Estudos de tais contextos, entendidos como agrupamentos humanos inseridos em sociedades urbanas ou rurais, nos permitem perceber como tais grupos relacionam-se, confrontam-se, competem-se, aliam-se, misturam-se e se interpenetram a fim de proteger, aumentar ou legitimar aquilo que consideram seu patrimônio, seja cultural, histórico, ideológico, ou seja, seu estilo de vida. (Camargo, 2014, p. 27)

Dessa forma, Farias, militante, assentada do MST e ex-coordenadora do Setor de Saúde na Zona da Mata mineira, afirma que:

Para o MST, ser uma bruxa é ter o reconhecimento de uma identidade, de uma afirmação política de representação. Inclui a possibilidade de ser mulheres, cuidadoras, femininas, feministas, dirigentes políticas, produtoras rurais, mães e ter a liberdade de controle de nossos corpos e sexualidade. Foi nesse espírito que o setor saúde foi criado no ano de 1998, tendo primordialmente as mulheres à frente desse processo organizativo constituindo coletivos responsáveis pelos cuidados dos militantes desde o período de ocupação de terras até o assentamento definitivo. (Faria, 2016, p. 51)

Faz-se necessário ressaltar que, embora a discussão sobre bruxas, no interior do Movimento encontra-se fortalecida, a temática não se institui de forma homogênea, uma vez que, no próprio Setor de Saúde, há mulheres que frequentam religiões diferentes e que por vezes não compactuam com a utilização do termo. Assim, no percurso das entrevistas, deparamo-nos com duas religiões, a católica, maioria, e a evangélica. Tivemos a exceção de uma companheira, católica, que não levantou a questão das bruxas como uma discussão importante do Setor, ao passo que as demais entrevistadas falaram da importância desse marco histórico na formação da saúde popular no Movimento.

Assim, ao mapear as práticas de saúde exercidas pelas mulheres, encontramos também a delicadeza no processo de cuidado ao ato de curar. Para as mulheres que cuidam, saúde não é uma relação antagônica à doença, mas sim uma busca constante pela qualidade de vida, incluindo o estar patologicamente bem e fisicamente disposto. Desse modo, encontramos no ritual de benzeção, na feitura da homeopatia, da fitoterapia, nas agulhas da acupuntura, na

radiestesia, no silêncio do Reiki, no deslize das mãos que massageiam o corpo cansado de um dia de preparo da terra e nos chás o suporte necessário para uma saúde comprometida com o ser humano e a luta pela terra. Essa saúde que dialoga com o *Programa de Práticas Integrativas e Complementares do SUS*¹⁶, estão disponíveis no contexto agrário e feminino do MST.

À bagagem construída no bojo da luta, somam-se os saberes e memórias difundidos por gerações, histórias que, muitas vezes, ficaram para trás; o território que se desloca e a necessidade de se manter viva, na resistência ao cotidiano, carregado por uma série de violências. É por isso, e por tantas outras questões, que o estudo das mulheres, aliado ao campo da saúde, é de fundamental relevância científica e social.

Os desafios de efetivar as práticas populares de saúde no contexto de assentados e acampados são muitos, uma vez que não há investimentos e nem interesse por parte do poder público em reconhecer a importância dessas práticas no meio rural. Mas o Movimento está vivo e resistindo às provocações da hegemonia e da hierarquia social cunhada nos velhos princípios conservadores, sem baixar a guarda para as retaliações, muitas delas relacionadas, justamente, ao exercício de seus conhecimentos e saberes.

3.6. A mulher rural os olhares sobre o cuidado e a divisão sexual do trabalho

A temática do cuidado tem ganhado espaço nas discussões no campo da saúde, especialmente após a crise sanitária global de COVID-19, que fez sucumbir as estruturas econômicas, políticas, ambientais, dentre outras, reforçando a necessidade de ampliar o debate sobre o tema. Afinal, trata-se de mais um dilema que recai sobre a questão de gênero, perpassando também por classe e raça, mas que atravessa de forma central a figura da mulher, colocando-a no cerne do cuidar como uma demonstração de afeto ou ato solidário. Nesse sentido, o contexto mais recente contribuiu para que esse pensamento se reconfigurasse, deslocando o cuidar do lugar afetivo para o lugar social e político.

O esforço, aqui, é de dizer sobre o cuidado em sua forma ontológica, que “possui existência objetiva, tanto em forma quanto em conteúdo” (Souza; Mendonça, 2017, p. 544), e

¹⁶ A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) consiste em alargar a oferta de serviços contidos no Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), incluindo práticas alternativas de tratamento, cujos resultados venham a agregar valores no que tange ao cuidado com a saúde, respeitando crenças, religiões e costumes (Santos, 2016, p. 63).

que perpassa pela solidariedade, mas também pelo trabalho e pela consciência política. Isto porque, segundo Souza e Mendonça:

O cuidado é componente do complexo universo das atividades humanas, ou seja, é uma particularidade da práxis social que é o conjunto das atividades humanas sensíveis, no qual a objetividade e subjetividade são indissociáveis, embora, a primeira seja a determinação predominante e o trabalho é o seu modelo originário. Na verdade, estas duas implicações se confundem em uma só, porquanto o caráter humano do cuidado esteja consignado ao caráter fundante do trabalho para com o processo de humanização. (Souza; Mendonça, 2017, p. 544)

No Vale do Rio Doce, ambiente desta pesquisa, o cuidado com a saúde, exercido basicamente pelas mulheres, também se expressa como forma de emancipação, visto que a tarefa de cuidar da militância se materializa, atravessando a perspectiva do trabalho, a forma ontológica de emancipação humana. Marx, no capítulo 5 de sua obra *O Capital*, suscita que:

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade, seus braços, pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas formas instintivas, animais do trabalho. (Marx, 2017, p. 255)

Assim, cuidado e trabalho, duas formas de ser/estar no mundo, migram para o mesmo sentido, tornando-se interdependentes, mas donos de suas especificidades.

Este estudo se ancora, portanto, na necessidade de desmitificar a concepção de que o cuidado, como trabalho realizado pelas mulheres através de práticas populares de saúde e do trabalho, se apoia apenas no campo da solidariedade e do afeto. Mais que isso, esse cuidado está ancorado em pilares políticos e emancipatórios, e, também, na presença do corpo. Corpo que fala e que se coloca à frente dos enfrentamentos típicos da luta pela terra. Ou seja, é um cuidar que vai de encontro ao que afirmou Pires, ao sugerir ser este

um movimento dialético, onde a relação de dependência acontece mais para construir autonomia dos atores envolvidos, que para manter-se em si mesmo, como exercício autocentrado de poder. Ou seja, significa cuidar para que se possa ser capaz de reelaborar cada vez mais a tutela e exigir dignidade humana, por projetos próprios. Consiste, também, no entendimento de que o “meu” projeto de autonomia só existe enquanto parte integrante da autonomia coletiva, sabendo-se sempre relativa [...]. O cuidar, sendo pulsação, manifesta-se gerando rupturas e interações que lhes são peculiares. Significa dizer que o cuidado existe na esfera da dinamicidade, da multiplicidade e diversidade que lhe funda. Ou que é precisamente pela incompletude, conflito e incerteza presente no gesto de ajuda que ele pode vir a

se constituir numa força revolucionária, traduzindo-se em politicidade subversiva. (Pires, 2004, p. 16-17)

Desse modo, as práticas populares de saúde exercidas pelas mulheres do MST no Vale do Rio Doce e, pode-se dizer, em todo o contexto da saúde realizada pelo Movimento, buscam, em seus modos de cuidar, trabalhar a autonomia em seu modo subversivo, visto que a saúde, para a população rural, é tão importante quanto em outros meios hegemônicos de sobrevivência. Meios que, apoiados em seus privilégios, sugerem uma não saúde, ou um não estado de ser da população menos privilegiada economicamente. O cuidar ganha corpo, vai para as ruas, ocupações, feiras e eventos diversos, a fim de revolucionar e demonstrar outros modos de fazer saúde, entendendo que

os caminhos populares para conseguir o reestabelecimento da saúde, são feitos por linhas quase invisíveis, mas que insistentes tateiam os espaços curadores sem necessariamente obedecer a lei do lugar. As táticas, para reaver os estados de bem-estar, são capazes de produzir resultados nem sempre abertamente perceptíveis, nem sempre classificáveis pelos critérios biomédicos. (Fleischer, 2013, p. 9)

O cuidado com a saúde no Movimento Sem Terra vai, aos poucos, tecendo sua rede de sustentação, na contramão da saúde biomédica-hospitalocêntrica, que, mercantilizada em sua face moderna “se particulariza em cuidado técnico-científico, concretizado por meio das diversas profissões de saúde, responsabilizadas cada uma delas, por dimensões específicas oriundas da compartimentação/especialização do ato de cuidar” (Souza; Mendonça, 2017, p. 549).

É necessário ressaltar que toda forma de cuidar, seja nos moldes populares ou nas esferas institucionalizadas, são válidas. Entretanto, quando esse cuidar, que é político, emancipatório e proporciona a autonomia humana, não pode perder de vista sua função social, o debate precisa ser posto às claras, pois torna-se uma “prática consubstanciada na (e a partir) da dinâmica do ser social, uma vez que, consiste na intervenção humana sobre a saúde dos indivíduos e coletividades, possibilitando a continuidade da vida” (Souza; Mendonça, 2017, p. 550).

Entende-se, portanto, que o cuidado precisa ser visto com lentes atentas para não ocupar um lugar reducionista nas relações de poder capitalistas, que procuram fazer do cuidado mais uma ferramenta sistêmica que aliena e é rentável em sua força de trabalho, depreciando a possibilidade da emancipação humana daquele que o pratica e daquele que o recebe.

Na mesma esteira, a questão da divisão sexual do trabalho ganhou espaço nas discussões e meios acadêmicos e feministas há tempo não muito longínquo. A tendência ganhou força na década de 1970, marco em que “as bases teóricas se consolidaram, sob o impulso do movimento feminista” (Souza; Guedes, 2016, p.124), diante do “paradigma da divisão sexual do trabalho que fortaleceu o debate sobre o trabalho da mulher nos espaços público e privado (Castro, 1992, p.82).

É sabido que essa relação entre patriarcado e mulher é antiga, mesmo que as mulheres, sobretudo aquelas de camadas mais pobres, historicamente, tenham estado presentes em relações laborais e tenham contribuído para o desenvolvimento econômico da sociedade, conforme pondera Saffioti:

a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares ela tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. (Saffioti, 2013, p. 61-62)

Nesse contexto, falar da divisão sexual do trabalho em um momento em que as agendas feministas (embora imbuídas de contradições que perpassam questões interseccionais¹⁷) se fazem repletas de demandas, importa, para que os movimentos sigam mobilizados afim de reduzir as distâncias históricas que subjagam a figura da mulher em relação ao homem, que sugere ser, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todos livres e iguais em dignidades e direitos” (Costa e Nunes, 2020, p. 102). Esse princípio, vale ressaltar que, embora fundamental, pode ser compreendido como uma das “promessas mais inacabadas da modernidade, esvaziado face a uma concepção de direitos que depende das qualidades naturais de cada indivíduo ou grupo social e se torna um campo privilegiado de legitimação da dominação” (Varikas, 2009, p. 117).

¹⁷ A interseccionalidade também é uma temática crescente no campo dos estudos sociais e, como a divisão sexual do trabalho, tem seu marco nos anos de 1970. Por interseccionalidade, Crenshaw (1994), define uma proposta que deve “levar em conta as múltiplas fontes de identidade, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante da identidade”. A discussão pode ser entendida como uma “teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual [...] (Bilge [2009] *apud* Hirata, 2014, p. 70).

No campo do gênero, especialmente na observação sobre a condição da mulher, as sociedades regidas pelos símbolos e permanências patriarcais reverberam a dominação masculina em segmentos como emprego, renda e outros marcadores de uma sociedade de classes. Esses marcadores se apresentam de forma bem delineada e são geradores de violências diversas contra as mulheres, relacionando-se intimamente com a produção da desigualdade social. Para Saffioti,

a condição inferior das mulheres na esfera produtiva é benéfica para o capitalismo, pois, promove a extração do máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho e da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que o masculino. (Saffioti, 2013, p. 36)

A noção de divisão sexual do trabalho, nesse sentido, se apresenta como teoria que contribui para o debate sobre a condição da mulher diante do desprezo que lhe é imputado nas diferentes estratificações do universo laboral. Hirata e Kergoat, estudiosas do assunto, definem a divisão sexual do trabalho, inicialmente, como:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599)

Entretanto, com o passar dos anos, a definição acima deixou de ser suficiente para responder a tais designações, tendo sido preciso avançar no debate referente ao lugar de reprodução e desigualdade que a mulher ocupa. Há, portanto, uma evidente necessidade de aprofundamento dessa questão, que levou as autoras a dividir a temática em dois princípios organizadores, a saber:

o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie [...]. Essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem desconstruir o paradoxo de que falávamos no início: tudo muda, mas nada muda. (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599-600)

Para as autoras, novas configurações da divisão sexual do trabalho aparecem como categorias de análise que, precisamente, interferem na condição da mulher, considerando tempos e espaços diferentes, em que, mesmo diante de conquistas e transformações – consolidadas no decorrer dos séculos XX e XXI –, fazem permanecer diferenças no campo social, econômico e outros. Ou, ainda, geram novas formas de conflitos, como a disputa pelo campo de trabalho e relações antagônicas de gênero, atravessando seriamente questões de classe social e raça.

Essas relações, por certo, se dão de diferentes formas, em variados contextos. No meio rural, a divisão sexual do trabalho é discutida pelos movimentos feministas populares de forma contundente, uma vez que

a organização e a divisão do trabalho no meio rural dão-se, ainda, em uma extensão entre o ambiente doméstico e a unidade produtiva, numa relação de continuidade entre consumo e produção, absorvendo mulheres, homens, crianças e idosos, com base principalmente na divisão sexual do trabalho. A centralidade da figura masculina neste processo de produção coloca homens na esfera produtiva e mulheres na esfera reprodutiva, reafirmando papéis sociais baseados na identidade de gênero socialmente atribuída. Ademais, nesse sistema são as mulheres os sujeitos mais afetados pelas precárias condições de vida encontradas no campo - causada pela insuficiência ou ausência de serviços públicos importantes para que a mulher alcance sua autonomia socioeconômica e pessoal (como educação, saúde e trabalho) e agravada ainda pela invisibilidade e sobrecarga de trabalho na agricultura familiar. (Santos, 2016, p. 334)

No MST, o Setor de Gênero discute amplamente a atuação da mulher no desenvolvimento econômico e em outras frentes nas quais o Movimento atua. O Setor de Produção¹⁸, por sua vez, impulsiona a visibilidade feminina e a apresenta como a maior mão-de-obra recorrida na geração de renda das famílias assentadas e acampadas, deslocando a mulher da esfera específica da reprodução para a da produção, do cuidado afetivo para o cuidado político e econômico. Assim, guardadas as especificidades, a economia e as relações de trabalho e cuidado no campo vêm se modificando devido ao incremento desse debate, e ao estabelecimento de princípios valorativos relacionados à mulher no interior do Movimento.

É possível visualizar essa atitude no documento dedicado à definição sobre as linhas políticas de gênero do MST que, entre outros, possibilita:

Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher; 2 assegurar que os recursos e projetos da organização sejam

¹⁸ O Setor de Produção do MST, além de ser o responsável pela produção e comercialização dos produtos gerados pelos agricultores e agricultoras da Reforma Agrária, cumpre um importante papel de pensar a economia familiar dos produtores e a geração de renda.

discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família. 3. incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. 4. em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; 5. garantir que em todos os núcleos de base dos acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe de todas as atividades como representante da instância. 6. garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família; 7. assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional; 8. garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e Setor de Produção e Cooperação e Meio Ambiente para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos; 9. realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberem a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias etc., comunitários. 10. garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica. 11. combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo. (O Setor, 2010, *s.p.*)

No sistema patriarcal e capitalista, por certo, tal salto está em construção, uma vez que, embora a ligação da mulher com a agricultura esteja cravada na história, mesmo no meio rural, muitas mulheres não fazem uso dessa condição histórica de suma importância na sociedade atual. Muitas mulheres, em função dos processos de subordinação que lhes foram impostos, têm dificuldades em se reconhecer como parte do processo produtivo da terra, permanecendo, assim, no espaço reprodutivo, em que acumulam funções e jornadas de trabalho excessivas, que configuram a relação de cuidado afetuosa, amorosa, pautada pela lógica de doação e de preservação do bem-estar familiar ou dos grupos em que vivem. Isso faz com que

a força de trabalho das mulheres é invisibilizada e estas não usufruem do reconhecimento social enquanto trabalhadoras, uma vez que, o trabalho que realizam cotidianamente na esfera doméstica é naturalizado e não é devidamente reconhecido como essencial para a reprodução da família e sua participação nas tarefas produtivas é tida como ajuda ou complemento ao trabalho masculino (ainda que seja essencial). Ou seja, os mesmos espaços de trabalho possuem significados diferentes para homens e mulheres. (Santos, 2016, p. 334)

Para a entrevistada M2, assentada no Vale do Rio Doce, mesmo com a invisibilidade e a naturalização do espaço reprodutivo, a mulher rural, a duras penas, enfrenta e modifica a paisagem do trabalho:

os homens achavam que a mulher (sozinha) não poderia ser assentada, que não iam dar conta de cuidar de um lote sozinhas e que as fariam desistir da luta, por conta dessa opressão machista. Muitas desistiram da luta, mas a maioria foi em frente junto a luta pela terra, e mesmo com as dificuldades, as mulheres conseguem ter um lugar de fala dentro da organização. Acho que esse ser mulher tá mais empoderado no sentido de conseguir fazer a discussão, no sentido de conseguir as coisas, garantir a participação. (Entrevista concedida por M2 a Cibele Lima dos Santos, em 20 de agosto de 2022)

É dessa forma que as mulheres rurais, em meio a tantos impasses e cerceamentos, constroem suas histórias no território em que vivem. A luta pela terra é o primeiro desafio na condição da ocupação da terra. E ser mulher, nessa luta, representa um segundo desafio que, quando encarado, promove sua emancipação. Muitas, encaram a luta sozinhas, e ali vão se constituindo como mulheres políticas, e, inseridas nos trabalhos de base, nas formações políticas e humanas, tecem suas histórias, entendendo que a escolha pela luta e pelo empoderamento é a escalada para uma vida melhor.

Em nossas entrevistas, nenhuma mulher demonstrou arrependimento pela opção de lutar pela terra. Pelo contrário, entendem que a garantia do alimento viria justamente a partir dessa luta, que envolve opressões e contradições, mas também resultados positivos. Que reverberam o cuidado estruturado em afeto, amor, carinho e solidariedade, mas que também desponta para os olhares atentos que o cuidado pode ofertar, “reivindicando que o cuidado seja reconhecido como uma questão social e política” (Tronto [2009] *apud* Marcondes, 2020, p. 180).

Nessa perspectiva, o cuidado é essencial para a manutenção das lutas, pois, é a partir dele que, politicamente, as mulheres se forjam no campo das disputas violentas, travadas entre Estado e sociedade civil, por uma vida digna, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Se esse cuidado for, de fato, atributo do feminino, a revolução para emancipação da mulher rural, virá por suas mãos, tendo em vista sua participação, consciente e crescente, seja nos movimentos populares de luta pela terra e por moradia, seja em outras reivindicações que ocupam as agendas das mulheres “margaridas” na busca por equidade de gênero.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

4.1. Referencial teórico-metodológico¹⁹

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa que objetiva responder, como observa Minayo (2019, p. 20-21), “a questões muito particulares, que dificilmente podem ser traduzidas em números”. Vale destacar, como também pontua a autora, que a pesquisa qualitativa tem o papel, dentro das ciências sociais, de “traduzir o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e dos valores das atitudes humanas” (MINAYO, 2019, p. 20). Essa compreensão dá sentido à escolha metodológica de nosso trabalho, que contou com a participação de sete (07) mulheres, assentadas e acampadas do MST, distribuídas em cinco municípios do Vale do Rio Doce (MG), sendo eles: Governador Valadares, Tumiritinga, Jampruca, Matias Lobato e Campanaro.

Por motivos diversos, dentre os quais as enchentes ocorridas à época da pesquisa de campo (2021), que dificultaram o acesso às áreas, as entrevistas ocorreram nos municípios de Governador Valadares, onde foram ouvidas três mulheres assentadas e uma acampada, em espaços indicados pelas entrevistadas no assentamento Oziel Alves Pereira. Em Tumiritinga, foram ouvidas três mulheres do assentamento Primeiro de Junho. Nesse assentamento, as entrevistas foram realizadas em suas próprias residências. Desse modo, as entrevistas se deram de forma presencial, com encontros gravados em aparelho celular, contando com aproximadamente 90 minutos. Todas as mulheres foram ouvidas apenas uma vez. Após transcritas as entrevistas, as devolutivas seguiram pelo *WhatsApp* e entregues presencialmente. As entrevistadas aprovaram o conteúdo transcrito, retornando com os pareceres entre junho e setembro de 2022.

É importante ressaltar que a escolha dessas mulheres foi feita com base na metodologia *snowball* (bola de neve), que se define basicamente pela identificação dos participantes da pesquisa e o recrutamento desses sujeitos – verdadeiros atores sociais – a partir do reconhecimento por seus pares, em decorrência do papel de liderança que exercem nas comunidades estudadas (Biernacki; Waldorf, 1981).

As entrevistas realizadas em Governador Valadares apontaram para um aspecto curioso, visto que apenas uma das quatro mulheres ouvidas no assentamento Oziel Alves

¹⁹ Parte do texto da metodologia foi utilizada no artigo *O protagonismo das mulheres do Movimento dos Sem Terra no Vale do Rio Doce – MG, uma abordagem qualitativa sobre as práticas populares de Saúde*, submetido e aceito na Revista de Pesquisa Qualitativa.

Pereira, residia no município, ao passo que as demais encontravam-se ali para atividades promovidas pelo Setor de Saúde do Movimento. As atividades ocorreram em três ocasiões, em eventos distintos, que contaram com a presença das “terapeutas da terra”, prontas para atender a possíveis emergências de saúde.

Foi um ano de idas, permanências e vindas, dedicado à escuta, observação e participação no cotidiano dessas mulheres, em que foi possível interagir com as feitura da saúde popular, fosse através das anotações, do acolhimento, das rodas de dança, dos registros fotográficos, da colheita/reconhecimento das plantas ou em outras atividades. Assim, percebe-se que a temática não se esgota e que o universo das práticas populares de saúde, ligada ao papel da mulher camponesa, é apenas a ponta do *iceberg*. Dessa forma, não é possível dizer de uma saturação de dados, mas, sim, de uma porta aberta para novas dúvidas e questões voltadas a uma temática complexa, cujo debate está em permanente construção. Tampouco podemos dizer que foi apenas um trabalho de pesquisa, partindo de método, perguntas, respostas e hipóteses, afinal, permitiu também um encontro, em cujo solo foram plantados sonhos, criados vínculos, que se projetaram em perspectivas de trabalhos efetivos, descortinando realidades da saúde no campo e permitindo que amizades fossem firmadas. Bosi (1972), expressa esses sentimentos de compromisso e subjetividade, afirmando que:

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. [...] Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. (Bosi, 1979, p. 2)

Aliada à metodologia qualitativa, recorreremos também à História Oral e à observação participante, percursos metodológicos que contribuem para o amplo aproveitamento das informações coletadas em campo. A História Oral é uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, uma vez que se apresenta como um instrumento eficaz no mecanismo de escuta e no resgate da oralidade, em especial daqueles sujeitos historicamente invisibilizados. Como pondera Tedeschi (2014, p. 9), o campo se abre de forma promissora “em relação à tarefa de descobrir “novos” sujeitos, sua ação e interpretação do presente, apoiada na sua consciência do passado”.

Para além disso, a História Oral busca se entrever com outras ciências, como “antropologia e ciências sociais, como parte de um processo de construção individual e coletiva, fruto de um trabalho compartilhado e participativo dos sujeitos – protagonistas de

uma dada realidade” (Tedeschi, 2014, p. 9). É importante ressaltar que o diálogo entre a História Oral e outras áreas permite seu direcionamento à área da saúde, em especial da saúde coletiva, caso deste trabalho. A partir da fala, da escuta e da subjetividade contida e colhida em cada depoimento, é possível identificar elementos que excedem à busca por resultados de pesquisas, contribuindo para uma possível intervenção no meio em que se investiga, seja pela proposição de projetos, seja pela indicação de políticas públicas que possam contribuir com/para o bem-estar coletivo.

Fazemos uso, também, de preceitos do campo da História das Mulheres, tradição historiográfica que ganhou força no final dos anos 1960, explicitando a necessidade de situar a mulher na história, tendo em vista seu apagamento como parte essencial da sociedade e de sua “história concreta e sua história singular” (VENÂNCIO, 2008, p. 284). Perrot, historiadora francesa que se dedicou ao desafio de situar a mulher na historiografia, ressalta que:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente a concepção de que as mulheres têm uma história e não apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (Não se sabe nada das mulheres, diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível. (Perrot, 1995, p. 9)

A autora não só critica a postura intelectual que orienta a ausência de produção histórica sólida sobre as mulheres, como também abre caminhos para que essa história possa ser contada, incluindo todas as mulheres. Após a década de 1980, a produção historiográfica sobre as mulheres passa a conquistar mais espaço, ainda que de forma tímida. A História Oral torna-se, assim, uma metodologia aliada, permitindo ouvir e contar narrativas de mulheres. Para Rovai (2017), a História Oral das Mulheres é

Um compromisso político com a escuta atenta, ética e respeitosa por vozes que insistem em se fazer ouvir, abrindo brechas e produzindo questionamentos sobre sentimentos e condutas socialmente construídos e sobre a produção de uma história única. Não houve e nem há, por parte das mulheres, qualquer silêncio, mas a luta contra o silenciamento. (Rovai, 2017, p. 12)

Salvatici (2005, p. 32), por sua vez, chama a atenção para o fato de que a História Oral das Mulheres, “inicialmente, desenvolveu uma insistência muito mais cautelosa na diversidade

cultural das diferenças de gênero e na necessidade antes de fazer proposições grandiosas levar em conta a pluralidade”. Isto porque

O conceito de pluralidade destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero, entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações. O que era considerado a “voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes, e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade. (Salvatici, 2005, p. 32)

Levar em consideração a diversidade das experiências femininas no campo, bem como as trajetórias de vida das assentadas e acampadas, seus saberes e práticas de saúde, permite, por um lado, demonstrar como a história política altera as trajetórias dos sujeitos. Por outro, permite também indagar sobre como histórias de vida e tradições orais dizem da história coletiva, desvelando questões sobre o papel social das mulheres na produção do conhecimento científico e no trânsito pelos espaços públicos e privados. Aqui, buscamos revelar como se dá a presença e a atuação dessas mulheres no universo da saúde nos acampamentos e assentamentos do Vale do Rio Doce, evidenciando o que Bosi (1979) chama *dimensão social da memória*²⁰.

No que toca à observação participante, o método proporciona ao pesquisador a interação direta com os sujeitos de pesquisa, possibilitando a construção da narrativa através da convivência, nos ambientes em que se propõe a investigar. Realizar essa imersão é mais que simplesmente ir a campo, coletar informações, registrar percepções no caderno e realizar a análise dos dados. Observar o campo significa participar e compreender a realidade em que se pesquisa. A observação participante é, nesse sentido,

Um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pessoa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso o observador faz da parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (Minayo, 2019, p. 64)

Assim, participar da vida das mulheres do Vale Rio Doce e suas práticas de saúde perpassa a desconstrução da ciência hegemônica, propondo uma ruptura com o paradigma positivista, conforme pontua Schimidt:

²⁰ A autora conclama a dimensão social da memória como registro do que “foi escolhido para perpetuar na história de sua vida” (BOSI, 1979, p. 1).

A prática da pesquisa participante é capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo, configurando metodologias que promovem uma relação com o outro próximo à ideia de comunidades interpretativas. (Schimidt, 2006, p. 13)

Dessa forma, a opção por inserir a observação participante, alinhada à História Oral e à História das Mulheres, parte do pressuposto de que a vivência em tais comunidades é uma forma de aprender e apreender seus modos de vida, o que nos possibilita a construção de um saber coletivo voltado à elaboração de um conhecimento em que as mulheres falam e permitem traduzir a singularidade de pertencer a um movimento de luta pela terra. Nesse sentido, a pesquisadora teve a oportunidade de participar de diversos momentos do cotidiano dessas mulheres, em sua permanência em campo por diversas semanas, em atividades distribuídas entre os anos de 2021 e 2023.

Para análise dos dados coletados durante a pesquisa, a prosopografia ganhou espaço para dar vida à discussão de histórias que perpassam a individualidade e a subjetividade das entrevistadas, reiterando o caráter coletivo do Setor de Saúde, das mulheres e das práticas populares de saúde. São observados aspectos históricos e sociais que a prosopografia permite construir a partir de histórias de vida que valorizam os saberes das mulheres, assim, o método é utilizado

na investigação de uma diversidade de objetos, fenômenos políticos, movimentos sociais, grupos políticos, culturais e sociais, sem estar logicamente associada a uma teoria ou a uma interpretação histórica substantiva. Nesse sentido, pode-se considerar que o investigador de História Política, de História Social, recorre a este recurso de micro história como uma técnica de pesquisa, dentre outras, abordagens possíveis dos fenômenos investigados. (Monteiro, 2014, p. 14)

A prosopografia, ganhou maior visibilidade como técnica ou método de estudo/análise a partir da década de 1970, sendo muito utilizada por historiadores e cientistas sociais. Seu conceito base é o de ser

A investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos no universo são justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. (Stone, 2011, p. 115)

Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas em campo, foi possível criar categorias representativas da história da luta pela terra, associada à saúde, em que as mulheres do Vale do Rio Doce são as protagonistas. A partir da análise dos gráficos e do perfil prosopográfico, foi possível constituir uma história dessas mulheres que marcam presença nos movimentos que reivindicam o acesso à terra em Minas Gerais e no Brasil. Para elas, o registro dessas histórias e saberes é também importante, pois desejam ser visibilizadas e reconhecidas como parte relevante da construção do país. M2, nossa entrevistada, evoca esse desejo e, em suas palavras, registra:

Então, eu acho que esses saberes, nossas histórias precisam ser compartilhadas, precisa ser escrita, por isso eu respondo com muita alegria sua pesquisa, que eu sei que não vai ficar só comigo e nem só com você, mas que outras pessoas também vão começar a fazer parte desse universo de observar a natureza, as plantas, os pássaros. (Entrevista concedida por M2 a Cibele Lima dos Santos, em 20 de agosto de 2022)

Por fim, cabe ressaltar que o projeto de pesquisa, os termos de consentimento livre e esclarecido, direito de uso de imagem e voz e o roteiro de entrevistas, foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Fiocruz Minas, sob o parecer nº 4.000.974, CAAE: 29105720.8.0000.5091, em 30 de abril de 2020. (Anexo IV).

4.3. Descrição da área de estudo

As áreas de estudo contempladas na pesquisa foram as seguintes: Governador Valadares, onde se situa o assentamento Oziel Alves Pereira. Tumiritinga, onde se encontra o assentamento Primeiro de Junho. O município de Campanaro, onde está localizado o assentamento Egídio Bruneto. O assentamento Ulisses de Oliveira, localizado em Jampruca, e, por fim, o acampamento Maria da Penha, em Matias Lobato.

4.4. O assentamento Oziel Alves Pereira

O assentamento Oziel Alves Pereira está localizado a cerca de três quilômetros da sede da cidade de Governador Valadares e a oito quilômetros do centro do município (localizado na mesorregião Vale do Rio Doce). O acesso é feito integralmente por estrada asfaltada, a rodovia BR-116 (Rio-Bahia), no sentido Governador Valadares – Teófilo Otoni. A entrada do assentamento fica à esquerda da BR-116, antes do horto florestal do IBAMA e dispõe de uma

área de 1.945,9232 hectares e perímetro de 30.050 metros, abrigando aproximadamente 68 famílias.²¹

O nome do assentamento foi dado em homenagem a um jovem que foi assassinado pela Polícia Militar do estado do Pará em 21 de abril de 1996, no Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no mesmo período da ocupação. Esse nome representa, também, a luta dos moradores, que chegaram à antiga Fazenda Ministério ainda na juventude, e hoje a perpetuam com seus filhos e netos.

De acordo com Ferraz (2017), o município tem histórico de desenvolvimento em função do crescimento do comércio e, posteriormente, da pecuária, tipicamente destinada à engorda de bovinos para abastecimento dos mercados consumidores. O território próximo ao assentamento é de visível desenvolvimento imobiliário, com fatores indicativos de fortalecimento do comércio, como a instalação de um grande hospital privado, além de lojas, pequenas fábricas e hotéis. Geograficamente periférica em relação à cidade, a área apresenta as mesmas características de um bairro pobre das capitais brasileiras ou de um empreendimento imobiliário popular recém-criado. Evidentemente, por se tratar de um assentamento de Reforma Agrária, não há comércio de casas ou qualquer tipo de especulação fundiária.

O assentamento é bem organizado e conta com estrutura de água e luz, rede de telefone e internet. Conta, ainda, com uma praça, escola estadual, creche, campo de futebol gramado e um completo Centro de Formação com salas, dormitórios, secretaria e refeitório. O Centro de Formação Francisca Veras é um espaço que busca a formação técnica e educativa das e dos trabalhadores rurais, dando um passo para o acesso ao conhecimento através do estudo e de técnicas pedagógicas adaptadas ao cotidiano desses sujeitos, seja na linha da qualificação profissional, manejo de técnicas produtivas, alfabetização das assentadas e assentados, entre outros temas.

²¹ Dados retirados do diagnóstico socioeconômico e ambiental e projeto final de assentamento do PA Oziel Alves Pereira. Disponível em: http://assentamentos.com.br/uploads/assentamentos.com.br/projetos/Governador%20Valadares/PFA%20Oziel%20Alves%20Pereira_Gov%20Valadares.pdf

FIGURA 6. Entrada do Assentamento Oziel Alves Pereira



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 7. Escola Integrada do assentamento



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 8. Vista área do assentamento Oziel Alves Pereira



Fonte: MST (Disponível em <https://mst.org.br/2019/08/23/assentamento-oziel-alves-completa-25-anos-de-resistencia-em-minas-gerais/>)

FIGURA 9. Centro de Formação Francisca Veras



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 10. Igreja Católica do assentamento

Fonte: Acervo pessoal.

4.5. Assentamento Primeiro de Junho

O assentamento Primeiro de Junho está localizado no município de Tumiritinga, na região do Vale do Rio Doce. O município foi fundado em 1948, possui extensão de 498,2 km² e faz parte da microrregião de Governador Valadares, cidade com a qual desenvolve intensas relações sociais e econômicas (Fontes, 2017). Tumiritinga possui, atualmente, cinco assentamentos: PA²² Cachoeirinha, que abriga 32 famílias; PA Águas da Prata I, com 15 famílias; Águas da Prata II, com 15 famílias; PA Terra Prometida, com 30 famílias e PA Primeiro de Junho, com 80 famílias (INCRA, 2016).

O Primeiro de Junho foi criado oficialmente em setembro de 1996 e possui cerca de 80 famílias, ocupando uma área de 2608.1345 hectares (INCRA, 2016). Segundo os moradores, o assentamento deve contar, hoje, com mais de 100 famílias, devido aos filhos e filhas que se

²² PA – Projeto de Assentamento, realizado pelo INCRA ao destinar uma área para assentar as famílias da Reforma Agrária.

casam, formam família e constroem suas moradias nos terrenos dos pais. Sua constituição é fruto de um desmembramento, como descrito:

Em 1º de junho de 1993, algumas famílias remanescentes da ocupação de Aruega, acampadas à beira da rodovia BR 166 – num local denominado ponto Marambaia – ocuparam a fazenda que estava em processo de desapropriação, não houve despejo e, posteriormente, em 1966, as terras da fazenda Califórnia deram lugar a dois assentamentos: o “Assentamento 1º de junho” e o “Assentamento Cachoeirinha”. A primeira ocupação foi coordenada diretamente pelo MST e a segunda por integrantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tumiritinga e da CPT. (VILARINO; GENOVEZ, 2019, p. 23)

O assentamento conta com uma estrutura que contempla uma escola estadual, um posto de saúde, uma quadra de esportes, uma igreja católica, farinheira e alambique, sendo descrito como um espaço tranquilo e harmonioso. Além disso, a agroecologia é fundamento importante do assentamento (FONTES, 2017).

FIGURA 11. Entrada assentamento 1º de junho



Fonte: Acervo Pessoal.

FIGURA 12. Posto de saúde Primeiro de Junho



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 13. Escola Estadual Primeiro de Junho



Fonte: Acervo pessoal.

Os assentamentos Ulisses de Oliveira²³ localizado em Jampruca, Egidio Bruneto no município de Campanaro e o acampamento Maria da Penna²⁴ situado em Matias Lobato, foram terras ocupadas no início dos anos 2000. Seus PA's (Projeto de assentamento), ainda não foram implantados pelo INCRA, dificultando a busca de dados para descrição e caracterização dos mesmos.

4.6. Procedimentos e Fases da pesquisa

A pesquisa seguiu as seguintes fases:

- **Fase exploratória:** em que foi referendada a fundamentação teórica, no intuito de explorar criticamente o conhecimento já construído a respeito do objeto estudado por meio da literatura sobre o assunto;
- **Fase de campo:** nesta fase foram realizadas as entrevistas que compõem a metodologia da História Oral com as sete mulheres selecionadas. Os instrumentos utilizados foram: caderno de campo, gravador para registro das entrevistas, que foram norteadas por questionário semiestruturado de linguagem acessível, ficando as entrevistadas livres para responder ou não às perguntas. As entrevistas foram marcadas antecipadamente, em concordância com as entrevistadas, de modo que não foram desviadas de sua rotina. Foram utilizados, também, recursos visuais, como fotografia e filmagem, autorizadas pelas entrevistadas através da assinatura do Termo de Autorização de Som e Imagem. A utilização desses recursos buscou a construção de um acervo fotográfico e audiovisual para possível utilização no futuro, sempre relacionada ao conteúdo da pesquisa.

As entrevistas foram transcritas pela própria pesquisadora, sendo fiel ao conteúdo gravado, respeitando a fala, a linguagem e todos os elementos presentes no momento. Além disso, receberam tratamento de acordo com normas metodológicas do campo da História Oral, a saber: a) transcrição, processo rigoroso, longo e exaustivo de passagem inicial do oral ao escrito; b) textualização, etapa através da qual as perguntas da pesquisadora são retiradas ou adaptadas às falas das colaboradoras e c) transcrição, que diz da incorporação de elementos

²³ <https://mst.org.br/2020/08/11/assentamento-ulisses-oliveira-luta-e-amor-a-vida-2/>

²⁴ <https://mst.org.br/2019/07/18/em-minas-gerais-acampamento-maria-da-penha-avanca-na-conquista-terra/>

extratexto na composição das narrativas dos colaboradores (Meihy *apud* Silva e Barros, 2010).

- **Fase de análise:** foram criadas categorias de análise, a partir das quais os dados foram transportados para um formulário do *Google Forms*. A partir das questões elencadas nas entrevistas realizadas em campo, foram extraídas as respostas, que originaram gráficos. Esses, forneceram um panorama geral das categoriais desejadas na pesquisa, auxiliando nas análises. Conforme ressaltado, o intuito foi realizar uma história coletiva dessas mulheres (prosopografia), que deu origem aos resultados alcançados nesta pesquisa.

- **Fase de consolidação da tese:** finalmente, esta etapa consistiu em sistematizar os procedimentos e elaborar o presente texto, seguindo todos os pressupostos metodológicos, literatura e observações, conforme exigido no documento de regimento da instituição.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sobre as práticas populares de saúde - *Eu acho que são as práticas de cuidado que tem relação com a terra, com as plantas medicinais, com tudo o que tem a ver com a natureza, porque é da terra que temos a energia da vida né? Da terra, do sol, da água e eu pra mim, são todas as práticas ligadas a isso né, é a simbologia da lua, acho que são todas as práticas que a gente consegue fazer a ligação com a natureza.*
(Entrevista concedida por M2 a Cibele Lima dos Santos, em 20 de agosto de 2022)

Ao iniciar a caminhada na pesquisa, várias intencionalidades foram postas e, ao chegar a esta seção, as percepções presenciadas ao longo do trabalho de campo forneceram, sem dúvidas, uma oportunidade de ouvir e (re)contar a vida das mulheres que, invisibilizadas pelo sistema, assumem posições de protagonistas da história de um movimento social voltado não apenas para a Reforma Agrária, mas para a transformação humana.

As práticas populares de saúde e a emancipação da mulher do Vale do Rio Doce, se constituem como tema central deste trabalho. Nos primeiros dois anos da pesquisa, os caminhos ainda eram tímidos, ora buscando sustentação nas aulas teóricas, ora apresentando trabalhos em congressos ou seminários, sempre na expectativa de dar os primeiros passos para a inserção em campo, a fim de alcançar inserção nesse meio e ver de perto as práticas, as lutas e o significado de ser mulher na e da luta pela terra.

A pandemia de COVID-19 atrasou o que estava programado para ser uma imersão de ao menos doze meses contínuos em campo, participando e vivenciando o cotidiano dessas mulheres e de seus assentamentos e acampamentos. Fomos impedidas, compulsoriamente, do nosso direito de ir e vir. As áreas seguiram o protocolo de “cerca cerrada” à risca, fato que evitou muitos casos da doença e óbitos em meio a essa população. Nesse ínterim, as conversas *online* e as *lives*, começavam a dar contorno à pesquisa. No ambiente virtual, as trocas foram se fortalecendo e conversas sobre práticas populares de saúde e mulheres assentadas e acampadas do Vale do Rio Doce se delineavam.

Em dezembro de 2021, a primeira visita presencial aos assentamentos Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares, e Primeiro de Junho, em Tumiritinga, se tornou realidade:

Cibele, gratidão por ter nos escolhido pra sua pesquisa né! Fiquei muito feliz e contente quando Terezinha me falou que você viria pra cá e queria bater um papo com nós. (Entrevista concedida por M3 a Cibele Lima em, 17 de dezembro 2021)

Dessa forma, um panorama (antes virtual) de fala e escuta sobre e com as mulheres e saúde popular nas perspectivas de cuidado, território, luta, saúde e doença se fazia possível, agora presencialmente.

Para além das entrevistas, em meses espaçados, foram três eventos no Centro de Formação Francisca Veras²⁵, espaço de formação do Movimento em Minas Gerais, além de duas grandes feiras da Reforma Agrária, uma estadual, em maio de 2022, e outra nacional, em maio de 2023. Todos os eventos contaram com o espaço de cuidado em que foi possível observar de perto a importância da saúde popular no cuidado com a militância.

FIGURA 14. Oficina de Saúde Popular – Assentamento Oziel Alves Pereira – dezembro 2021



Fonte: Acervo pessoal.

As mulheres entrevistadas apresentaram um retrato falado de suas vidas e trajetórias dentro e fora do Movimento, entrelaçando passado, presente e futuro. Este último, embora desconhecido, provoca respostas prontas dessas mulheres, que se sentem preparadas para todo e qualquer tipo de enfrentamento e desafio vindouro, tendo em vista todas as violências impostas a quem luta pela terra. São mulheres diversas, com perfis distintos, que se somam a outras mulheres, de movimentos, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC),

²⁵ Os eventos foram: Jornada das Mulheres (março/2022), Encontro do Movimento de Atingidos por Barragens (abril/2022), Inauguração do Comitê Popular de Saúde Pró-Lula (agosto/2022). As Feiras foram: Festival de Cultura e Feira da Reforma Agrária Estadual (maio/2022) e Feira Nacional da Reforma Agrária (maio/2023).

criando uma rede de apoio em que temáticas como economia e política não mais se fixam nos espaços masculinos, mas são ampliadas e multiplicadas em saúde, educação, cultura e gênero.

Embora o meio rural ainda se configure como um espaço masculino, para as mulheres que lutam pela terra, a casa e a própria terra já não são apenas lugares de reprodução. Ali, produzem e somam à economia do lar. São, muitas vezes, independentes, mães solteiras, divorciadas e engajadas na política e na luta. É dessas mulheres que narramos o cotidiano, interligado ao Setor de Saúde e à saúde popular, mulheres terapeutas da terra, cuidadoras ou bruxas, que fizeram da luta seu espaço de sobrevivência, seu *locus* de conhecimento. E que, com suas práticas e saberes de saúde, abraçam o cuidado da militância para que não se arrefeçam diante da violência social e do Estado.

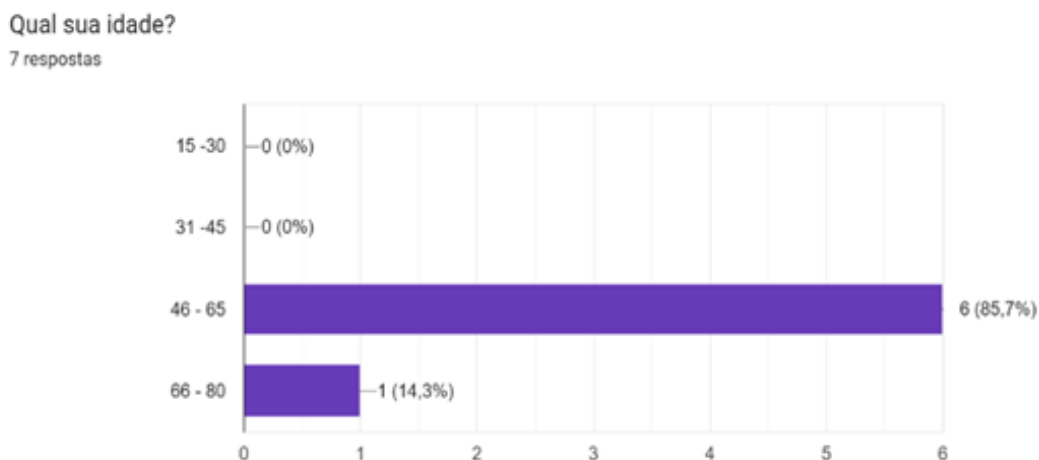
O campo da Saúde Coletiva precisa conhecer essas narrativas, ou, se já conhecem, deve fortalecê-las, pois dizem dos direitos, da Constituição, do SUS e de determinantes sociais. Essas mulheres têm consciência de onde falam e porque falam. Ocupam espaços públicos, INCRA, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), linhas de trem, empresas de papel e atuam sobre eles. Portanto, é nesses espaços que as mulheres, ainda invisibilizadas pelo sistema capitalista e extrativista, têm a oportunidade de se expressar, fixando o seu papel na história da saúde popular e na história da luta feminina pela terra no Brasil.

Mulheres em luta, semeando resistência!

5.1. Sete mulheres – diversos perfis – uma mesma luta

As primeiras indagações feitas às mulheres participantes deste trabalho se referiram a suas identidades. Assim, partimos das categorias idade, profissão, religião e tempo na luta pela terra, a fim de perceber em que circunstâncias sociais elas deslocaram de seus locais de nascimento em busca de outras experiências. Os gráficos e tabela que apresentamos na sequência desta seção nos possibilitam perceber os fluxos que permearam suas trajetórias até aqui.

A presença das mulheres em movimentos de luta pela terra, vale frisar, sempre se deu de forma massiva. Nos enfrentamentos exigidos pela luta, um número expressivo de mulheres estiveram até mesmo na linha de frente dos combates. Na análise das quatro categorias (idade, profissão, religião e tempo de luta), as vozes se juntam e demarcam território:

GRÁFICO 1. Idade das entrevistadas

Fonte: Elaborado pela autora.

GRÁFICO 2. Tempo de inserção na luta

ANO DE NASCIMENTO	ANO DE ENTRADA NA LUTA	IDADE ENTRA DA NA LUTA	QUANTOS ANOS NA LUTA
1973	2011	38	12
1972	1988	16	35
1970	1998	28	25
1963	1988	25	35
1957	1998	41	25
1958	1988	30	35
1956	1994	38	29

Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistadas que possuem entre 50 e 67 anos de idade, autoidentificadas, em sua maioria, pelas profissões de agricultora, lavradora e, ainda, professora, de religião católica, estão situadas nesse contexto de luta. É a partir dos marcos de ocupação da Fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro (MG), no ano de 1988 (primeira ocupação do MST em Minas Gerais), da Fazenda Califórnia, em Tumiritinga (1993) e da Fazenda Ministério, em Governador Valadares (1994), que as mulheres de Minas Gerais transpõem barreiras conservadoras, para, então, romper as cercas dos latifúndios em busca de uma vida digna.

O século XX, para a história da mulher no Brasil, oscila entre dois contextos. A primeira metade, que é marcada por uma sociedade ainda conservadora, mas que se estruturava na efervescência da “modernização” das cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro (então capital federal) e São Paulo. E a segunda metade, em que a figura da mulher, diante dos avanços dessa mesma modernização, sob forte influência do movimento feminista e do avanço das políticas públicas no país, delineava novos contornos em relação à presença feminina. Nas primeiras décadas do século, ainda sob o jugo da tríade família-Igreja-medicina higienista, embora houvesse a articulação em esferas da produção, especialmente na área da educação²⁶, a participação da mulher era socialmente negligenciada.

No Brasil, país periférico, recém-constituído como República, tal fato se comprovava tanto no cotidiano quanto nos veículos de comunicação da época, ou, especialmente, em laudos médicos, que exerciam forte influência no comportamento e julgamento das mulheres. Para a medicina higienista e hegemônica, a mulher que não se comportava conforme a santidade clerical era possuidora de alguma anomalia, conforme ponderam Facchinetti e Carvalho:

ao longo das primeiras décadas do século XX, a missão de “regeneração nacional” da medicina mental se tornou cada vez mais sistematizada e, ao mesmo tempo, mais difícil. Apesar dos esforços para “melhorar as condições de saúde física e mental de nossa gente”, os “desvios” de comportamento feminino eram cada vez mais comuns e não estavam circunscritos apenas às mulheres internadas nos asilos: segundo o eugenista Renato Kehl, as desviantes representavam uma “grande porcentagem entre as mulheres, sobretudo nas metrópoles”. A profunda e crescente “deterioração social” vinha ameaçando a estabilidade psíquica feminina e, por conseguinte, o futuro da nação”. (Facchinetti; Carvalho, 2019, p. 14)

Muitas mulheres, nesse sentido, pagaram um preço alto por expressar suas formas de viver, transgredindo a ordem patriarcal e violenta a que eram sujeitadas. Era comum a internação compulsória em asilos, colônias e hospitais psiquiátricos. Como discorrem as autoras:

Os documentos clínicos estão repletos de mulheres que “cometeram” excessos de leitura inadequada; de moças que tiveram instrução “em demasia” e, como resultado, ficaram desequilibradas entre uma “inteligência que prejudica” e a desobediência de seus “deveres sociais” (Roxo, 1906:130). As consequências mais danosas da rebeldia feminina seriam a inversão completa do seu papel natural: em vez de passivas, essas mulheres tendiam a querer “igualar-se ao homem” (Porto-

²⁶ No final do Século XIX, o número de mulheres ocupando a função de educadoras, fora da esfera familiar, era crescente. Para Louro (2004, p. 443-481), a resposta provavelmente está no aumento da urbanização e industrialização, que gerou empregos mais promissores ao público masculino. Eles foram se deslocando para atividades mais “importantes” e o espaço deixado foi aos poucos sendo assumido pelas mulheres (Esteves, 2020, p. 6).

Carrero,1930:159). [...] Comportamentos como esses rompiam com os limites considerados dentro da normalidade pelos médicos. É o que se pode ver também no prontuário de Marília Ramos, internada na Colônia Juliano Moreira, na década de 1940. Segundo as observações de seu prontuário, entre os sinais e sintomas de sua doença constam um ciúme excessivo do rapaz de quem gostava, além de um “temperamento alegre que a levava frequentemente a cantar ‘modinhas do mundo’”. (Facchinetti; Carvalho, 2019, p. 10)

Nesses casos, seus destinos eram definidos de acordo com sua conduta na sociedade e estavam fadadas a diversos tipos de cerceamento social, caso não se adequassem às regras.

Contudo, a primeira metade desse século também se mostrou promissora para que a condição feminina pudesse pautar maior acesso a direitos e políticas públicas. A chamada “Era Vargas” (1930-1945), quando fatores como a industrialização e a mercantilização marcavam forte presença na economia e no desenvolvimento do país, também impulsionou novos debates na sociedade brasileira. Nesse momento, a mulher passou a tensionar os espaços, conforme pondera Marques:

Em 1932, as mulheres foram habilitadas a votar e serem votadas. Nas eleições realizadas em maio de 1933, pela primeira vez as mulheres foram às urnas no Brasil em um pleito de âmbito nacional. As lideranças feministas que negociaram com Getúlio Vargas a franquia do voto apresentaram-se à cena política como porta-vozes das mulheres trabalhadoras e pressionaram o governo e o Congresso Constituinte (1933-1934) para assegurar a proteção da mulher trabalhadora nas seguintes situações: na maternidade (licença pós-parto e garantia de emprego após a gestação), igualdade salarial com os homens pelo mesmo trabalho realizado, igualdade de acesso a carreiras públicas por intermédio de concurso e fim das restrições ao trabalho de mulheres casadas. (Marques, 2016, p. 672)

Entretanto,

A tentativa de modernização e de transformação do Brasil em um Estado Novo (1937-1945) fez com que Getúlio Vargas organizasse um projeto para cada setor da sociedade. Com esses novos projetos, as mulheres foram contempladas. Apesar da maior participação na política, do sufrágio feminino de 1932 e a busca de uma inserção no mercado de trabalho, o projeto varguista possuía um discurso da mulher no espaço privado. De modo geral, houve incentivo para que as mulheres retornassem ao lar, que era visto como uma extensão do Estado. Dessa forma, diversas políticas foram tomadas para que os papéis preestabelecidos pela sociedade e legitimados pelo Estado permanecessem intactos. Esses papéis não fugiram muito da tríade esposa-mãe-dona de casa, e os espaços de atuação deveriam ser limitados. O mundo do trabalho, a cidadania feminina, a prática de esportes, a participação na Igreja, o acesso à educação, a sexualidade das mulheres e outros quesitos eram pautados na contribuição para a Nação e o desenvolvimento de um projeto maior: o Estado Novo. (Gonçalves; Machado, 2021 p. 338)

Nesse sentido, embora muitos avanços tenham se instalado no campo feminino, a primeira metade do século foi ainda definida por relações em que o poder versava com relevo na figura

masculina. As mudanças nas estruturas políticas e sociais que orientam a história da mulher no Brasil, ganharam força na segunda metade do século XX, contexto de nascimento das mulheres que compõem este estudo, conforme é possível verificar na tabela e gráfico registrados acima.

O movimento feminista, que já aparecia, ainda que de forma tímida, no início do século, se projetava na mesma dimensão em que o país se transformava nas esferas política e econômica industrial. Ainda que com vigorosas restrições, da década de 1950 em diante observa-se um cenário mais palatável para que a mulher se posicionasse como parte fundamental ao debate sobre igualdade de gênero.

A partir da década de 1970, entre condições e contradições, o debate acerca do feminismo se consagra. Como afirma Machado:

Grupos de reflexão despontavam, desde 1973, no Rio de Janeiro, em São Paulo e, ao final dos anos setenta, em cidades do Nordeste ao Sul do Brasil, passando pelo Centro-Oeste. Juntando minha memória pessoal a esses dados, o grupo/coletivo Brasília Mulher, do qual participei, se organizou a partir de 1980 e dele participaram professoras universitárias, advogadas, economistas, psicólogas, assistentes sociais, sindicalistas e estudantes. Nesse grupo, assim como em outros, participavam mulheres com relativa diversidade racial e de classe. Em formatos múltiplos, por meio dos grupos de reflexão, se articulavam às mulheres de movimentos populares, de movimentos sindicais, e de origem partidária de esquerda, e/ou constituíam grupos de SOS para mulheres sofrendo violência. Embora a questão da diversidade entre mulheres não estivesse em pauta naquela época, como hoje está, era como se o chamado à sociedade civil e o chamado às mulheres convocassem uma diversidade de mulheres. (Machado, 2016, p. 3)

De forma organizada, grupos de mulheres paulatinamente se reuniam para reivindicar pautas que lhes garantissem a igualdade de direitos em uma sociedade desigual. Os movimentos sociais ou populares se consolidam nessa esteira, e as mulheres passam a ser protagonistas de diversas pautas de luta, na saúde, na educação, na política ou na economia, mesmo em tempos sombrios como o da ditadura militar.

Em Minas Gerais, a ditadura militar marcou presença desde seu início, nos anos 1960. Desse estado, deslocaram-se as primeiras tropas rumo ao Rio de Janeiro para concretizar o Golpe²⁷. O Vale do Rio Doce, local do estudo, também sofreu com a violência nos primeiros momentos da investida contra o governo de João Goulart. De acordo com Morais,

²⁷ O Golpe militar, ocorrido em 1º de março de 1964, foi a imposição de uma política militar, que, dentre muitas ondas violentas, cerceava a liberdade de expressão de brasileiras e brasileiros. Foi um movimento sangrento, em que muitos civis foram exilados, mortos e desaparecidos. De Minas Gerais, partiram as primeiras tropas para que o Golpe se efetivasse.

O mês de abril de 1964 chegou à cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, com milícias armadas circulando pelas ruas; fazendeiros prendendo populares; assassinatos e a polícia se aquiescendo às ações dos proprietários locais. Após a repressiva dos proprietários fundiários à sede do Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura, no dia 30 de abril de 1964, e do rompimento do Governador Magalhaes Pinto com o Governo Federal, a cidade tornou-se um campo de guerra. (Moraes, 2019, p. 68)

A Fazenda Ministério, alvo de disputa entre trabalhadores rurais e latifundiários também protagonizou cenas de violência. Em 1964, após o então Presidente da República, João Goulart, anunciar a disponibilização de terras dessa propriedade para a Reforma Agrária, o conflito se acirrou, gerando reação dos ruralistas em Governador Valadares, em um enfrentamento que deixou mortos e feridos (Medeiros, 2019).

Em 1994, a Fazenda voltou a ser palco de ocupação por trabalhadores rurais, quando

cerca de 250 famílias coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), promoveram a primeira ocupação no município de Governador Valadares – Minas Gerais. Ocuparam a Fazenda Ministério, localizada às margens da rodovia BR 116 (Rio – Bahia). Depois de quatro dias, cumprindo mandato judicial, a polícia militar de Minas Gerais (PMMG) despejou as famílias que, deixando a fazenda acamparam às margens da estrada, onde ficaram por dois anos, em barracos de lonas improvisados. Só em junho de 1996, as terras da Fazenda Ministério se tornaram o Assentamento Oziel Alves Pereira do MST, abrigando 77 famílias de sem-terra. (Medeiros, 2019, p. 157)

A entrevistada M1, aos 39 anos de idade, mãe de sete filhos, marcou presença nessa luta histórica, confirmando a participação da mulher na luta pela terra. Assim, narra:

Em 1993, eu conheci o Movimento Sem Terra no grito, também puxado pela igreja católica, chamado grito da terra Brasil, que aconteceu em Valadares e eu fui indicada pela igreja católica para vim representar a comunidade. Nesse evento eu conheci o MST e em 1994 eu já estava no movimento. Então daí pra cá, eu atuei muito em vários setores do movimento. Primeiro eu cozinhei pro movimento para quem vinha para os encontros. No acampamento eu fazia parte do coletivo de educação e nas atividades eu ia para a cozinha também. E fui me despontando nos estudos, no reconhecimento do movimento e comecei a dirigir o setor de educação, então fui por muitos anos do setor de educação, inclusive quando eu estudei, fui fazer pedagogia da terra no Espírito Santo, eu já estava no setor. Fui pra especialização em São Paulo, na Escola Nacional Florestan Fernandes né também atuando no setor de educação e depois fui indicada para fazer o curso de especialização - educação e trabalho na FIOCRUZ. Também pelo setor de educação e aqui em Minas Gerais não foi diferente. Eu fiz especialização em educação do campo duas vezes, pela UNB em Brasília e fiz aqui em Minas Gerais na UFMG pra compor a coordenação política pedagógica do curso porque na primeira, na criação da primeira turma do curso de pedagogia da terra em Minas Gerais na UFMG, a gente podia compor a turma, mas chegou num tempo que chegou outras exigências pra fazer parte, pra compor a coordenação tinha que tá regularmente matriculada, então o setor de educação me indicou novamente pra poder fazer parte da coordenação política e ajudar a acompanhar a turma e eu me matriculei e repeti o curso de pedagogia da terra. (Entrevista concedida por M1 a Cibele Lima dos Santos, em 16 de dezembro de 2021)

No final dos anos 1980 e durante a década de 1990, somaram-se ao coro de M1 as entrevistadas M2, M3, M4 e M5, transformando a luta pela terra em uma questão também de mulheres. Mulheres que, em condições diversas, conquistaram seu espaço no Movimento Sem Terra de Minas Gerais. M4 nos mostra esse lugar e corrobora o entendimento de que, naquele contexto social, as mulheres já se faziam mais presentes em espaços públicos e lutas, ocupando, ainda que aos poucos, lugares de destaque, fosse em posições de liderança no interior do Movimento ou na emancipação no campo do trabalho. Conta-nos M4:

no final de 88, o movimento precisava de alguém pra assumir essa parte de formação eu fui, e a minha primeira experiencia foi a de trabalhar na escola sindical, chamava ESEF – Escola Sindical Elói Ferreira e dava formação pro Movimento e pro Movimento Sindical Rural e a sede dessa escola era em Teixeira de Freitas, porque ela pegava o extremo Sul da Bahia , o Norte de Minas, aliás o Norte do Espírito Santo e o Nordeste de Minas , e aí eu fui como monitora da ESEF pra trabalhar o curso de base. Primeiro eu participei de um curso pra lideranças que teve várias etapas, nesse grupo. Estava a Nalva que foi esposa do Bô, o Adelar Pizeta, a Ana era uma das secretárias, então foi o primeiro grupo que a gente preparou a questão da formação. Eu fui preparada por eles e depois eu me tornei monitora né. Então a gente organizou em Aruega alguns cursinhos de base né. Fizemos curso de como funciona a sociedade, teoria da organização, a história do movimento né que começava lá no Sul e com isso eu fui, a gente a princípio ficou em Teófilo Otoni, porque a secretaria do movimento era em Teófilo Otoni, fui morar com uma colega minha que era de Poté e depois quando foi nos anos 89/90, o movimento começou um trabalho numa outra região que era mais próximo de Brasília. Então a gente foi pra lá fazer contato com sindicatos, já tinha alguns assentamentos lá na região que era da FETAEMG e lá foram 9 lideranças e eu fui pra lá pra gente organizar cursinho de base também. (Entrevista concedida por M4 a Cibele Lima dos Santos, em 14 de dezembro de 2021)

As duas depoentes, tal como as demais entrevistadas, trazem em sua história de vida a peculiaridade de terem se emancipado pela via da luta, que só foi possível alcançar com o avanço do contexto nacional feminista, e com a ascensão dos movimentos [populares de luta no Brasil. Na saúde, a Reforma Sanitária Brasileira, que, desde 1970, trabalha pela implantação de um Sistema Único de Saúde, não só demonstra a ampla participação dos movimentos sociais, mas também a presença massiva das mulheres em luta.

A Carta aos Constituintes, de 1987, também se tornou significativa no âmbito feminino, tornando-se um instrumento de manifestação capaz de revelar que a mulher brasileira não estava disposta a renunciar a seus direitos, como é possível observar:

para nós, mulheres, o exercício pleno da cidadania significa, sim, o direito à representação, à voz e a vez na vida pública, mas implica, ao mesmo tempo, a dignidade na vida cotidiana, que a lei pode inspirar e deve assegurar, o direito à educação, à saúde, à segurança, à vivência familiar sem traumas. O voto das

mulheres traz consigo essa dupla exigência: um sistema político igualitário e uma vida civil não autoritária. Nós, mulheres, estamos conscientes de que este país só será verdadeiramente democrático e seus cidadãos e cidadãs verdadeiramente livres quando sem prejuízo de sexo, raça, cor, classe, orientação sexual, credo político ou religioso, condição física ou idade, for garantido igual tratamento e igual oportunidade de acesso às ruas, palanques, oficinas, fábricas, escritórios, assembleias e palácios. (CARTA, 1987, *s.p.*)

Com caráter reivindicatório, crítico e com posicionamentos firmes, a Carta, escrita em 26 de agosto de 1986, e entregue à Câmara dos Deputados na sessão de 26 de março de 1987, eleva o tom, exigindo atenção especial aos direitos das mulheres brasileiras e entendendo que um Estado, para ser democrático, precisa permitir a participação de todos e todas. A Carta contempla temas relativos à família, trabalho, cultura e educação, relações nacionais e internacionais, violência e saúde. Este último, aponta com contundência o respeito aos direitos da saúde da mulher, incluindo o seu direito de “conhecer e decidir sobre seu próprio corpo” (Carta, 1987, *s.p.*).

Embora tenha sido escrito por mulheres que pleiteavam mudanças radicais e justas na sociedade, tal instrumento, dotado de sentido democrático e valor inestimável, ressalta, em poucos momentos, as mulheres rurais, fato que, contudo, não diminui seu valor social e político. Apesar disso, demonstra que essa categoria, mulher rural, ainda contava com pouca representatividade nos espaços de poder. Sua visibilidade e participação só vêm a ser consideradas com a ascensão das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que, aliado a outros movimentos de mulheres, desenhou uma nova forma de enfrentamento ao machismo no meio rural e na sociedade como um todo. Como se pode verificar pela história da constituição do MMC:

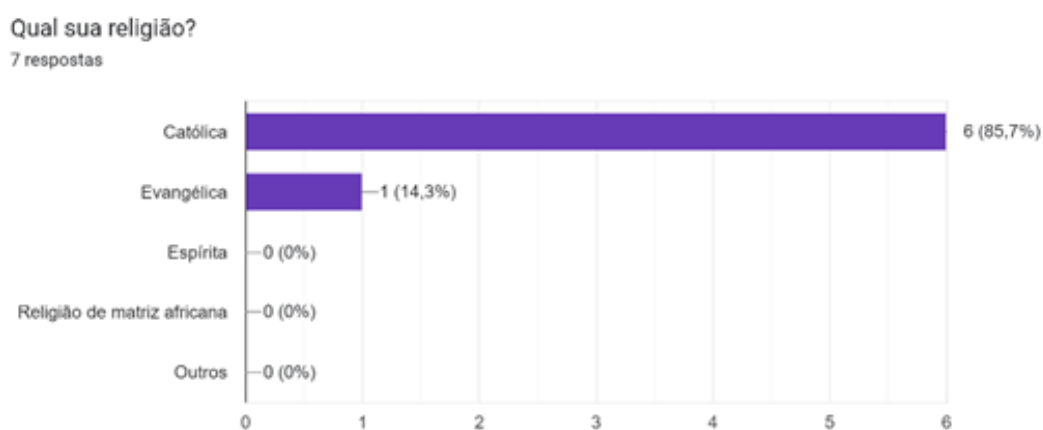
Nos anos da década de 1980 se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. Nós, trabalhadoras rurais, construímos a nossa própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeamos lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria...), participação política entre outras. Com este processo, sentimos a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criamos a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. (MMC, *s.d.*, *s.p.*)

Assim, o MMC e as mulheres dos demais movimentos rurais, juntas, registraram sua marca na construção democrática, entendendo que são, também, produtoras e produtivas, estando

aptas a pleitear políticas para o bem-comum do meio em que vivem, mesmo enfrentando as violências e sobrecargas de trabalho que repousam sobre seus corpos.

Ainda na análise de identidade dessas mulheres, embora sejam muitos os fatores que, ao longo da história, tenham contribuído para sua emancipação junto à luta pela terra, a presença da religião evidencia esse estado de emancipação. De forma progressista, ou até rebelde, a Igreja Católica marcou presença construtiva em suas vidas, como se pode verificar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 3. Religião das entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora.

As seis mulheres que se declararam católicas entraram na luta pela terra entre os anos de 1988 e 1998. Embora seja sabido que a catequização brasileira foi constituída aos moldes europeus, sendo a Igreja Católica e o cristianismo as vertentes religiosas que dominaram o Brasil, o momento que circunscreve esta análise presenciou vertentes progressistas da Igreja Católica, que apoiaram e incentivaram a luta pela terra no Brasil, junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT) conforme descrito anteriormente.

Nesse sentido, as mulheres também se beneficiaram de tais arranjos, conforme visto no depoimento de M1, em que situa sua entrada no Movimento através do convite de um padre, que lhe sugeriu que representasse a comunidade local de seu nascimento, em um ato

político pela terra, o “Grito da Terra Brasil²⁸”. Suas primeiras discussões políticas, surgem assim, nesse espaço fomentado por uma ala progressista da Igreja. A partir desse ato, a hoje assentada da Reforma Agrária, seguiu junto ao Movimento, rumo à conquista da terra. Aliado a isso, um enumerado de transformações aconteceram em sua vida, como a realização da graduação e pós-graduação, a nomeação como Dirigente Nacional de setores da organização, sua consolidação como educadora e a conquista, ainda que parcial, da terra. Por sua vez, M4, é enfática ao dizer que as Comunidades Eclesiais de Base modificaram seu pensamento político e tornaram-se sua escolha de vida. Professora de História, ocupou, por muitos anos, cargos de articulação e expressividade política dentro do Movimento.

Ressalta-se que, no contexto de transformação da vida dessas mulheres rurais, mesmo representando uma forte estrutura de poder, a Igreja Católica, através do movimento político da Teologia da Libertação, se fez presente de modo positivo, envolvendo-se em causas a favor do povo, uma vez que, segundo Camurça:

A Teologia da Libertação se estruturou através da crítica a uma teologia tradicional para quem os pobres deviam ser objeto da caridade e não agentes de sua própria libertação. Sendo a figura do "pobre" central nas concepções do cristianismo, uma reformulação dessa categoria influenciada pela sociologia, pela ciência política e, particularmente, pelo marxismo serviu para desvelar os pobres como oprimidos, cuja pobreza é fruto da acumulação e exploração do seu trabalho e não de uma fatalidade ou desejo divino. Para os teólogos da libertação, a salvação não se realiza no plano individual, mas coletivo, sendo a luta pela libertação humana uma antecipação do "Reino de Deus". (Camurça, 2013, *s.p.*)

Apesar disso, é preciso reiterar que, embora parte da Igreja Católica tenha apoiado com veemência as investidas na luta pela terra, tornando-se uma aliada de grande relevância social, em muitos momentos, devido a sua postura conservadora, a instituição se posicionou contra a mulher na sociedade, reduzindo-a ao lugar reprodutivo e da obediência.

E se a mulher urbana, na primeira metade do século XX, sofria com os cerceamentos e limites impostos pela sociedade, corroborados pela família patriarcal e pela própria Igreja, pode-se dizer que, no meio rural, tal situação se dava de forma ainda mais difícil. Isto porque as relações de poder e dominação aí presentes são muito mais violentas. As disputas, nesses casos, não são apenas pela terra, mas pelo controle dos corpos e manutenção da escravidão, heranças de um Brasil agrário e sem lei que prezasse pela igualdade humana. Prado salienta que

²⁸ O Grito da Terra Brasil é uma manifestação de massas, realizada pelos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais desde o ano de 1995. É o momento em que MST apresenta ao Governo Federal uma série de reivindicações contidas em pauta previamente elaborada.

essa relação entre poder e dominação que permeiam o espaço rural está ligado ao simbolismo entre a mulher e a terra, em que ambos são colonizados. A terra para a exploração precipitada e extensiva dos recursos naturais de um território virgem, para abastecer o comércio internacional de alguns gêneros tropicais e metais preciosos de grande valor comercial. Nesse simbolismo, a mulher serviu para satisfação de desejos, por meio da violência, e gerar prole, para fins econômicos numa dinâmica de exploração, assim como a natureza. (Prado *apud* Santos *et al.*, 2020, p. 76538)

Assim, a história da mulher e a história da mulher rural do Vale do Rio Doce, se entrecruzam no passado e no presente. A luta pela terra, para as entrevistadas, se inicia quando as violências perpetradas no meio em que vivem já não são mais suportáveis. Nesse sentido, a luta é uma forma de libertação. Libertação do colonialismo, do patriarcado, dos maus-tratos sofridos nas mãos dos donos de terra que obrigaram algumas a fugir de suas “casas”, muitas delas com filhos ainda crianças. A nuvem de palavras construída a partir da fala das mulheres sobre o engajamento na luta pela terra reflete essa fuga:

FIGURA 15. Nuvem de palavras engajamento



Fonte: Elaborada pela autora.

A busca por outra forma de vida, ressignifica o viver com dignidade e simboliza o valor da luta. Todas as palavras representadas na nuvem externam o sentimento de libertação e prosperidade, anunciando os motivos pelos quais entraram no MST. Em nenhum momento essas mulheres se mostraram arrependidas desse deslocamento, tão importante em suas vidas. Essas palavras definiram seus destinos.

Do mesmo modo, quando indagadas sobre qual o sentido de ser mulher na luta pela terra, as respostas salpizam em palavras na mesma intensidade que no momento das entrevistas seus olhos não mentiam sobre o que é ser mulher sem-terra. Ser essa mulher, significa dor, mas também coragem e desafio. Indignação, mas aprendizado. Rebeldia, mas luta contra o machismo. Antagonismos que se fortalecem e traçam novas perspectivas de vida e resistências.

GRÁFICO 4. Sentido de ser mulher na luta pela terra



Fonte: Elaborado pela autora.

FIGURA 16. Nuvem de palavras sentido de ser mulher em luta pela terra



Fonte: Elaborada pela autora.

É nesse sentido que a emancipação dessas mulheres reforça sua presença na luta pela terra, sempre realizando o trabalho de base para que a luta se torne perene e forte. Além disso, encorajam mais e mais mulheres, mesmo sabendo ser uma caminhada de muita dificuldade, mas com resultados positivos para seguir lutando contra o machismo e todas as formas de opressão que as relações de classe, gênero e raça impõem à sociedade.

5.2 A luta pela terra – uma pedagogia para além da educação formativa em espaços oficiais

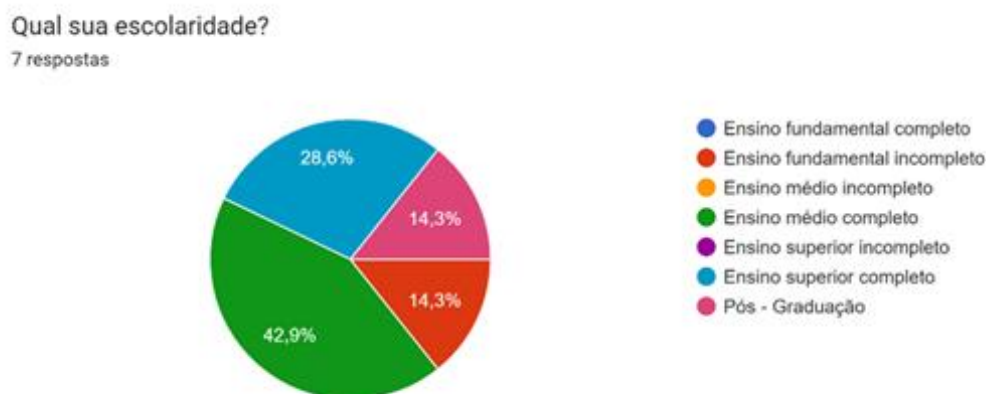
A temática da educação, assim como do trabalho, sempre foi prioridade no MST, uma vez que é sobre esses pilares que a organização se apoia para a idealização de seus projetos e pela construção de uma pedagogia transformadora. Para o Movimento, a conquista da terra está ligada às transformações humanas, que só acontecem quando a militância acessa bens de

direito, como a educação e a formação crítica e emancipatória, contrariando as amarras de um sistema educacional desigual nas áreas rurais. Isto porque

a educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 2002, p. 14)

Buscando romper tais amarras, e com a afirmativa que perpetua a ideia de que gente da roça não carece de estudos, as mulheres entrevistadas resistem a tal expressão e demonstram que, mesmo com as dificuldades do cotidiano, os estudos sempre estiveram na pauta da jornada da luta pela terra como se pode verificar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 5. Escolaridade das entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora.

M5, nossa entrevistada, conta que sua entrada no Movimento se deu a partir de um curso de saúde alternativa, realizado em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. A formação ocorreu no Centro de Formação Francisca Veras, localizado no assentamento Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares. Sobre isso, ela nos conta que:

a minha cunhada que era do movimento falou do curso de saúde que ia começar. Eu falei com ela que se conseguisse, fosse convidar pessoas que não era do movimento eu gostaria de participar. Aí ela conversou com os coordenadores e eles aceitaram e eu comecei. Ganhei o curso de saúde alternativa pela universidade de Viçosa de graça. Única coisa que eles me pediram foi contribuir com o movimento, aí eu comecei como simpatizante. Participava das lutas, sempre que tinha uma luta fora eu ia pra Belo Horizonte, pra outros lugares e acabei acampando. Acampeei no Padre Higino, fiquei lá por muito tempo. Depois saiu a terra do Egidio Bruneto, eu fui pra

lá. (Entrevista concedida por M5 a Cibele Lima dos Santos, em 25 de março de 2022)

É em espaços de educação e formação, formais ou não, que essas mulheres entram em contato com o ensino e se qualificam politicamente para a luta pela terra. Através da formação, a entrevistada M5 conheceu e acessou a terra. Participante do Setor de Saúde, ela trabalha com práticas populares de saúde dentro e fora do Movimento. E tece sua crítica:

Acho que a saúde, hoje pra mim, depois de ter feito esse curso, que tudo a gente começa com emocional e alimentação, que toda doença tem um fundo emocional, que os médicos convencionais podem falar que não, mas a gente tem que tratar da mente, do corpo e do espírito pra gente viver bem. Se a gente tratar do corpo ele não vai sarar, então a gente tem que fazer tratamento com florais, tratar mais da mente, porque se a gente não tiver uma mente saudável, a gente não consegue ter um corpo sadio. Eu aprendi muito sobre isso. (Entrevista concedida por M5 a Cibele Lima dos Santos, em 25 de março de 2022)

M3, terapeuta popular do Setor de Saúde do MST, assentada em Campanaro (MG), relata que teve poucas oportunidades de estudo, mas é muito grata por poder realizar seus atendimentos de saúde através dos cursos de formação que participou. Assim, conta:

eu não tive oportunidade de estudar, eu estudei bem pouco né...já voltei a estudar pra concluir o ensino médio, eu já estava com mais de trinta anos e hoje assim, quando eu vejo alguém fazendo uma faculdade, me emociono porque eu acho muito bonito sabe, a pessoa não parar de estudar, a ter oportunidade e ir atrás, sabe? E então isso é um sentimento que eu tenho né. Sou mulher com muita garra, com muita luta, mas eu não tive oportunidade de estudar, embora hoje eu tenho vontade. Dou continuidade, mas de uma forma assim... curso de formação, curso técnico, mas de ir pra uma faculdade era meu sonho, mas nós não tivemos essa oportunidade. (Entrevista concedida por M3 a Cibele Lima dos Santos, em 17 de dezembro de 2021)

Perceptível em seu depoimento, o desejo de cursar a faculdade é um hiato em sua vida, entretanto, ela se sente grata por ter cursado o Ensino Médio e ter contado com a oportunidade de realizar outras formações em sua jornada junto ao MST. M3 ingressou no Movimento aos 28 anos e se formou com 30 anos no Ensino Médio, o que corrobora o compromisso do MST em formar e qualificar sua militância.

A entrevistada M6, integrante do Movimento há 35 anos, desde a ocupação de Aruega, e diretora da Escola do assentamento Primeiro de Junho no ano de 2021, relata que

a escola do campo é de um contexto que o educador não pode perder esse vínculo e esse gosto com a terra, porque é a base de escola de campo de assentamento de Reforma Agrária. Tudo começa com a conquista da terra né? e a escola é esse espaço da busca do conhecimento em relação a terra, vida, planta, saúde a vida de

modo geral. Então é assim a relação muito forte que há entre ser educador e agricultor. (Entrevista concedida por M6 a Cibele Lima dos Santos, em 14 de dezembro de 2021).

Nos contextos apresentados, é possível perceber a importância do Movimento na formação humana de sua militância, visto que

Para a maioria dos militantes, o estudo sempre foi visto como valor, tão importante a ponto de ser destacado como um dos princípios organizativos do Movimento. Esse detalhe, certamente influenciou em dois sentidos: primeiro na inclusão da luta por escola como tarefa do MST; segundo, na progressiva ruptura de um conceito mais tradicional da escola, buscando aproximá-la das discussões mais amplas do Movimento sobre formação humana, e especificamente sobre a formação dos membros de uma organização social de massas com os objetivos e princípios que tem o MST. (Caldart [2004] *apud* Santos, 2021 p. 66)

É válido ressaltar que, das cinco áreas visitadas, três delas contam com uma Escola Estadual²⁹, geridas pela Secretaria de Educação de Minas Gerais. O desafio maior é conseguir consolidar um Projeto Político-pedagógico que vai de encontro aos valores e princípios da Educação do Campo, pregando desde a igualdade entre os povos até a necessidade de formação para uma nação socialista.

Assim, é possível perceber que, em espaços formais ou não, essas mulheres viram na educação uma forma de acesso aos direitos garantidos em Constituição, e, mesmo diante das opressões do sistema capitalista à classe trabalhadora, não só estudaram, como lutaram por um ensino de qualidade para seus filhos, baseado em um currículo que tem a pedagogia da terra como centralidade.

Outro fator relevante na formação/ensino propostos pelo Movimento é que os espaços de luta, no geral, são também espaços de vivências pedagógicas. Santos pondera que

A educação não está vinculada apenas a uma estrutura física, aos conteúdos e aos certificados[...]. As mobilizações, as marchas, as ocupações, a participação nos eventos e nos cursos promovidos pelo Movimento, a vivência nos acampamentos e assentamentos são considerados espaços educativos-pedagógicos, que podem servir tanto para expor as dificuldades e as misérias, como podem resgatar a cidadania, fortalecendo a identidade do sujeito sem-terra. (Santos, 2021 p. 67).

Desse modo, as mulheres entrevistadas, foram tecendo suas histórias na área da educação e da formação, buscando conhecimento para avançar na luta. Transpondo a compreensão da

²⁹ As áreas que contam com Escola são: Assentamento Oziel Alves Pereira, em Governador Valadares; assentamento Primeiro de Junho, em Tumiritinga e assentamento Padre Higino, em Frei Inocêncio.

educação para além dos espaços escolares institucionalizados romperam barreiras criando novas estratégias de autonomia.

Em geral, e especialmente após a concretização do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a militância e a juventude tiveram maior acesso às políticas de acesso a cursos superiores e técnicos. Fruto de muita luta entre Movimento e Estado, o grau de escolaridade das muitas mulheres e jovens sem-terra vai se engrandecendo, formando um meio rural crítico para defender seus direitos, como parte ativa de nossa sociedade.

5.3. A questão racial nos assentamentos e acampamentos – um marcador ainda fragilizado

O contexto racial foi e continua sendo um marcador controverso na história do Brasil, e, por mais que cresçam as tentativas de combate ao racismo por cor, o tema ainda representa fatia expressiva das diversas violências que fere a cidadania de negras e negros no país. No Brasil, dados apontam que 54% da população³⁰ é composta por pessoas negras, o que se reflete não só na discriminação pela cor da pele, mas também na crescente desigualdade na ocupação de cargos, rendimentos, empregos e outros contextos. No que se refere à mulher, o percentual representa pouco mais da metade da população negra, alcançando o número de 27,8%³¹, desvelando, além da violência racial, o manto de outras violências, como as referentes a gênero. No meio rural, tal situação se agrava, pois

historicamente o que é associado ao rural tem sido desvalorizado, tanto os modos de vida como as formas de trabalho e produção, por ser considerado atraso frente ao projeto civilizatório moderno que desqualifica os saberes e desautoriza essas formas de viver. Essa desvalorização é vivenciada como um sentimento de subalternidade, tratando-se de um problema psicológico, coletivo e político. (Fernandes; Zakabi; Calegare, 2016, p. 290)

Somando-se a essa desqualificação, a população rural com poder aquisitivo mais baixo também é, em sua maioria, composta por pessoas negras, conforme pondera uma militante do MST:

³⁰ Fonte: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>

³¹ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica>

A cor majoritária da classe trabalhadora brasileira é negra e as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsecamente ligadas às desigualdades raciais. Na nossa experiência de militância do MST, percebemos que a maioria das pessoas que compõe os assentamentos e acampamentos é afro-brasileira e conseqüentemente vítima do racismo, ora camuflado, ora revelado e combinado com o preconceito de classe. (Souza, 2017, *s.p.*)

As militantes do Setor de Gênero do MST, corroboram essa noção, e adicionam à identificação da discriminação racial no campo, o escravismo e o capitalismo. Nesse sentido,

as mulheres negras camponesas, alijadas pelo sistema social, foram relegadas a pobreza e a marginalidade, submetidas as distintas explorações no que conforma hoje como campo brasileiro, aprofundados pelo patriarcado e o racismo. Porém a resistência negra brasileira, também é mulher negra e camponesa, pois essas desenvolveram formas importantes de participação e liderança na organização de ações e resistências ao sistema escravista que seguiu após a abolição até os dias de hoje. (MST, 2018, p. 16)

Assim, essas mulheres reconhecem que a resistência

é fundamental quando se pensa a necessidade crescente de organização e disposição para continuidade dessa luta, uma vez que, a dupla exploração da mulher negra durante o período da escravidão colonial (por um lado na produção, no outro a reprodução da força de trabalho), e o lugar da mulher negra na reprodução atual da “população excedente” (setor crescente na nova configuração do capital), aponta que o racismo se atualiza como imperativo para a implantação do novo modelo de acumulação capitalista. (MST, 2017, p. 89)

Para Manzi e Anjos (2021, p. 3), “sendo a categoria ‘mulher negra’ uma construção social do poder colonial/hegemônico que hierarquiza a sociedade pautando-se no sexo e na raça, seu uso por essas mulheres consiste numa estratégia de ressignificação desse termo para fins emancipatórios”. As próprias autoras advertem, contudo, que é preciso cuidado ao significar essas mulheres negras, pois corre-se o risco “de reproduzir inadvertidamente uma essencialização e/ou homogeneização das indeterminações e heterogeneidades subjetivas que elas representam” (Manzi; Anjos, 2021, p. 3), e explicam que

A categoria mulher negra, como qualquer outra, não dá conta da complexidade, da pluralidade e da especificidade de outras subjetividades femininas negras que talvez não se sintam devidamente representadas por essa denominação. Somos conscientes dessa limitação e dos riscos que seu uso pode provocar, mas entendemos que seu caráter emancipatório compensa tais restrições, sempre que for utilizada com a concretude necessária. (Manzi; Anjos, 2021, p. 4)

No caso das entrevistadas, o gráfico em que levantamos a questão racial mostra que essas mulheres, preponderantemente se reconhecem como negras, corroborando a premissa de que a raça negra é predominante no meio rural e na classe trabalhadora:

GRÁFICO 6. Identidade étnico-racial das entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante destacar que, ao levantarmos a questão racial nas entrevistas, as entrevistadas se ativeram apenas a responder o modo como se autoidentificam. Não houve, portanto, um espaço para que tal questão fosse problematizada, dado o pouco debate sobre o tema no Movimento, e a própria dificuldade em se falar sobre raça/racismo. Tivemos uma única entrevistada que se delongou na resposta, dizendo:

Eu me identifico, bom eu sou descendente de português com indígena (risos), e me identifico como parda né, uma mistura. Então, na minha família tem de tudo, mas eu sou meio parda, puxei mais a raça ruim dos portugueses (Entrevista concedida por M4 a Cibele Lima dos Santos, em dezembro de 2021).

A categoria raça/cor parda, historicamente, parece-nos uma blindagem, com pretexto de diminuir a latente questão racial que, como visto, violenta grande parte da população brasileira e dilacera as expectativas de igualdade em nossa sociedade. Realidade observada, sobretudo, em meio à classe trabalhadora, de maioria preta e financeiramente em dificuldade,

que ocupa posições em fábricas e na construção civil, atuando comumente como empregadas domésticas, e chega a ser a maioria nos presídios brasileiros³².

Nesse sentido, ao pensar a categoria parda, o discurso da mestiçagem, “dilui e invisibiliza o racismo” (Daflon, 2017, p. 16) e costuma encobrir as proximidades entre os declarados e autodeclarados pretos, como padrões de mobilidade social, discriminação ocupacional, mortalidade por homicídio, entre outros aspectos. Embora o debate esteja, atualmente, na pauta política e venha avançando, é preciso refletir que

De fato, o caráter meramente contextual e elástico dos códigos raciais, faz com que, a depender das diferentes situações, círculos e classes sociais, os mesmos indivíduos possam ser vistos como pretos ou pardos e, em muitos casos, sejam alvos indistintos de discriminação racial. A presunção comum no Brasil de que a cor da pele é um marcador de pertencimento de classe, por sua vez, ativa contra essas pessoas mais uma série de preconceitos e formas de discriminação. (Daflon, 2017, p. 15)

Diferentemente da abordagem sobre classe social ou profissão, em que as mulheres reconhecem seu lugar na classe trabalhadora, ou mesmo em relação à questão de gênero, já amplamente debatida, os estudos sobre raça/cor, ainda representam um assunto incipiente e em construção dentro do MST. Trazer tal temática para o debate, assim, certamente fortalecerá os demais temas, sobretudo relativos aos direitos da mulher negra. Entende-se, portanto, que, para que essa pauta avance na organização e no Setor de Gênero, especialmente, é preciso conversar, realizar levantamentos sobre raça nas áreas assentadas e acampadas, de modo a divulgar uma história não oficial do Brasil, que diz justamente de nossa formação étnico-racial, com o objetivo de formar militantes conscientes de sua história e identidade.

5.4 A relação familiar – matrimônio e filhos: o que as mulheres não nos dizem

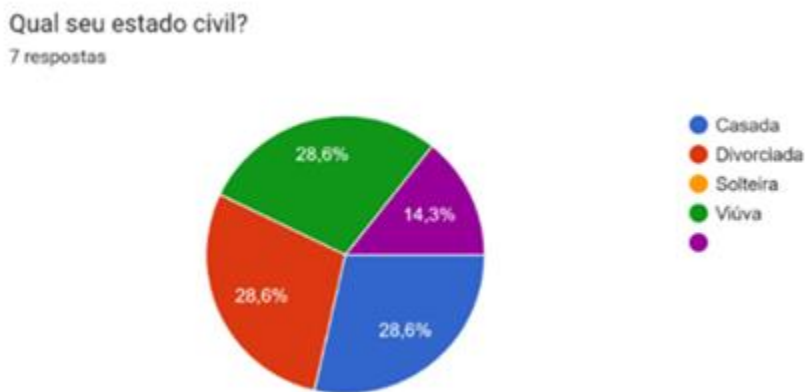
Subindo no caminhão que a leva, com outros tantos trabalhadores temporários, para a plantação de cana, procura ocultar com roupas a gravidez proibida – “mulheres grávidas não podem pegar caminhão”. Não há outro jeito, para sobreviver é preciso trabalhar. Sem uma terra própria e com tantas despesas – roupas, alugueis, alimentação – tem de ir aonde oferecem trabalho. Sente-se só, depende apenas de si mesma. Ainda que tivesse um marido ou companheiro, os

³² Segundo dados do Anuário de Segurança Pública, do ano de 2022, o encarceramento atinge 820.689 pessoas no Brasil. 636.194 dessas são negras, atingindo 67,4% do total. Trata-se de um sistema violento, misógino e que possui cor e classe. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>

ganhos provavelmente não seriam suficientes para garantir o sustento a família. A vida de boia fria não é fácil.
(Silva, 2018, p. 554)

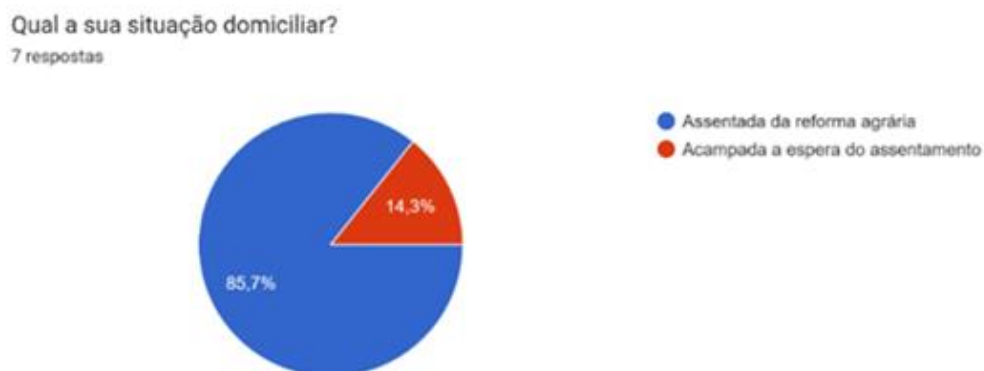
A epígrafe acima não necessariamente representa a situação da mulher rural de forma generalizada, mas reflete e se aproxima de muitas realidades observadas no campo, que são perpassadas, ainda no século XXI, por relações de poder e dominação, disputa e segregação. A fotografia do Brasil ainda se conforma pela permanência da má divisão de terras e pelas dificuldades enfrentadas, por quem menos possui, para se manter nelas. Na categoria matrimônio e filhos, a partir dos dados ilustrados nos gráficos, buscamos analisar a relação familiar e a migração territorial que essas mulheres colocaram como objetivo de vida.

GRÁFICO 7. Estado civil das entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora.

GRÁFICO 8. Situação domiciliar das entrevistadas

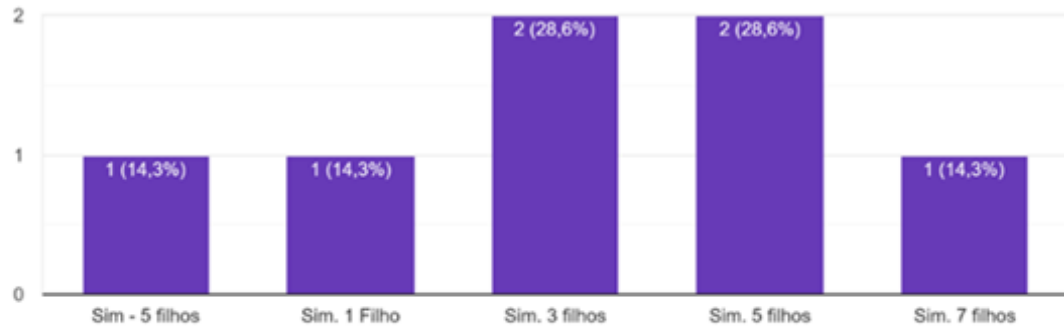


Fonte: Elaborado pela autora.

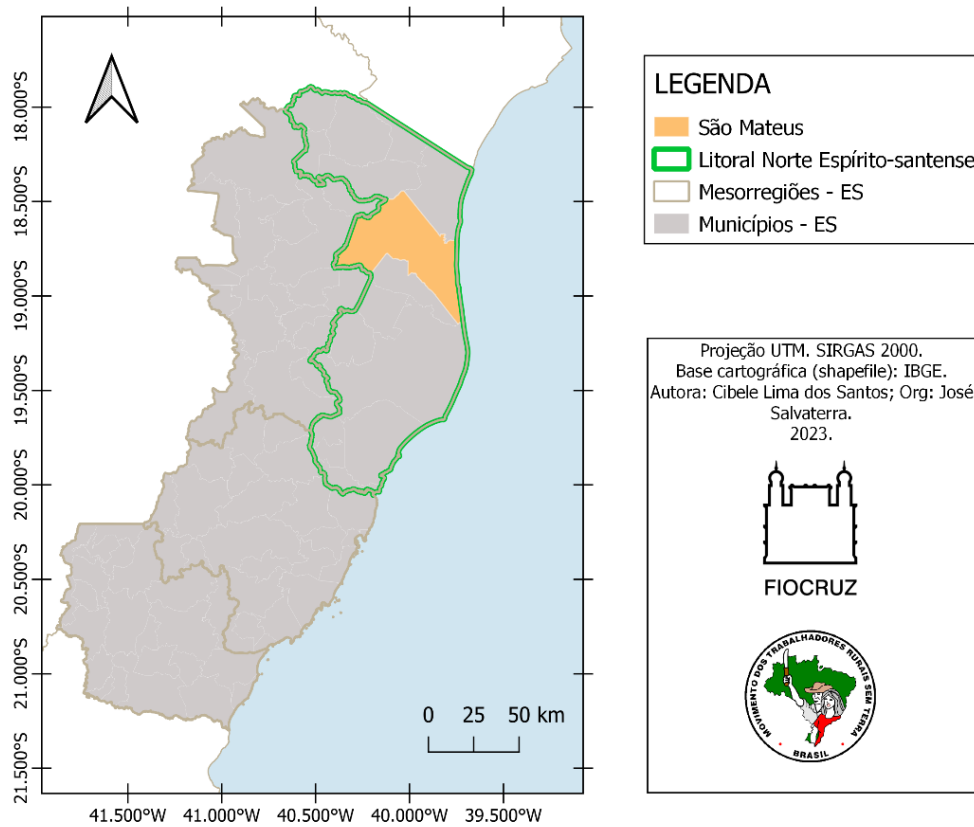
GRÁFICO 9. Número de filhos das entrevistadas

Você tem filhos? Quantos?

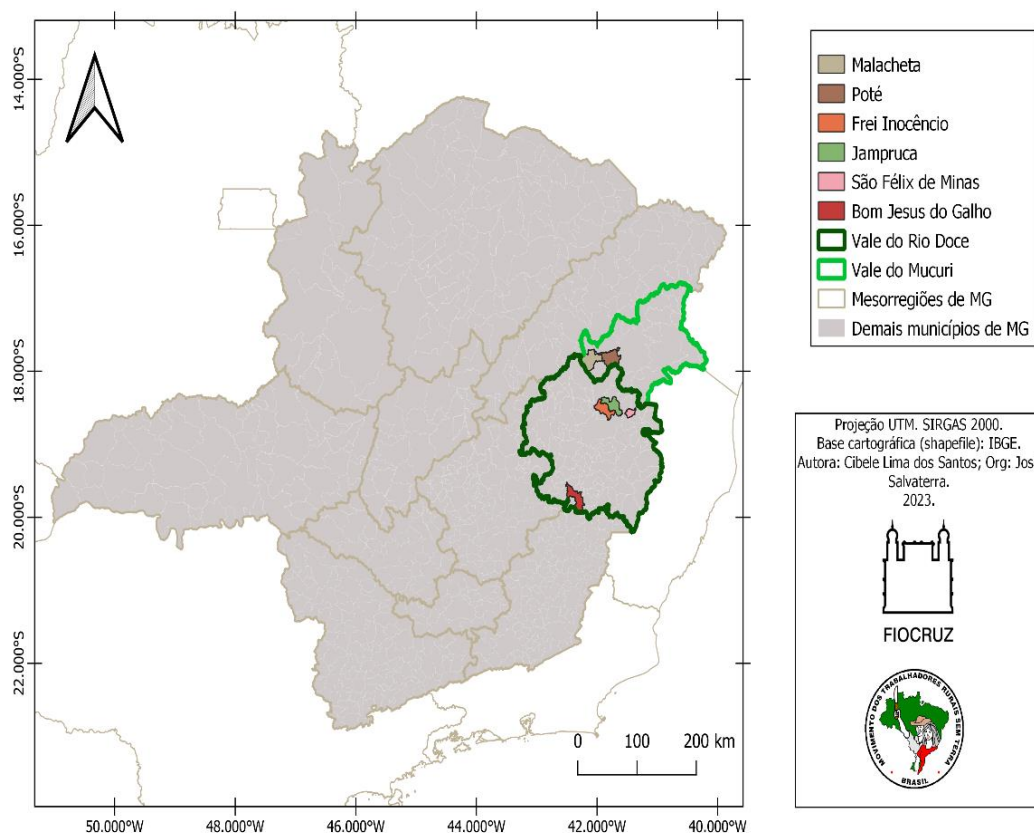
7 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

FIGURA 17. Mapa do município de origem da entrevistada

Fonte: Elaborado pela autora

FIGURA 18. Mapa do município de origem das entrevistadas

Fonte: Elaborado pela autora

Embora o Vale do Rio Doce apresente o maior quantitativo de naturalidade entre as entrevistadas, nenhuma das sete mulheres permaneceu em seu município de origem, de modo que todas migraram para terras do próprio Rio Doce. Esse dado revela a potência em terras dominadas pelos latifúndios, mas também o tamanho da luta erguida pelo MST na região. Essas mulheres fizeram frente ao monopólio de terras e, hoje assentadas ou acampadas, desafiam o poder na região, revolucionando o sistema produtivo de alimentos nas áreas do Rio Doce. Com idades entre 50 e 67 anos, essas mulheres subverteram o modelo patriarcal vigente e, com ou sem filhos, partiram em busca da terra para plantar e colher, estudar e ensinar. São histórias de superação e, como dito, de subversão à ordem patriarcal no campo.

M5, nossa entrevistada mais jovem e última a entrar para o Movimento, faz parte da estatística de pessoas que, em busca de uma melhor qualidade de vida, saíram de seu território de origem para trabalhar na capital. No caso em questão, contudo, ela retorna ao meio rural, tornando-se militante e acampada do MST. Ela nos conta que foi empregada doméstica por

muitos anos em Belo Horizonte e, posteriormente, retornou para sua cidade de origem. Em suas palavras, é possível perceber a trajetória percorrida até chegar na luta pela terra:

eu fui empregada doméstica muitos anos em Belo Horizonte, onde criei meus três filhos mais velhos, depois eu vim embora pra cá (Frei Inocêncio), tive o Davi, a minha mais nova já estava com quinze anos e eu vim pra cuidar da minha mãe, ficar aqui na roça e aí eu resolvi que ia criar ele na roça, não ia pra cidade mais. Aí a minha cunhada que era do movimento me falou do curso de saúde que ia começar, eu falei com ela que se conseguisse, fosse convidar pessoas que não era do movimento eu gostaria de participar. Aí ela conversou com os coordenadores e eles aceitaram e eu comecei. Ganhei o curso de saúde alternativa pela universidade de Viçosa de graça né. A única coisa que eles me pediram foi contribuir com o movimento. Aí eu comecei como simpatizante. Participava das lutas, sempre que tinha uma luta fora eu ia pra Belo Horizonte, pra outros lugares e acabei acampando, acampeei no Padre Higino fiquei lá por muito tempo. Depois saiu a terra do Egidio Bruneto, eu fui pra lá, aí eu não dei bem com o pai do João, me separei, voltei pra Tabocal. Depois voltei para Padre Higino de novo. Do Padre Higino fui para o Maria da Penha, onde a terra agora está sendo liberada pra nós. Mas ...tamo na luta né? (Entrevista concedida por M5 a Cibele Lima dos Santos, em 25 de março de 2022)

M5 está no MST há cerca de doze anos e, no decorrer da entrevista, foi possível perceber que, embora sua trajetória tenha sido desafiadora, algumas mudanças positivas só foram possíveis a partir da entrada no Movimento. O Setor de Saúde ressignificou sua vida, e, mesmo desenvolvendo muitas tarefas junto à organização, ela se sente bem ao participar das lutas. Com todas as dificuldades imperativas ao que é ser mulher no contexto rural e de luta pela terra, a entrevistada se orgulha por fazer parte dessa história, como demonstra no trecho abaixo:

Então, eu acho que ser mulher é ser guerreira, ser lutadora, eu aprendi muito isso. Apesar que eu já lutava muito pra poder criar meus filhos, quando eu fui pra Belo Horizonte. Eu fiquei viúva com três adolescentes, lutei muito pra conseguir criar eles e no movimento a gente tem mais apoio, pelas minhas últimas passagens aí que o pessoal acompanhou, eu tive muito apoio, a gente tem mais segurança, a gente tem mais direito de dizer eu posso, eu sou capaz, a gente tem apoio e a saúde também me ensinou muito. Sou apaixonada com essa saúde do MST. (Entrevista concedida por M5 a Cibele Lima dos Santos, em 25 de março de 2022)

Outra mulher entrevistada, M2, já assentada pela Reforma Agrária, militante do Movimento há 25 anos, também passou pela experiência de morar em Belo Horizonte antes de partir para a luta pela terra. Sua perspectiva de vida nessa cidade parece compor a estatística negativa do fluxo migratório rural-urbano, pelo qual muitas pessoas chegam a grandes centros urbanos sem ter sequer onde ficar, sendo submetidas a condições de vida precarizadas e a subempregos. M2 não fala diretamente, mas seu depoimento permite

entender que acompanhar o Movimento foi a escolha que lhe proporcionou condições de viver com maior qualidade e dignidade:

eu sou uma mulher que vim sozinha para o acampamento com três filhos, dois filhos e uma filha. Minha filha hoje já é mãe, ela veio com um aninho pra debaixo da lona. Eu separei do meu companheiro em Belo Horizonte, vim embora sem nada e só achei uma lona preta pra entrar debaixo pra não morrer de fome e nem ver meus filhos...e por isso eu acho isso motivo de orgulho saber que eu consegui sobreviver mesmo em uma situação que eu vivia em uma favela lá em BH. Vim pra debaixo da lona sendo respeitada, sendo mulher, sozinha e eu acho que o meu ser mulher nesse momento, foi fazer o enfrentamento né? (Entrevista concedida por M2 a Cibele Lima dos Santos, em 20 de agosto de 2022)

Dona de uma altivez com a vida e de uma comunhão com terra, a entrevistada, hoje assentada, desenvolve um trabalho de responsabilidade social e humana junto ao Movimento, estando inserida organização desde 1998 e tendo atuado no Setor de Saúde por 15 anos. Hoje contribuindo no Setor Cultura, M2 é mais uma mulher fundamental à resistência da luta pela terra. Autoidentificada como “trabalhadora rural, agrofloresteira, coletora de sementes e militante do Setor de Cultura”, as esferas do matrimônio e da contínua desvalorização de seu papel de mulher não lhe furtaram a esperança por dias melhores a partir da luta.

A entrevistada M7, por sua vez, natural do Espírito Santo, é a única mulher que não teve sua trajetória contada a partir de Minas Gerais, e compartilha conosco a sua experiência, demonstrando que, mesmo com toda a dificuldade, a luta valeu a pena. Assentada em Tumiritinga, casada e com os filhos criados, ela relata:

a minha luta foi uma luta bem puxada né. A gente recebeu o convite pra acampar na Aruega, a primeira ocupação nossa foi em Aruega. Aí, a gente teve bastante dificuldade, passou poucas e boas, dormindo debaixo de lona e aquela coisa toda do dia a dia que a gente vê hoje nos acampamentos e gostei muito né, fiquei muito feliz quando a gente foi convidado pra ocupar essa terra, porque a gente sabia ...tinha uma certeza que mais cedo ou mais tarde a gente ia ter o pedaço de terra da gente, igual a gente tem hoje. Porque lá onde a gente morava, a gente não tinha essa condição, não podia de ter um pedaço de terra, não tinha local da gente, até mesmo a casa pra morar a gente não tinha, morava em casa de parentes né, pedacinho de casa de parente aqui e ali, mais aí Deus abençoou que pra nós deu tudo certo nessa ida de ocupação de terra do Movimento Sem Terra. A gente ocupou e estamos aqui até hoje, feliz mesmo né. Agradeço muito o que eu tenho, tenho minha casa, tenho meus filhos, tudo através do Movimento Sem Terra que a gente acompanha até hoje. (Entrevista concedida por M7 a Cibele Lima dos Santos, em 14 de dezembro de 2021)

A entrevistada não esconde a felicidade por sua vida “ter dado certo”. Sobre o casamento, ela se orgulha de seu companheiro ser o mesmo de quando saíram juntos para a luta, chegando ao acampamento em Aruega com três filhos, ainda crianças, e, após se

apossarem da terra, tiveram mais dois. M7 é agricultora e trabalha na roça até os dias atuais, registro de que seu processo de migração foi válido em sua trajetória.

Para a classe trabalhadora rural, e, possivelmente, para as mulheres participantes desta pesquisa, a migração, ainda que entre ambientes rurais, representa uma resposta à insatisfação em relação ao lugar em que viviam, noção destacada por Martins:

a migração evidencia que a própria sociedade de origem está mergulhada num processo de transformação social que provoca o desencontro entre os sujeitos e as mudanças que estão ocorrendo. Historicamente, as mudanças e a reorganização da produção no campo brasileiro imbricam alterações na organização do processo de trabalho e, conseqüentemente, da força de trabalho. A migração, portanto, constitui um processo social que deriva das mudanças impostas aos trabalhadores pela dinâmica do capital na sua busca constante pela autovalorização. (Martins [1973] *apud* Souza, 2018, p. 613)

No século XXI, o capítulo sobre a migração no Brasil ganhou novos contornos, e acompanhou também as pautas relacionadas à questão de gênero. Imbuídas de mais recursos, como o acesso mais facilitado aos estudos e ao campo profissional, e até mesmo a equipamentos de cultura e lazer, as mulheres migraram com maior frequência para os centros urbanos, desejosas por não mais viver vidas semelhantes às de suas mães.

Stropasolas (2004), em artigo cujo foco se pauta no valor do casamento para a agricultura familiar, se empenha, através de relatos de filhas de agricultores e agricultoras, a entender o porquê de, atualmente, não desejarem mais permanecer em seus lugares de origem, buscando nos centros urbanos uma continuidade para sua trajetória, seja no campo profissional ou pessoal. Nesse sentido, o autor relata que

Ao questionar a sua condição social no espaço rural, as mulheres podem elaborar estratégias para sair ou para tentar mudar, ou mesmo para se conformar, mas a recusa dessa passividade passa a ser explicitada nos depoimentos, particularmente das moças, seja repensando o casamento e seus valores, seja formulando estratégias vinculadas ao estudo e à migração para a cidade. [...] A vigência de relações sociais desiguais e excludentes no seio da agricultura familiar é um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo. Ou, como se refere Pierre Bourdieu, “os agentes que opõem a mais fraca resistência às forças de atração externas, que percebem mais cedo e melhor que os outros as vantagens associadas à emigração, são os menos ligados objetiva e subjetivamente à terra e à casa pelo fato de serem mulheres, filhos caçulas ou pobres”. (Stropasolas, 2004, p. 255)

Assim, a migração do campo para a cidade simboliza uma forma através da qual as mulheres podem deixar de reproduzir o modelo patriarcal e limitado de constituição da família, nesse caso, rural. Isto porque as atividades que lhes são imputadas não possuem valor

social e, ao perceberem essa divisão, investem na estratégia de buscar outros lugares que possam modificar sua realidade. Kummer constata que, no meio rural,

os rapazes acompanham o pai nas atividades, consideradas “produtivas” (ativas). Os rapazes vivem uma submissão relativa perante o pai. As moças geralmente acompanham a mãe nas atividades, consideradas organizativas (passivas), vivendo uma submissão total. É uma dupla submissão. Primeiro, pela autoridade etária em relação à mãe e segundo, uma autoridade de gênero em relação ao pai ou aos irmãos do sexo masculino. (Kummer, 2013, p. 57)

Contudo, é preciso registrar que ainda existe uma juventude, entre homens e mulheres, engajada na luta pela resistência e permanência no meio rural, embora as cidades, sempre sedutoras, os convidem permanentemente a experienciá-las. Para Castro,

A juventude rural tem surgido como um ator político no interior dos movimentos sociais rurais, cujo efeito é a reconfiguração de suas identidades e novas relações com a terra. Atualmente, para além da imagem de jovem rural isolado, os jovens se afirmam como pessoas que lutam por terra e por seus direitos em diálogo com outros e com o mundo. A juventude rural como categoria política representa o desdobramento de várias disputas e articulações coletivas, as quais são visualizadas nos diversos processos organizativos ou na realização de eventos voltados especificamente para essa temática. (Castro [2009] *apud* Lopes; Carvalho, 2017, p. 4)

Portanto, se hoje, na segunda década do século XXI, uma jovem, mulher rural, filha de agricultores nega, de certa forma, a permanência nesse meio, seu vislumbre perpassa, muitas vezes, o desejo por não seguir o mesmo caminho que suas mães. As filhas e filhos dessas mulheres possuem, assim, a escolha de permanecer nos lotes, e ali construir suas vidas, ou de migrar para outras cidades e centros urbanos, rompendo com a ordem familiar rural. Essa possibilidade só se estabeleceu, contudo, porque suas mães trilharam esse caminho da luta, da política, do conhecimento e, a partir daí, se abrem a admitir a livre escolha de seus filhos.

5.5. A mulher do Rio Doce e suas práticas de saúde: os saberes, o cuidado, a memória como prática de emancipação e autonomia humana

Para as mulheres do Setor de Saúde local, o que faz da região do Vale do Rio Doce uma referência em saúde popular no estado é a forma pela qual se organizam para o cuidado da militância. Outro ponto a ser considerado para justificar tal expressividade é o fato de o Vale do Rio Doce ser a maior região do estado de Minas Gerais em termos de área ocupada

pelo Movimento. São 19 ocupações, entre acampamentos e assentamentos. Tal extensão faz com que a demanda pelo cuidado, seja solicitada com mais frequência.

Esse cuidado, revolucionário em sua gênese, encoraja as mulheres a percorrer as áreas dando significado e dignidade à luta. Elas não param, e tampouco se apegam à falta de estrutura com que, muitas vezes, se deparam. Ao questionarmos a entrevistada M3 sobre a existência de algum incentivo ou barreira para o uso das práticas populares de saúde, ela nos conta sobre os incentivos e justifica:

nós daqui da região é que o setor saúde tem uma presença muito marcante nos cuidados. Nas regiões, embora as vezes a gente passa por um processo de tá mais avançado, muitas tarefas, tem momento que o setor tá bombando, tem momento que o setor tá reduzido, vai sendo assim. E assim a gente sempre passa isso para as áreas tá buscando as práticas populares, tá fazendo as oficinas que é importante para que as pessoas tenham seu estoque de pomadas pra passar nos machucados, os repelentes, os xaropes pra fortalecer o pulmão. (Entrevista concedida por M3 a Cibele Lima dos Santos, em 17 de dezembro de 2021)

Sobre barreiras, as falas se dividem, mas não se contradizem. Para M7, assentada, em Tumiritinga, a barreira se estabelece quando a formação para uma saúde biomédica se torna socialmente mais importante do que uma formação em saúde popular. E pondera:

Eu acho que é uma questão de política mesmo né? Na própria formação, é uma situação que é pra poucos. Um incentivo pra formar profissionais da saúde popular não é o mesmo pra poder formar pra medicina tradicional. Já começa por aí, essa questão da credibilidade. Muitos vão mais pela credibilidade do que pela crença né. Há uma manipulação, porque a medicina tradicional usa de tudo que é produzido naturalmente e transforma no tradicional e tem os médicos que não aceita nem o genérico, fala que é pra gente comprar o original, então muito menos falar pra fazer um chá. Então assim, eu penso que a estrutura está mais pronta para dar mais credibilidade a medicina convencional e por falta de informações popular, vamos dizer assim as pessoas acabam cedendo. É a questão é que esse tratamento natural, ele exige uma persistência maior. A gente pode ter um resultado até melhor, mas ele demora e as pessoas ficam sempre na busca de um resultado imediato. Uma vida é voltada mais pra saúde popular, ela tinha que começar com essa concepção de saúde e ia fazendo uso de que a gente ia se prevenindo, se cuidando né? Mais aí a gente vê que ao ficar doente a busca é por algo que trata mais de imediato e as vezes o remédio até causa...infelizmente muita gente começa a fazer um tratamento que cada vez que vai ao médico a tendência é aumentar o nº de medicamento e não diminuir né? Então assim, sinceramente a gente fica até um pouco perdido e eu acho que tem a ver com a crença mesmo e com o conhecimento, acho que a gente tem que avançar mais no conhecimento do tratamento popular vamos dizer assim... popular de que é mais acessível né? E eu acho que os assentamentos poderiam ser uma grande referência nisso, porque as pessoas têm condições de assentadas ter uma produção de seu próprio alimento né, que já evita um monte de coisas pra fortalecer a própria saúde e pra fortalecer também esse novo jeito de cuidar. (Entrevista concedida por M7 a Cibele Lima dos Santos, em 14 de dezembro de 2021)

A entrevistada M1, por sua vez, nos diz que, do mesmo modo que existem incentivos, existem barreiras, e concorda com M7, enumerando os percalços impostos pelo sistema capitalista e pelo modelo de exclusão da classe trabalhadora em termos de acesso a bens, serviços e equipamentos de saúde com a devida igualdade. Ela nos diz que:

as barreiras existem, existe o incentivo e existem as barreiras também, porque as barreiras é a falta de acesso né, a falta de acesso a esse espaço acadêmico que eu já citei antes e, essas barreiras só existem porque não é de interesse público, porque quem tem o dever de cuidar da saúde do povo e de cuidar dessa necessidade é o poder público, porque os recursos que vem do Estado, vem pros municípios e os municípios que precisam desenvolver. Tem alguns assentamentos que tem o posto, mas que tem o posto só pro médico que vem né. (Entrevista concedida por M1 a Cibele Lima dos Santos, em 16 de dezembro de 2021)

Outros tipos de barreiras e incentivos foram levantados por nossas terapeutas, desde o boicote às suas práticas, que, por vezes, alega credence; noutras, aponta para o risco de estarem atentando contra a vida, o que caracteriza uma violência contra os modos de vida específicos da população do campo; e, por fim, também se pauta em mudanças de opinião por parte da medicina oficial, incentivando o uso de tais práticas. M5, terapeuta popular formada por um curso de extensão em parceria com a Universidade Federal de Viçosa, relata que

No início tiveram barreiras. O pessoal do posto de saúde as vezes não conhecia as práticas, aí eles eram contra. Falavam com as pessoas que tinha que tomar remédio, que não podia deixar de tomar para tomar um chá. Aí a gente começou a trabalhar isso nos próprios centros de saúde. Quando teve o curso de saúde mental, foi convidada a enfermeira chefe pra ir pra Belo Horizonte e fazer o curso com a gente pra poder entender. Aí com isso facilitou muito e hoje em dia, até os médicos mesmo perguntam, mas lá no seu assentamento não tem as terapeutas, não tem os chás, não tem o xarope de angico que fortalece? E então assim, quebrou muito essa barreira, pra nós mudou muito. (Entrevista concedida por M5 a Cibele Lima dos Santos, em 25 de março de 2022)

Dessa forma, é possível inferir que, no meio rural, ainda que sujeitada à falta de acesso, ou à precariedade do acesso aos serviços de saúde convencionais, a saúde popular, entre incentivos e barreiras, provoca um estado de superação das dificuldades. Mesmo diante de interferências, essas práticas funcionam como base para a promoção da saúde entre a população. Tal feito cruza com a defesa dos espaços de resistência, uma vez que

A saúde existe em diversos planos na vida dos seres humanos, independentemente de onde moram, se no campo ou na cidade. Nesse sentido, o campo do trabalho e os modos de vida oferecem um campo de ação para que os trabalhadores e toda a população concretizem suas aspirações, suas ideias, seus desejos. Quando os seres de direitos têm possibilidades de escolher seu trabalho, sua organização, sua produção, abre-se um campo de aspirações flexíveis para que os trabalhadores

possam adaptá-las a seus desejos, às necessidades de seu corpo e às variações de seu estado de espírito: “a saúde é quando ter esperança é permitido”. (Batista; Albuquerque, 2014, p.180)

Do mesmo modo que incentivos e barreiras na saúde popular fazem parte de um território em que se disputa a hegemonia do poder, a temática do cuidado, como forma de acessar o outro que está em condições vulneráveis, seja de saúde ou de outras necessidades, se configurou também como um campo de disputa. O cuidado, como já elaborado nesta pesquisa, tem ganhado, nos últimos tempos, um contorno especulativo, através do qual se transformou em um novo objeto de uso do capital. A mercantilização dessa categoria tornou-se uma forma de trabalho que, em disputa, institui ditames como o que afirma que só é (bem) cuidado aquele que tem recursos para pagar, colocando de lado a legítima função do cuidar.

Para as mulheres do MST, a expressão cuidar permanece em sua forma mais germinal, ou seja, o ato de cuidar envolve carinho, zelo, solidariedade, afeto e, principalmente, uma forma de fazer política em um espaço de transformação. Para o MST, cuidar é um ato revolucionário. No gráfico abaixo, tal perspectiva se evidencia, e conforma os sentidos que o cuidado atribuiu à luta:

GRÁFICO 10. Relação entre a figura da mulher e o cuidado



Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que a saúde, como ato político, é quase consenso entre as mulheres. Isso se deve ao próprio processo de luta atravessado por elas. Se esse cuidado, essencial às trincheiras, não se fizesse presente na trajetória das mulheres, a luta se daria comprometida e a militância não conseguiria avançar nas investidas de suas ocupações e marchas. A saúde, por si só, é um ato político.

Também a solidariedade, como demonstra o gráfico, aparece como ato político, tema que não perpassa a questão de gênero, ensejando um sentimento que vem, a cada dia, se consolidando como pauta do Movimento. À solidariedade, comumente aliam-se sinônimos como caridade, compaixão, fraternidade, filantropia e outros. É certo que todos esses fazem parte do cotidiano do MST, visto que, por ser um Movimento de grande alcance social, tais substantivos não ficam fora de suas ações. Entretanto, nesse contexto de luta pela terra, a solidariedade acumula papéis e assume uma nova forma de fazer política e expandir suas ações, solidariedade se registra alinhada aos conceitos de cidadania, gerando assim uma “sinergia social e apelo à mobilização” (Martins, 2013, p.16)³³. Stédile por sua vez, pontua que:

A solidariedade é diferente da caridade que é apenas uma ilusão da burguesia. O povo precisa de trabalho e de renda e não de caridade. O antagônico da caridade é solidariedade. Só existimos como civilização porque existe a solidariedade, sem ela não há vida humana. (MST, 2023, s.p.)³⁴

Nesse sentido, o MST, maior movimento popular do Brasil, percebe, nas ações de solidariedade, a oportunidade de se colocar em um lugar antagônico ao da caridade, essa que é fruto da consolidação capitalista-burguesa para manutenção da pobreza que atinge a maioria da população. Tal premissa, pensada do contrário alimenta a função social da solidariedade, essa que, “desencadeia um ciclo de ações recíprocas, cujos sentidos e intensidades são dados permanentemente pelos parceiros do jogo da vida” (Martins, 2013, p.15-16).

Sobre a relação entre o cuidado e o feminino, a discussão perpassa, novamente, o machismo em nossa sociedade. Embora o gráfico apresente o cuidado como função da mulher e a saúde como sendo feminina, 71,4% das mulheres entrevistadas entendem que, apesar de haver uma condição histórica que atrela o cuidar à mulher, o debate está aberto na sociedade e nas áreas em que vivem. M2 faz parte dessa porcentagem que acredita na evolução do debate e pontua:

É, a gente vê ainda que saúde é coisa de mulher né? Quem preocupa com saúde é a mulher. Quem preocupa de cuidar dos idosos é a mulher, e a gente cuida da mãe, cuida do pai, depois tem que cuidar do sogro, cuidar da sogra, dos filhos pequenos,

³³ Martins, 2013, sinaliza a discussão da solidariedade utilizando-se da teoria da dádiva essa que se relaciona na interação do dar e receber, ou do vai e vem”. Nesse sentido a solidariedade “não aparece apenas como a ideia moralmente interessante, mas como uma exigência política imprescindível para o avanço da democracia participativa” (MARTINS, 2013, p.15)

³⁴ <https://mst.org.br/2023/05/14/com-presenca-de-padre-julio-lancellotti-mst-doa-mais-de-25-toneladas-de-alimentos/>

dos filhos da vizinha, quem tem esse olhar, esse cuidado é a mulher né? As pessoas costumam dizer que a sociedade delegou para gente essa tarefa, e os machistas costumam dizer que a gente é mais cuidadora, que a gente tem isso na nossa formação, esse cuidado, mas né nada disso. É porque sobrou pra gente e acho que nenhuma mulher se furtou a aprender pra poder passar pra frente. Eu acho que hoje as coisas estão mudando, porque por exemplo, agora eu ensino para meus filhos homens, então pra mim agora, a gente vê essa discrepância que é , só as mulheres ter esse olhar pra saúde e pro cuidado, mas pra uma geração próxima , não vão ser só as mulheres, nós estamos educando nossos filhos, nossos homens, nossas netas mulheres pra elas não terem a mesma sobrecarga que tivemos, porque nós somos forçadas a fazer isso , a gente não tinha outra saída a não ser fazer , agora elas terão, porque os homens vão ter esse olhar para saúde, para o cuidado . No setor de saúde hoje, já temos homens, antes no meu tempo era só mulher que preocupava de aprender os cuidados com saúde, hoje não. Hoje já tem homens e com certeza num futuro bem próximo nós vamos ter tantos homens como mulheres com essa tarefa de cuidar, de pensar a saúde de nosso povo. (Entrevista concedida por M2 a Cibele Lima dos Santos, em 20 de agosto de 2022)

Para o Setor de Gênero do Movimento, o debate cresce a cada dia e, paulatinamente, as mulheres vão delineando uma nova história sobre suas entradas e permanências na luta pela terra. Em consignas como “sem feminismo, não há agroecologia”; “mulheres em luta, semeando resistência”; “o agronegócio lucra com a fome e a violência. Por terra e democracia, mulheres em resistência!”, entre outras, elas demarcam, com seus corpos políticos, seu lugar na luta, conquista e manutenção da terra.

FIGURA 19. Jornada das mulheres, Governador Valadares, março de 2021



Fonte: Acervo pessoal.

Assim, as imagens aqui inseridas simbolizam o espaço que as mulheres ocupam e como corpo político dentro do Movimento. Para elas, se saúde é a capacidade de lutar contra

tudo o que oprime, não há espaço para um cuidado machista e opressor, seja na esfera do Estado, seja nos espaços do Movimento.

5.6. As Práticas Populares de Saúde no Vale do Rio Doce - Mulheres em Movimento

Entre estudiosos como Rocha, Aquilante, Fleischer, Albuquerque, e outras, que se dedicam principalmente aos estudos sociais de populações rurais e remotas, já é consenso que as práticas populares de saúde são “uma forma de manifestação cultural, presentes no cotidiano daqueles que buscam tratamento para além dos conhecimentos biomédicos” (ROCHA; AQUILANTE, 2020 p. 29). Essa noção se evidencia na aprovação da Política Nacional de Saúde das Populações Campo, das Florestas e das Águas, que, aprovada na 14ª Conferência Nacional de Saúde, se mostra como marco histórico no campo da saúde, como “um reconhecimento das condições e dos determinantes sociais do campo e da floresta e posteriormente das águas no processo saúde/doença dessas populações” (Brasil, 2013, p. 7). Tais práticas preconizam, essencialmente, os modos de vida das pessoas que, longe dos centros urbanos se dedicam ao aprendizado de tratativas não convencionais de saúde para auxiliar os que compartilham de condições iguais ou similares de vida, seja pelo pouco acesso aos serviços formais de saúde, seja pela simbologia que exercem em suas trajetórias de vida.

No Vale do Rio Doce, as mulheres do Setor de Saúde se organizam em espaços, geralmente não oficiais, para exercer o ofício de terapeuta. Elas estão presentes nos encontros, reuniões, feiras, assentamentos e acampamentos, sempre com a tarefa de promover a saúde junto à população. É comum, inclusive, que as terapeutas da terra estendam seus atendimentos à população da cidade. Sempre há uma busca por seus xaropes e homeopatia, como se percebe na fala da entrevistada M4:

Eu encontro pessoa na cidade né, às vezes eles ficam sabendo que a gente faz a pomada de salsa, principalmente as pessoas mais velhas e, encontram com a gente na feirinha e pergunta, vocês não estão fazendo pomada de salsa pra nós não? Porque a gente leva e já aconteceu; eu tava em casa, fui na igreja esses dias e o Senhor chega pra mim e fala, olha eu tenho diabetes e eu tava com uma ferida na perna e aí, trouxe uma pomada que você fez e curou minha perna, e eu tenho muito que te agradecer, eu to orando muito por você. A gente fica feliz com isso. (Entrevista concedida por M4 a Cibele Lima, em 17 de agosto de 2021)

Dessa forma, as terapeutas da terra tecem suas habilidades com o que está disponível em seus espaços de vivência, o que as torna referência nas formas anti-hegemônicas de fazer saúde. Além disso, atuam em situações muitas vezes precárias, conforme se pode visualizar na figura abaixo, que apresenta um ambiente para atendimentos em saúde instalado no

acampamento Pátria Livre, em São Joaquim de Bicas (MG), em um cenário delicado, em que uma enchente, no ano de 2022, acometeu fortemente a região.

FIGURA 20. Consultório improvisado no acampamento Pátria Livre (enchente de janeiro de 2022)



Fonte: Acervo pessoal

Além da presença das terapeutas populares, que, com chás, massagens e outras práticas, exerciam o cuidado para aliviar o sofrimento da comunidade, médicos parceiros do MST, em uma sala improvisada, acolhiam e cuidavam dos inúmeros militantes que buscavam por ajuda.

Nos eventos e encontros promovidos pelo MST, também é possível verificar a atuação das mulheres terapeutas da terra. São espaços de cuidado, de política e de solidariedade, como se vê nas figuras abaixo:

FIGURA 21. Reunião intersetorial Movimento Sem Terra - Setor Saúde (dezembro de 2021)



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 22. Encontro do Movimento dos Atingidos por Barragens - Setor Saúde (março de 2022)



Fonte: Acervo pessoal.

FIGURA 23. Festival de Cultura e Feira Estadual da Reforma Agrária - Setor Saúde (maio de 2022)



Fonte: Acervo pessoal.

Como é possível observar, os vários momentos apresentados nas imagens enfocam o Setor de Saúde do Movimento em Minas Gerais, que contribui nos espaços de luta, corroborando a tese, defendida ao longo deste trabalho, de que a saúde popular se conforma como serviço essencial para a continuidade da luta pela terra e que seu “lugar oficial” é onde a luta acontece.

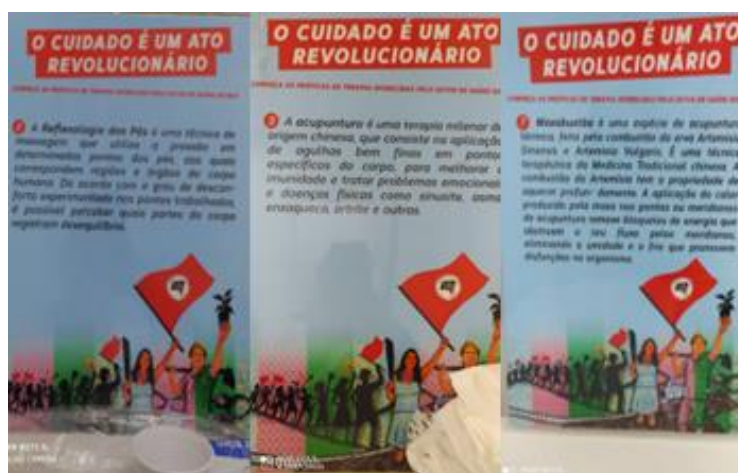
Para o MST, para ser elemento de transformação social e humana, é preciso que a luta seja feita a várias mãos e em espaços diversificados, uma vez que “a categoria rural é

abordada a partir da análise crítica e do aprofundamento trazido pelo conceito ruralidade. Essas populações sofrem com as doenças negligenciadas acrescidas às doenças do desenvolvimento” (MST, 2022, *s.p.*). Essa noção faz com que a saúde popular, realizada por mulheres rurais, se apresente como resposta à violência com a qual o desenvolvimento extrativista adoce a população. São os agrotóxicos, os desmatamentos, a contaminação da água e do solo que fazem a luta por saúde, no meio rural, se intensificar e se impor frente ao império mercantilista que acomete o campo.

As práticas não convencionais de saúde, desse modo, saem do lugar oficial (SUS e rede privada de saúde), e são fortalecidas pelas mãos de mulheres sem-terra, que, através de práticas como acupuntura, auriculoterapia, escalda pés, radiestesia, mocha, reiki, benzeção, ventosa e outras, delineiam os saberes como terapeutas populares. Assim, ao desafiarem o sistema vigente, buscam conhecimento para realizar suas práticas de saúde no meio rural com segurança.

Instituída no Sistema Único de Saúde (SUS) sob as portarias n° 971 e n° 1.600, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, formulada com intuito de “prevenir os agravos e promover a recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltado para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde” (Brasil, 2008, p. 25), indica que as práticas integrativas e complementares são seguramente um avanço na tratativa de saúde em espaços formais. No entanto, o acesso a essas práticas é também reduzido, atendendo a um público mínimo, circunstância que leva as mulheres a aprender as técnicas, oferecendo-as à população de forma segura e gratuita.

FIGURA 24. IV Feira Nacional da Reforma Agrária - Setor Saúde Nacional (maio de 2023)



Fonte: Acervo pessoal.

As imagens a seguir demonstram a atuação das mulheres do Vale do Rio Doce realizando as práticas integrativas de saúde, que, de forma organizada, levam bem-estar à sua comunidade, proporcionando raros momentos de descanso e cuidado³⁵.

FIGURA 25. Espaço Saúde – Festival de Cultura e Feira da Reforma Agrária (maio de 2022)

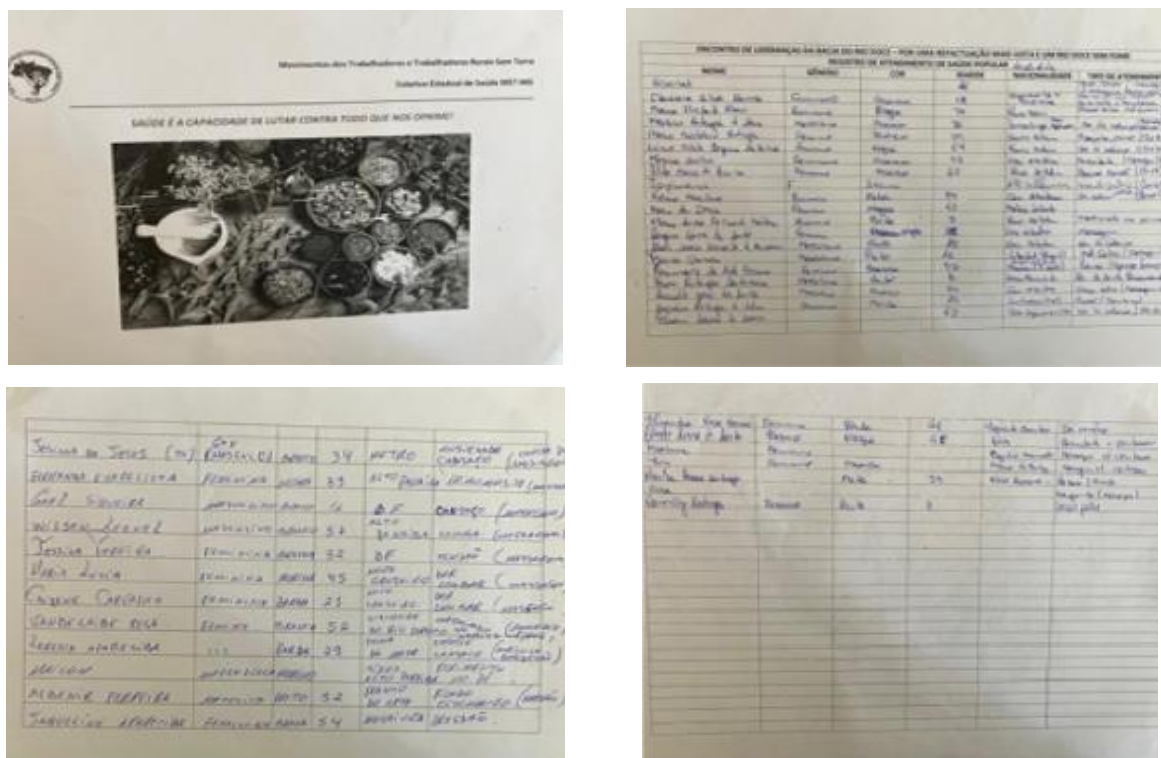


Fonte: Acervo pessoal.

Em todos os espaços, seja em pequenos ou grandes eventos, a busca pelas práticas é bastante expressiva, como se pode verificar através das listas de atendimento apresentadas na sequência:

³⁵ Práticas, da esquerda para direita: massagem facial, auriculoterapia, reiki, fitoterapia, homeopatia e escaldapés.

FIGURA 27. Atendimentos realizados no seminário do Movimento dos Atingidos por Barragens, Governador Valadares – MG (março de 2022)



Fonte: Acervo pessoal.

As listas de atendimento destacadas acima são demonstrativas dos diversos atendimentos prestados à militância e à comunidade, de forma geral, durante os eventos realizados pelo Movimento. Atendimentos como massagem, escalda-pés, reiki, auriculoterapia aliviam as queixas, especialmente da militância, em momentos de exaustão, tendo em vista a grandiosidade dos eventos. As terapeutas populares, em espaços de saúde estruturados, acompanham de perto as necessidades dessa militância. Assim, essas listas não evidenciam apenas um controle quantificado e representativo do número de atendimentos realizados, mas simbolizam a seriedade com que a militância recebe as práticas de saúde como parte de seu modo de vida, de sua luta. Para a militância, que se divide em tarefas diversas, como vigilância, infraestrutura, ciranda, segurança, e outras tantas, esse cuidado ou zelo é parte essencial da luta. Sem saúde, não há luta.

Portanto, durante a pesquisa, foi possível verificar que as práticas populares de saúde exercem um significado ontológico na conduta das mulheres terapeutas, que doam parte de seu tempo ao cuidado com a militância. Esse cuidado revela a força com que essas mulheres encaram a luta. Mulheres que, muitas vezes, buscam o Movimento em meio a momentos difíceis de suas vidas, e, solitárias, vão se reconstituindo e se reconhecendo, aprendendo e

ensinando, reforçando sempre, em suas palavras de ordem: “saúde é lutar contra tudo que nos oprime”.

6 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

6.1 - O protagonismo das mulheres do movimento Sem Terra no Vale do Rio Doce – MG: uma abordagem qualitativa sobre as práticas populares de saúde

The protagonism of mulheres do movimento sem terra in the Vale do Rio Doce – MG: a qualitative approach to popular health practices

Cibele Lima dos Santos³⁶

Polyana Aparecida Valente³⁷

Denise Nacif Pimenta³⁸

Resumo: Com vistas a trabalhar a temática da saúde das mulheres, este artigo tem por objetivo, compreender e analisar as narrativas sobre as práticas populares de saúde de sete mulheres assentadas e acampadas do Vale do Rio Doce, a partir de entrevistas realizadas entre os anos de 2021 e 2022. Tal temática, pouco explorada na literatura sobre mulheres rurais, atravessa a discussão sobre a ocupação e permanência na terra e seus processos históricos. Associado a isso, discute-se o conceito de cuidado, relacionado ao papel político que as mulheres desenvolvem na luta pela terra. O trabalho conta com a metodologia qualitativa, aliada às discussões nos campos da história oral, história das mulheres e pesquisa participante. Como resultado foi possível apurar, que a saúde popular, além de ser um cuidado necessário à saúde da militância, torna-se uma forma do fazer político, em que, as mulheres tornam-se protagonistas assumindo tarefas de frente dentro do movimento.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa; Protagonismo das mulheres do campo; Práticas populares de saúde; MST; Cuidado.

Abstract: With a view to working on the theme of women's health, this article aims at understanding and analysing the narratives about the popular health practices of seven women settlers and campers of the Vale do Rio Doce, based on interviews carried out between the years 2021 and 2022. Associated to this, the concept of care is discussed, related to the political role women develop in the struggle for land. The work relies on the qualitative methodology, allied to discussions in the fields of oral history, women's history and participant research. As a result, it was possible to ascertain that, in addition to being a necessary health care for militants, popular health becomes a form of political action in which women become protagonists, taking on front-line tasks within the movement.

Keywords: Qualitative research; Protagonism of rural women; Popular health practices; MST; Care.

1 Introdução

³⁶ Mestre em Ensino e Saúde, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Instituto René Rachou (IRR) – FIOCRUZ MINAS, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: limabelsantos@gmail.com

³⁷ Doutora em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Ibirité, Minas Gerais, Brasil. E-mail: polyvalente84@gmail.com

³⁸ Doutora em Ciências da Saúde, Instituto René Rachou (IRR) – FIOCRUZ MINAS. Instituto René Rachou (IRR) – FIOCRUZ MINAS, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: pimentadn@gmail.com

Neste artigo, salienta-se a importância das práticas populares de saúde no meio rural, em especial das comunidades de assentados e acampados da reforma agrária no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. A reflexão aqui empreendida tem por mote o desenvolvimento de uma pesquisa de doutorado³⁹ em andamento, denominada *Mulheres do Movimento Sem Terra no Vale do Rio Doce – Saúde Popular como Prática de Liberdade: Tecendo Memórias e Ampliando Saberes* que tem por objetivo, compreender e analisar as narrativas sobre as práticas populares de saúde de 7 (sete) mulheres assentadas e acampadas do Vale do Rio Doce, a partir de entrevistas de História Oral realizadas entre os anos de 2021 e 2022, a fim de reconstituir memórias, mapeando os saberes e as práticas de saúde exercidas por elas em seus territórios.

Além de trabalhar a relevância das práticas populares como forma de cuidado à saúde da população do campo, a pesquisa busca descortinar questões ligadas ao cotidiano da mulher do campo, que tantas vezes se lança no movimento de luta pela terra sem o apoio familiar e que, geralmente, opta por romper as cercas do latifúndio para tirar da terra seu sustento e de sua família. Essas são histórias de resistência, existência e de cuidado com o outro. Isso porque, no universo da luta pela terra, as mulheres exercem um papel significativo na saúde e na organização da ocupação, enfrentando grandes obstáculos:

As trabalhadoras do campo, organizadas, foram construindo uma trajetória na qual os elementos – mulher, terra e luta se misturam e se constituem como sinônimos de uma radicalidade que educa. No campo, elas estão entre as mais precarizadas, num universo de trabalhadores historicamente precarizados e empobrecidos. A divisão sexual do trabalho invisibiliza o trabalho das mulheres, e ao mesmo tempo se favorece dele; as principais ocupações das mulheres rurais estão relacionadas aos cuidados com a família, com a casa, o quintal e o autoconsumo, atividades reprodutivas sem remuneração, mas de fundamental importância econômica, sendo condição para a reprodução do capital (MAFORT, 2019, p. 78).

Desse modo, buscamos problematizar quem são essas mulheres do Vale do Rio Doce que cuidadosamente se apropriam de seus conhecimentos populares de saúde para cuidar da comunidade?

Tal indagação atravessa a perspectiva do cuidado, este que é solidário com a saúde dos assentados e acampados, mas que também, interfere na transformação da mulher e na desconstrução das opressões que atingem o corpo e o fazer femininos. Compreendemos, assim, o cuidado praticado pelas mulheres acampadas e assentadas como forma de ação política.

³⁹ Pós-graduação a nível de doutorado em Saúde Coletiva.

A mulher do campo encontra-se, no centro do debate e, com ela, a saúde, o cuidado com a terra, a militância e os sentidos de ser mulher do campo em uma estrutura eminentemente machista.

Para tratar desses temas, o artigo foi dividido em duas sessões. A primeira explicita o percurso metodológico da pesquisa. Na segunda, encontram-se as discussões e análises dos resultados alcançados até o momento. Esta última seção, por sua vez, está subdividida em quatro partes, a saber: 1) *A saúde no contexto rural brasileiro*, balizada por uma breve história da saúde no Brasil, com destaque para a Reforma Sanitária Brasileira dos anos 1980/1990; 2) *Práticas Populares de Saúde como estratégia no meio rural*, que tem por objetivo caracterizar as práticas populares de saúde no campo; 3) *O protagonismo da mulher do campo no contexto da saúde rural*, com o intento de desvelar o papel da mulher camponesa na luta por saúde, terra, educação, arte, cultura e emancipação feminina e 4) *O cuidado e o corpo político como categoria de análise*, que busca trazer novos contornos acerca do papel do cuidado feminino.

Esperamos que, ao final do artigo, o leitor, seja ele, estudante, leigo, militante ou não, possa compreender as dimensões das práticas de saúde não-hegemônicas no contexto rural e, em especial, a atuação da mulher do campo como central para o fortalecimento das lutas e tensionamentos ainda presentes no meio rural.

2 Percorso Metodológico

Em termos metodológicos, esta é uma pesquisa qualitativa que objetiva responder, como observa Minayo (2019, p. 20-21), “a questões muito particulares, que dificilmente podem ser traduzidas em números”. Vale destacar, como também pontua a autora, que a pesquisa qualitativa tem o papel, dentro das ciências sociais, de “traduzir o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e dos valores das atitudes humanas” (MINAYO, 2019, p. 20). Essa compreensão dá sentido à escolha metodológica de nosso trabalho, que contou com a participação de sete (07) mulheres, assentadas e acampadas do Movimento Sem Terra (MST), distribuídas em cinco municípios do Vale do Rio Doce (MG), sendo eles: Governador Valadares, Tumiritinga, Jampruca, Matias Lobato e Campanaro.

Por motivos diversos, dentre os quais as enchentes ocorridas à época da pesquisa de campo, que dificultaram o acesso às áreas, as entrevistas ocorreram nos municípios de Governador Valadares, onde foram ouvidas três mulheres assentadas e uma acampada, em espaços indicados pelas entrevistadas no assentamento Oziel Alves Pereira. Em Tumiritinga, foram ouvidas três mulheres do assentamento Primeiro de Junho. Nesse assentamento, as

entrevistas foram realizadas em suas próprias residências. Desse modo, foram realizadas 7 (sete) entrevistas, de forma presencial, com encontros gravados em aparelho celular de aproximadamente 90 minutos. Todas as mulheres foram ouvidas apenas uma vez. Após transcritas as entrevistas, a devolutiva foi enviada via whatsapp e também entregue presencialmente. As entrevistadas aprovaram o conteúdo transcrito retornando com os pareceres entre junho e setembro de 2022.

Faz-se importante ressaltar que a escolha dessas mulheres, foi realizada sobre a metodologia snowball (bola de neve), visto que esse método se define basicamente pela identificação dos participantes da pesquisa e o recrutamento desses sujeitos - verdadeiros atores sociais reconhecidos por seus pares em decorrência de seu papel de lideranças nas comunidades estudadas (BIERNACKI; WALDORF, 1981).

As entrevistas realizadas em Governador Valadares apontaram para um aspecto curioso, visto que, apenas uma das quatro mulheres ouvidas no assentamento Oziel Alves Pereira, residia no município, as demais, encontravam-se ali para atividades promovidas pelo setor de saúde do Movimento. As atividades ocorreram em três ocasiões, em eventos distintos, que contaram com a presença das “terapeutas da terra”, prontas para atender a possíveis emergências de saúde.

Foi um ano de idas, permanências e vindas, dedicado à escuta, observação e participação no cotidiano dessas mulheres em que foi possível interagir com as feitura da saúde popular, fosse nas anotações, no acolhimento, na roda de dança, no registro fotográfico, na colheita/reconhecimento das plantas ou em outras atividades. Assim, percebeu-se que a temática não se esgota e que o universo das práticas populares de saúde ligada ao papel da mulher camponesa é apenas a ponta do Iceberg. Dessa forma, não é possível dizer de uma saturação de dados, mas sim de uma porta aberta para novas dúvidas e questões de uma temática complexa em que o debate está em permanente construção. Também, não podemos dizer que foi apenas um trabalho de pesquisa, partindo de método, perguntas e hipóteses, afinal, permitiu também um encontro, pelo qual foram plantados sonhos, criados vínculos, que se projetaram em perspectivas de trabalhos efetivos, descortinando realidades da saúde no campo e permitindo que amizades fossem firmadas. Bosi (1979), expressa esses sentimentos de compromisso e subjetividade, afirmando que:

Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. (...) Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes (BOSI, 1979, p. 2).

Aliada à metodologia qualitativa, recorreremos também à História Oral e à observação participante, percursos metodológicos que contribuem para o amplo aproveitamento das informações coletadas em campo. A História Oral é uma metodologia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, uma vez que se apresenta como um instrumento eficaz no mecanismo de escuta e no resgate da oralidade, em especial daqueles sujeitos historicamente invisibilizados. Como pondera Tedeschi (2014, p. 9), “abriu-se como um campo promissor em relação à tarefa de descobrir “novos” sujeitos, sua ação e interpretação do presente, apoiada na sua consciência do passado”.

Para além disso, a História Oral busca se entrelaçar com outras ciências, como “antropologia e ciências sociais, como parte de um processo de construção individual e coletiva, fruto de um trabalho compartilhado e participativo dos sujeitos – protagonistas de uma dada realidade” (TEDESCHI, 2014, p. 9). É importante ressaltar que o diálogo entre a história oral e outras áreas permite seu direcionamento à área da saúde, em especial da saúde coletiva, caso deste trabalho. A partir da fala, da escuta e da subjetividade contida e colhida em cada depoimento, é possível identificar elementos que excedem à busca de resultados de pesquisas, contribuindo para uma possível intervenção no meio em que se investiga, seja pela proposição de projetos ou pela indicação de políticas públicas que possam contribuir com/para o bem-estar coletivo.

Fazemos uso, também, dos preceitos do campo da História das Mulheres, uma tradição historiográfica que ganhou força no final dos anos 1980, explicitando a necessidade de situar a mulher na história, tendo em vista seu apagamento como parte essencial da sociedade e de sua “história concreta e sua história singular” (VENÂNCIO, 2008, p. 284). Perrot (1995), historiadora francesa que se dedicou ao desafio de situar a mulher na historiografia, ressalta que:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente a concepção de que as mulheres têm uma história e não apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (Não se sabe nada das mulheres, diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível (PERROT, 1995, p. 9).

A autora não só critica a postura intelectual que orienta a ausência de produção histórica sólida sobre as mulheres, como também abre caminhos para que essa história possa ser contada, incluindo todas as mulheres. Após a década de 1980, percebe-se que a produção

historiográfica sobre as mulheres passa a conquistar mais espaço, ainda que de forma tímida. A História Oral torna-se, assim, a ser uma metodologia aliada, permitindo ouvir e contar narrativas de mulheres. Para Rovai (2017), a história oral das mulheres é

Um compromisso político com a escuta atenta, ética e respeitosa por vezes que insistem em se fazer ouvir, abrindo brechas e produzindo questionamentos sobre sentimentos e condutas socialmente construídos e sobre a produção de uma história única. Não houve e nem há, por parte das mulheres, qualquer silêncio, mas a luta contra o silenciamento (ROVAI 2017, p. 12).

Salvatici (2005, p. 32), por sua vez, chama a atenção para o fato de que a história oral das mulheres, “inicialmente, desenvolveu uma insistência muito mais cautelosa na diversidade cultural das diferenças de gênero e na necessidade antes de fazer proposições grandiosas levar em conta a pluralidade”. Isto porque

O conceito de pluralidade destacou a possibilidade de haver diferenças fundamentais em estruturas de gênero, entre classes sociais, grupos étnicos, ocupações, religiões, regiões ou nações. O que era considerado a “voz das mulheres” transformou-se em plural: narrativas femininas pareciam um coro de múltiplas vozes, e, conseqüentemente, a identidade de gênero foi complicada por identidades de classe, religião e nacionalidade (SALVATICI, 2005, p. 32).

Levar em consideração a pluralidade das experiências femininas no campo, as trajetórias de vida das assentadas e acampadas, bem como seus saberes e práticas de saúde, permite, por um lado, demonstrar como a história política altera as trajetórias dos sujeitos. Por outro, permite também indagar sobre como histórias de vida e tradições orais dizem da história coletiva, desvelando questões sobre o papel social das mulheres na produção do conhecimento científico e no trânsito pelos espaços públicos e privados. Aqui, buscamos revelar como se dá a presença e a atuação dessas mulheres no universo da saúde nos acampamentos e assentamentos do Vale do Rio Doce, evidenciando o que Bosi (1994) chama *dimensão social da memória*⁴⁰.

No que toca à observação participante, tal método proporciona ao pesquisador a interação direta com os sujeitos de pesquisa, possibilitando a construção da narrativa através da convivência, nos ambientes em que se propõe a investigar. Realizar um estudo etnográfico é mais que ir a campo, coletar informações, registrar percepções no caderno de campo e realizar a análise dos dados. Etnografar o campo significa participar e compreender a realidade em que se pesquisa. A observação participante é, nesse sentido,

Um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pessoa, na

⁴⁰ A autora conclama a dimensão social da memória como registro do que “foi escolhido para perpetuar na história de sua vida” (BOSI, 1979, p. 1).

medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso o observador faz da parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (MINAYO, 2019, p. 64).

Assim, pensar uma etnografia das mulheres do Vale Rio Doce e suas práticas de saúde, perpassa a desconstrução da ciência hegemônica, propondo uma ruptura com o paradigma positivista, esta que conforme pontua Schimidt (2006),

A prática da pesquisa participante é capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo, configurando metodologias que promovem uma relação com o outro próximo à ideia de comunidades interpretativas (SCHIMIDT, 2006 p. 13).

Dessa forma, a opção por inserir a observação participante, alinhada à História Oral e à História das Mulheres, parte do pressuposto de que a vivência em tais comunidades é uma forma de aprender e apreender seus modos de vida, o que nos possibilita a construção de um saber coletivo voltado à elaboração de um conhecimento em que as mulheres falam e permitem traduzir a singularidade de pertencer a um movimento de luta pela terra. Neste sentido, a pesquisadora teve a oportunidade de participar de diversos momentos do cotidiano das mulheres, visto sua permanência por diversas semanas e em atividades distribuídas entre os anos de 2021 a 2023, nas áreas de estudo.

Por fim, cabe ressaltar que o projeto de pesquisa, bem como os termos de consentimento livre e esclarecido, direito de uso de imagem e voz e o roteiro de entrevistas, foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Fiocruz MG, sob o parecer nº 4.000.974, CAAE: 29105720.8.0000.5091, em 30 de abril de 2020 (Anexo IV).

3 Resultados e discussões

3.1 A saúde no contexto rural brasileiro

A discussão em torno do campesinato no Brasil não é recente, ao contrário, esse é um tema antigo e espinhoso, que tem por característica *sui generis* o histórico de invasão das terras, “que nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível” (MORISSAWA, 2001, p. 55). A história da reforma agrária no Brasil esteve, portanto, entrelaçada ao processo e ao modo de produção capitalista no campo. Esse percurso se ancorou, ainda, em marcos históricos, como o período colonial, caracterizado pelas capitânicas hereditárias e sesmarias; o

Império, com a lei de terras, de 1850, que estabelecia a obrigatoriedade da compra de terras via pagamento à vista, dificultando o acesso da população de baixa renda ou sem prestígio social/financeiro; ou mesmo o Brasil República, em que resquícios dos períodos anteriores se atualizaram, sendo incrementados pela intensa modernização agrícola, seguida por concessões de créditos fundiários aos senhores do campo (Machado, 2020), processos que dificultaram o acesso à terra por boa parte da população brasileira, situação que se arrasta até os dias atuais.

Do período colonial até o tempo presente, poucos avanços foram vistos na pauta fundiária brasileira, tendo em vista a concentração de terras e os interesses da oligarquia, que atuaram e atuam em conjunto para barrar a distribuição de terras, conforme salienta Cosme:

O monopólio da terra, principalmente através da grilagem e da violência, constituintes centrais da propriedade privada capitalista da terra no país, é o ponto inicial de onde a classe burguesa latifundista à brasileira se levanta para controlar e explorar, de forma destrutiva, a força de trabalho e os demais bens comuns naturais do território nacional (COSME, 2020, p. 306).

Nesse sentido, torna-se evidente um problema: a reforma agrária no Brasil não se consolidou, e o pouco que foi feito, se deu sob moldes incipientes.

Entretanto, no que se refere às questões sociopolíticas, pequenos avanços puderam ser percebidos entre as décadas de 1980-1990, período em que floresceu o desejo por uma nova sociedade brasileira. Nesse bojo, encontra-se o direito à terra, resguardado no artigo n.184 da Constituição Federal de 1988, em que se lê:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 2016, p. 113).

Tal garantia constitucional, de viés democrático, embora pequena – dado o tamanho da dívida histórica que o país carrega em relação a distribuição de terras –, se constitui como uma conquista importante, uma vez que a luta pela terra se tornou legitimada e, com isso, impulsiona o direito de reivindicação por moradia digna, alimentação, saúde, educação, cultura, lazer e arte e toda uma estrutura necessária para a promoção do bem-estar social da população brasileira.

A saúde, nesse contexto, se interrelaciona com a Reforma Sanitária Brasileira (RSB), termo que apareceu no Brasil em 1970, calcado nas origens da medicina preventiva e que toma forma, ainda naquela década, a partir da criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), e conseqüente criação da revista Saúde em Debate, que defendia a saúde como *direito de cada um e de todos os brasileiros* (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2014, p. 203).

Na década de 1980, a RSB se transformou em um instrumento de reforma política em benefício de uma saúde que contemplasse todos os segmentos sociais, tendo como elemento fundante a participação da sociedade civil, incluindo intelectuais, movimentos sociais e populares, representantes políticos, mulheres e toda uma classe de interessados em contribuir com a redemocratização brasileira. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no ano de 1986, mostrou-se fundamental para que o Sistema Único de Saúde (SUS) pudesse se concretizar, galgando espaço na Constituição Brasileira como sistema comum e acessível a todas as cidadãs e cidadãos. Dentre os pilares que orientavam tal defesa, podemos citar:

- Universalidade, que convoca a saúde como direito de todos e dever do Estado, sem distinções de raça, sexo, classe e outras diferenças sociais e/ou pessoais;
- Equidade, que tem por principal característica a diminuição das desigualdades sociais, tão presentes em nossa sociedade;
- Integralidade, que tem por objetivo observar a pessoa como um todo, atendendo às suas necessidades;
- Descentralização, que visa à prestação de serviços de saúde qualificados para a população, estando a cargo dos municípios a oferta dos serviços de forma “autônoma”;
- Participação popular, pela qual a sociedade participa e fiscaliza as ações do sistema de saúde (BRASIL, 2000, p. 30-34).

O SUS se estabeleceu, assim, como “instrumento” social abrangente e inclusivo, que, com o passar dos anos, se reconfigurou, entre avanços e limitações, diante das transformações sociais e políticas.

No âmbito deste trabalho, importa destacar o princípio da integralidade, perceptivelmente limitado, no âmbito do SUS, no que se refere à população rural. Afinal, a integralidade se define a partir da participação da comunidade, sendo este atendimento integral ancorado em diversas concepções, como, por exemplo, alertam Fontoura e Mayer (2003, p. 533): “seu alicerce está na qualidade do atendimento prestado ao usuário, envolvendo questões como cuidado, acolhimento, visão ampliada entre outros”.

Definida dessa forma, a integralidade tornou-se pauta constante dos movimentos de luta pela terra, uma vez que a saúde no campo permanece enfrentando dificuldades de acesso aos serviços básicos, ferindo amplamente, não só este princípio, mas também o da universalidade. Nesse sentido, entende-se por insuficiente uma oferta de política de saúde consolidada ao modo da política da reforma agrária, isto é, lenta, gradual e incompleto.

Pontes, Rigotto e Silva apontam que

A necessidade de atuação do SUS frente à saúde dos camponeses surge diante de problemas verificados no acesso aos serviços de saúde, nas atenções básicas, especializadas e hospitalares, na vigilância e promoção da saúde e na prevenção de doenças e agravos que acometem essa população. A extensão e magnitude desses problemas expõem que a discrepância entre as proposições do SUS e sua execução é

ainda maior no campo do que na cidade (PONTES; RIGOTTO; SILVA, 2019, p. 1382).

Santos, Arruda e Gerhart (2018, p. 169) por sua vez, pontuam ser necessária uma “compreensão ampla do que significam os direitos sociais do cidadão e que o acesso a saúde e a importância da saúde e outras políticas no cotidiano do meio rural vão além do trabalho, mas também de vida”. Desse modo, interpreta-se que as formas do fazer saúde e fazer saúde no campo⁴¹ deixam de ser uma questão hospitalocêntrica e biomédica, para dar lugar à saúde do ser humano em sua integralidade, estimulando e desenvolvendo um “resgate da sabedoria popular presente nas comunidades, num movimento dinâmico de articulação entre os diferentes saberes e práticas na produção das ações de saúde às populações” (GERMANI, 2020, p. 66).

Diante da identificação dos limites nos serviços oferecidos pelo SUS, e tendo em mente as especificidades das demandas das populações não só do campo, mas também das águas e da floresta, o estabelecimento de novos diálogos sobre uma política própria de saúde, capaz de atender às demandas desses grupos, mostrou-se necessário. Em um esforço coletivo e participativo, que contou com a colaboração de integrantes de movimentos populares ligados ao campo e à floresta, assim como de membros da sociedade civil e de universidades (a exemplo da Fiocruz de Brasília e a Universidade Federal de Brasília), foi aprovada, no ano de 2011, a Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo e da Floresta, que passou a integrar o Ministério da Saúde⁴².

Por reconhecer que “as populações do campo e da floresta são caracterizadas por povos e comunidades que têm seu modo de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com a terra” (BRASIL, 2014, p. 8), essa política representa importante conquista para o meio rural, permitindo “pensar este loco na sua pluralidade para além de um espaço agrário, produtivo, do quadro demográfico e de distribuição de doenças” (GERHARDT; LOPES, 2017, p. 7).

⁴¹ O fazer saúde no campo, na concepção do MST, atravessa o significado do lugar de vida, e não somente o lugar de produção “que não é definido somente a partir do antagonismo da cidade”. Silva e Prada (2019), ressaltam que o MST tem refletido sobre a saúde e reivindicado, além da atenção médica com prioridade à promoção e prevenção, o respeito às diferenças culturais e o fortalecimento das práticas não convencionais em saúde.

⁴² Os povos das águas, por entenderem que sua saúde também agrega fatores particulares, reivindicaram a inserção de seu agrupamento na política. Desse modo, no ano de 2014, sob a portaria nº 2311/2014 do Ministério da Saúde (MS), a política passou a se chamar Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).

Pesquisas como a de Magalhães *et al.* (2022), apontam que a qualidade da saúde no meio rural, embora tenha dado um salto de melhoria nos aspectos de prevenção e promoção, ainda é precária, uma vez que,

Os investimentos no setor de saúde rural ainda são inadequados para melhorar e atingir, expressivamente, a população. Entre os problemas que cooperam para dificuldades na qualidade da saúde estão, além do baixo investimento, a grande extensão do território e a dispersão populacional. Esse cenário contribui para que a quantidade de ESFs no campo seja baixa, tornando-as insuficientes para atender as demandas dos cidadãos (MAGALHÃES *et al.*, 2022, p. 3).

Assim, a simples implementação de políticas públicas não é suficiente, tornando-se necessário que tais políticas reconheçam as demandas reais da população do campo, incorporando suas agendas e especificidades, sob o objetivo de avançar na solução de problemas relacionados à saúde dessa população.

Levando em consideração os distanciamentos entre as políticas públicas propostas para a área da saúde e a realidade vivenciada pela população do campo, pretendemos levantar, na sequência, algumas alternativas, acessadas por esse grupo, na intenção de diminuir os efeitos da falta de acesso à saúde pública. Além disso, procuraremos mostrar como as mulheres protagonizam a esfera do cuidado a partir dos conhecimentos de práticas populares de saúde.

3.2 Práticas populares de saúde como estratégias de promoção de saúde e mais qualidade de vida no campo

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (SILVA; SCHRAIBER; MOTA, 2019, p.2). No discurso da medicina ocidental, a falta de saúde que acomete um ser humano deve ser tratada a partir da ciência (hegemônica), pautada em modelos biomédicos e hospitalocêntricos, tornando outras formas de saberes e culturas pouco significativas no auxílio e tratamento de enfermidades. O conceito de hegemonia, intimamente ligado às relações de poder, dominação, classe, opressão, entre outros aspectos, orienta, portanto, a definição de saúde estabelecida pela OMS. Ao longo dos anos, contudo, esse saber hegemônico tem recebido críticas por estudiosos da área, que advertem sobre a amplitude e a pluralidade que ancora o tema saúde.

Sobre isso, Pereira e Almeida argumentam que

A partir do momento em que esses conhecimentos ditos científicos alcançaram a hegemonia na narrativa da existência, a compreensão do que se considera “saúde” não foi mais orientada por outros valores suscitados pela vida compreendida como

totalidade sócio-psíquica e cultural, já que, aos olhos do capitalismo, da mesma forma que a razão é um instrumento, a vida só é um meio de produção, acumulação de riqueza e expansão do poder (PEREIRA; ALMEIDA, 2005 p. 93).

A passagem acima reforça que o conceito hegemônico de saúde está fixado em modelos que geram lucro para o sistema econômico, aliando a sofisticação da tecnologia de diagnósticos à potência econômica da indústria farmacêutica, que, sob suas patentes científicas, escolhidas de acordo com interesses do modelo biomédico, lucram sobre a população que sensivelmente se torna dependente das drogas sintéticas. Barros, por sua vez, ressalta:

No momento mesmo em que se instaura a quimiossíntese em um contexto capitalista de produção, os medicamentos assumem a conotação de uma mercadoria com a necessidade implícita de ser consumida em quantidade e qualidade crescentes. Neste sentido, o medicamento assume um importante e duplo papel ao satisfazer a um só tempo interesse do capital e do médico. A difusão generalizada da ideia do medicamento como solução permite que o médico ao prescrevê-lo, satisfaça as expectativas do paciente às suas próprias. Para um e outro, na verdade o momento mais importante da consulta passou a ser o da prescrição, por um lado em detrimento ou às vezes ocupando lugar na anamnese e/ou do diagnóstico, por outro lado substituindo crescentemente alternativas terapêuticas que pelo menos, para quadros clínicos específicos, eram dominantes no passado (BARROS, 1983, p. 378).

Afirma-se aí o papel econômico exercido pela indústria farmacêutica e pelo saber médico hegemônico na esfera da saúde, compreendendo-a não apenas como forma de poder, mas também como fator que reforça a desigualdade social, uma vez que o acesso não é igual para todos. No caso do Brasil, como já explicitado, embora existam muitos avanços no SUS e seus programas, os serviços de saúde ainda não inserem toda a população no mesmo horizonte, praticando um atendimento verticalizado.

Diante desse cenário, interessa-nos falar sobre a saúde popular como forma complementar às práticas de saúde convencionais e hegemônicas. Aqui, é importante ter em mente que a ideia de trabalhar práticas populares de saúde não tem por intencionalidade o esvaziamento da importância científica e médica do sistema convencional de saúde. Diferentemente, o que se pretende é trabalhar concepções de saúde possíveis e acessíveis à população rural, considerando esses sentidos como práticas históricas que dialogam com o modo de vida do campo. Para Fleischer (2013 p. 8), a saúde popular é “uma saúde que acontece nos espaços não oficiais”, e adverte que

Os caminhos populares para conseguir o reestabelecimento da saúde, são feitos por linhas quase invisíveis, mas que insistentes tateiam os espaços curadores sem necessariamente obedecer a lei do lugar. As táticas, para reaver os estados de bem-estar, são capazes de produzir resultados nem sempre abertamente perceptíveis, nem sempre classificáveis pelos critérios biomédicos (FLEISCHER, 2013, p. 9).

Rocha e Aquilante (2020, p. 29) entendem as práticas populares de saúde (PPS), como “uma forma de manifestação cultural, presentes no cotidiano daqueles que buscam tratamento para além dos conhecimentos biomédicos”.

Tais definições se encaixam no que encontramos na pesquisa sobre saúde popular realizada no Vale do Rio Doce. Diante da ausência de unidades básicas de saúde dentro das áreas ocupadas, acampados e assentados desenvolvem práticas terapêuticas para prevenção ou alívio paliativo de uma dor, sofrimento ou enfermidade. Essas práticas são diversas, englobando o Reiki, a massoterapia, a homeopatia, entre outras, e são praticadas, em sua maioria, por mulheres, terapeutas populares que não possuem espaços fixos para exercer o ofício. Em geral, elas se dirigem até o paciente, o que representa um trabalho impulsionado pela solidariedade e à luta pela terra.

Para Lúcia Martins Ferreira⁴³, residente no assentamento Ulisses de Oliveira, em Jampruca (MG), desde 2004, e militante no setor saúde por mais de 20 anos, “as práticas populares de saúde têm relação com a terra, com as plantas medicinais, com tudo que tem a ver com a natureza, porque é da terra que temos energia da vida”. Dilma Edna Pereira⁴⁴, acampada na área denominada Maria da Penha, em Matias Lobato (MG), declara que “saúde popular pra mim é vida, é alegria. Se tem uma reunião ou um evento de saúde popular, esqueço todos os problemas e a animação aparece rapidinho”.

Nesse sentido, as experiências de saúde realizadas nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária têm como prioridade trabalhar todos os aspectos de saúde dos integrantes do Movimento, visto que a luta pela terra não termina com sua conquista, sendo este marco apenas o começo. Conforme aponta Knierim (2016):

Desde os primeiros acampamentos, constituem-se equipes de saúde responsáveis por cuidar dos militantes adoecidos. Esse cuidar vinha imbuído de uma ética, conforme a qual era necessário proteger, zelar pelos companheiros que se encontravam em luta (KNIERIM, 2016, p. 58).

Percebe-se que, na condição de militantes acampados, as práticas populares de saúde exercem um papel fundamental, visto que, em momentos de ocupação e negociação pela permanência na terra, o embate é violento, resultando em diversos tipos de adoecimentos, físicos, emocionais e mentais.

⁴³ Entrevista concedida por Lúcia Martins Ferreira, em julho de 2022, no assentamento Oziel Alves Pereira - MST, localizado no município de Governador Valadares – Vale do Rio Doce – Minas Gerais.

⁴⁴ Entrevista concedida por Dilma Edna Pereira, em março de 2022, no assentamento Oziel Alves Pereira - MST, localizado no município de Governador Valadares – Vale do Rio Doce – Minas Gerais.

Em um contexto tal, a saúde popular se configura também como ato político, um embate frente às políticas mercantilistas e uma resistência pelo direito de ser. Novamente, como destaca Knierim (2019):

A centralidade do processo de cuidado era a doença e a produção de insumos que os reestabelece para a luta. Entretanto, as mediações desse processo expressavam relações humanas alicerçadas em valores de solidariedade, companheirismo, cooperação, fraternidade, um conhecimento e um saber popular sobre cuidados com a saúde e a relação da natureza, que era próprio desses trabalhadores (KNIERIM, 2016, p. 58).

A saúde popular contribui, portanto, com o percurso de conquista da terra fortalecendo a luta por direitos de igualdade e respeito aos modos de produção da vida, essas que “são determinadas pelas condições socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade” (KNIERIM, 2016, p. 59) e ressignificam a arte de viver da/e pela terra.

3.3 O protagonismo da mulher do campo no contexto da saúde rural

“Somos mulheres, somos guerreiras não naufragaremos, seremos um mar de bandeira”
(MST, 2020).

No ano de 2020, em Brasília, o setor de gênero⁴⁵ do MST reuniu aproximadamente 3.500 militantes do Movimento no I Encontro de Mulheres do MST, com o intuito de discutir e pautar a situação da mulher no campo. Tal evento representou um divisor de águas na vida dessas mulheres, pois “almejava-se realizar um diagnóstico e fazer uma projeção sobre como as mulheres participam da luta pela Reforma Agrária no Brasil”⁴⁶ (MST, 2020).

Nesse encontro, explicitou-se a força das mulheres assentadas e acampadas em relação ao compromisso humano e político com que enxergam o Movimento. Para elas, fazer parte desse processo deixa de ser apenas uma luta por sobrevivência, mas passa a representar uma nova “função” social e coletiva. Isto porque, imbricadas somente nas dependências do homem ou esposo, não teriam a oportunidade de enxergar novos mundos e possibilidades. Valenciano e Júnior observam que

⁴⁵ O setor de gênero do MST nasce a partir da necessidade de se discutir pautas que envolvem o papel da mulher na sociedade e, em especial, no interior do Movimento, eminentemente machista. Assim, o MST entende que “levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar a luta de classes, é uma ponte de extrema importância para efetivação da reforma agrária e construção de uma nova sociedade”. (MST, 2000, p. 147)

⁴⁶ Saiba mais sobre agendas e reivindicações do I Encontro Nacional de Mulheres de MST realizado em março de 2020 em <https://mst.org.br/2020/03/05/mais-de-35-mil-sem-terra-ocupam-brasilia-no-1o-encontro-nacional-de-mulheres-do-mst/>

Quando a mulher se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe e assume uma “identidade”, ou seja, a ideia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos etc. Essa nova conformação traz ao estudo dessas mulheres novos elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, teremos uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído (VALENCIANO; JÚNIOR, 2011, p. 2).

Assim, as mulheres do MST passam a atribuir valor a toda tarefa que lhes é imputada, sendo a saúde uma frente de grande importância humana e política, conforme destaca Farias:

O setor saúde vem sendo o espaço de entrada das mulheres no processo de organização dos núcleos de família. Ainda, há muita invisibilidade nos estudos sobre as lutas travadas pelo acesso à terra e o papel das mulheres nessa conquista, mas há ainda uma necessidade de se pesquisar a relação entre as intervenções das mulheres nos espaços de luta e as modificações a partir da produção da política nos espaços públicos no cotidiano dos assentamentos e acampamentos no que se refere à questão de gênero (FARIAS, 2016, p. 304).

Em Minas Gerais, as mulheres integram o segmento da saúde de forma organizada. O setor de saúde estadual, desde 2008, atua prontamente nas frentes em que é solicitado e, de modo semelhante ao setor nacional, é majoritariamente composto por mulheres:

Em Minas Gerais, a construção do setor de saúde do MST representa a história de luta e participação das mulheres no cuidado à saúde das populações do campo ao longo de todo período. Inúmeras mulheres estiveram à frente do cuidado à saúde das pessoas em todos os territórios de acampamentos e assentamentos no estado (ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA, 2018, p. 21).

Essa afirmativa também foi reforçada pelo trabalho de campo realizado. Como primeiros resultados, observamos que, durante qualquer evento, seja de festejo ou de luta, o setor de saúde está sempre presente nas trincheiras, com o objetivo de garantir o bem-estar da militância de luta pela terra. Assim,

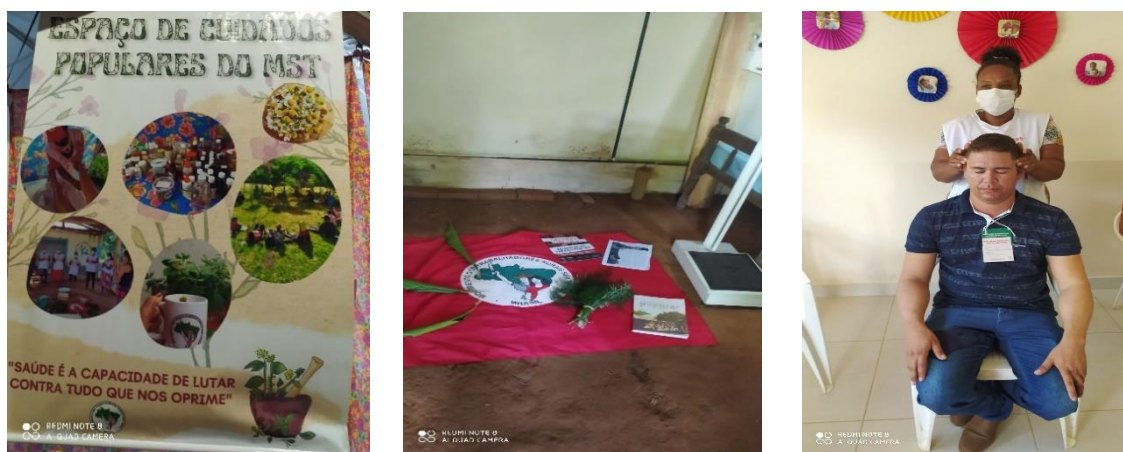
A dedicação e a vontade que as pessoas tinham, e têm de cuidar umas das outras e cooperar para recuperação dos adoecidos é também uma marca do Setor de Saúde de Minas Gerais. A equipe de saúde de cada acampamento e assentamento não mede esforços para oferecer os cuidados às famílias. As concepções e práticas de cuidado desenvolvidas pelas mulheres do Setor Saúde também são levadas às comunidades rurais vizinhas. As cuidadoras saem de suas casas para cuidar das famílias nas pequenas comunidades próximas ao acampamento ou ao assentamento (ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA, 2018, p. 21).

As ilustrações trazidas abaixo demonstram um pouco do cuidado realizado pelo setor de saúde em Minas Gerais:

Figura 1: Festival Estadual da Reforma Agrária

Figura 2: Acampamento Pátria Livre (MG)

Figura 3: Seminário MAB



Fonte: Arquivo Pessoal

Os três momentos expostos nas imagens suscitam a dimensão do cuidado exercido pelas integrantes do Movimento. A primeira figura apresenta um cartaz que convida o público, externo ou não ao Movimento, a acessar o espaço de cuidado montado na Feira Estadual da Reforma Agrária, realizada em Belo Horizonte (MG), em maio de 2022. Conforme dados da organização (MST, 2022), o evento movimentou aproximadamente 30 mil pessoas, em quatro dias de atividades. Com ofertas de práticas de saúde como Reiki, escalda-pés, massagens, auriculoterapia, entre outras, o cuidado gratuito buscava garantir a saúde das pessoas que transitavam pela feira.

De modo semelhante, as duas outras ilustrações seguem a lógica do cuidado. A segunda figura representa um espaço de saúde montado em um acampamento para atender às vítimas da enchente que acometeu alguns municípios de Minas Gerais em 2022. Por sua vez, a terceira imagem retrata um atendimento realizado em um seminário com atingidos por barragens de mineração. O evento, ocorrido no Centro de Formação Francisca Veras, localizado no assentamento Oziel Alves Pereira, movimentou 300 militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do MST. As duas últimas ilustrações representam, portanto, eventos que têm em comum a perda de bens materiais e o comprometimento psicológico e mental, resultado de traumas vividos em desastres inesperados.

Também é importante destacar a resiliência dessas mulheres ao realizarem seus atendimentos. Afinal, nem sempre suas práticas são bem-vistas pela sociedade, por motivos diversos, como a manutenção da hegemonia médico-hospitalocêntrica e da religião, que historicamente se opõem à realização de práticas populares de saúde, atuando em prol da manutenção da “dominação estabelecida entre as classes” (GIFFONI, *et al.*, *s.p.*). Nesse percurso, parte da historiografia se dedicou a relatar casos de injúria e perseguição contra

mulheres que praticavam curas com plantas medicinais e outras inserções, o que se pode atestar pelos relatos cravados nos tribunais da Inquisição,⁴⁷ que se entrelaçam com depoimentos ouvidos nesta pesquisa.

Apesar disso, em muitos momentos, quando não havia médicos para atender às demandas da população, eram essas mesmas mulheres que ocupavam o lugar das práticas medicinais, conforme ressalta Priore:

Desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez dos médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgatavam a saúde. A concepção da doença como fruto de uma ação sobrenatural e a visão mágica do corpo as introduzia numa imensa constelação de saberes sobre a utilização de plantas, minerais e animais, com os quais fabricavam remédios que serviam aos cuidados terapêuticos que administravam. Além desses conhecimentos, havia os saberes vindos da África, baseados no emprego de talismãs, amuletos e fetiches, e as cerimônias de cura indígenas, apoiadas na intimidade com a flora medicinal brasileira (PRIORE, 2018, p. 88).

A perseguição, ironicamente, dialoga com a necessária presença e atividade das “terapeutas da terra”. Lúcia Martins, entrevistada já citada, afirma que as mulheres do MST já sofreram perseguições, embora também sejam procuradas:

Eu lembro da época que a gente morava em Frei Inocêncio, a gente conseguiu fechar uma farmácia, porque o pessoal acreditou tanto nas plantas e voltou tanta para as plantas medicinais para aprender, que diminuiu a compra de remédios né? A gente foi ameaçada de morte, teve gente que jogou carro em cima da gente, desqualificava o trabalho, falava que a gente ia matar alguém com nossas práticas. Então houve uma perseguição (Lúcia Martins Pereira, 2022).

A militante afirma, ainda: “antes tinha até um médico que encaminhava pra nós. Oh, vocês vão lá nas meninas do chá que elas tratam desse rim seu, porque eu não vou te dar remédio não” (Lúcia Martins Pereira, 2022).

Dessa forma, não nos parece que tais práticas tenham se anulado com o passar dos séculos⁴⁸, pelo contrário, transformaram-se. E hoje tomam corpo, ganhando força no cenário da saúde pública, viabilizando, inclusive, políticas públicas que contemplam uma visão de saúde calcada em saberes ancestrais, populares e orientais, como é o caso da Política Nacional

⁴⁷ No período medieval, instaurou-se o Tribunal Católico Romano, conhecido como “Tribunal do Santo Ofício” ou “Tribunal de Inquisição”, com a missão sagrada de combater os hereges e os que praticavam bruxarias. A perseguição ao grupo de mulheres nomeadas como bruxas perdurou por séculos, a partir das perversas sessões de torturas e morte de milhares de mulheres nas fogueiras. “Mas o fato mais notável é que mais de 80% das pessoas julgadas e executadas na Europa, nos séculos XVI e XVII pelo crime de bruxaria, foram mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 328).

⁴⁸ É importante ponderar que não há uma linearidade nesses processos, mas diferentes estudos elucidam a temática, tratando de suas aparições em períodos históricos distintos. O presente artigo, contudo, não contempla essa historicidade, e visa apenas realçar a longa tradição de práticas populares de cura e o papel das mulheres nesse processo.

de Práticas Integrativas e Complementares e o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, em vigor desde 2008. Essa política preconiza o uso de plantas medicinais para promoção da saúde e, sobretudo, valoriza os conhecedores desses saberes, elucidando que:

O Brasil é reconhecido por sua biodiversidade. Essa riqueza biológica torna-se ainda mais importante porque está aliada a uma sociodiversidade que envolve vários povos e comunidades, com visões, saberes e práticas culturais próprias. Na questão do uso terapêutico das plantas, esses saberes e práticas estão intrinsecamente relacionados aos territórios e seus recursos naturais, como parte integrante da reprodução sociocultural e econômica desses povos e comunidades. Neste sentido, é imprescindível promover o resgate, o reconhecimento e a valorização das práticas tradicionais e populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros, como elementos para a promoção da saúde, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009, p. 47).

No contexto do MST, é imprescindível ressaltar a importância das mulheres do campo, que lutam pela reforma agrária, mesmo porque esta é uma luta que está longe de ser encerrada com a conquista da terra. Pelo contrário, conquistada a terra, há ainda muito o que fazer. Dentre os muitos significados cabíveis à luta, encontra-se a busca por uma oferta em saúde de qualidade, que respeite os modos de vida e a relação com a terra. Isso se explicita na percepção de que, em todo quintal ou área de assentada(o) ou acampada(o), costuma haver um jardim de ervas medicinais. Maria Medeiros, que vive no assentamento Primeiro de Junho, no município de Tumiritinga, corrobora esse ponto:

Quem conviveu em Aruega, aprendeu muito, as primeiras experiências das plantas, das primeiras hortas e eles contam assim com maior prazer. Aninha que é uma das pessoas mais velhas que passou lá por Aruega, o quintal dela é cheio de planta, ela tem tudo quanto é tipo de planta e ela usa! Ela é nossa benzedeira também. Além dela usar, a gente levava os alunos lá, levava a experiência dela, tinha essa troca aí de aprendizado, era muito enriquecedor né, os meninos vendo-a usando na prática a quantidade de planta que ela tinha, até hoje ela preserva isso⁴⁹ (Maria Medeiros, 2021).

Para as mulheres que compõem o setor de saúde de do MST no Vale do Rio Doce, as práticas populares de saúde estão cada vez mais presentes e mais fortes em meio à militância. Marlene Rocha, terapeuta popular Movimento em Minas Gerais, explicita isso ao ser questionada sobre quais práticas de saúde são recorridas em seus atendimentos:

Então, hoje nós temos diversos tipos de práticas populares. Eu trabalho muito com radiestesia, que é o pêndulo né? Onde eu vou fazer a ficha da pessoa a distância ou presencial, eu vou perguntar pro pêndulo de acordo com a queixa que a pessoa me faz, eu vou olhar qual a erva que vou fazer o chá, ou se é chá, ou se é argila, ou se é carvão, ou se é banhos, escalda pés, é orações, é benzeções, tudo isso eu consulto com o meu pêndulo, ele vai me dizer é tal planta, o que que a pessoa precisa...ou se é Reiki, de repente a pessoa precisa de 15 sessões de reiki, de repente a pessoa precisar ser harmonizado por 7 dias da semana, a pessoa precisa de argila, então eu

⁴⁹ Entrevista concedida por Maria Medeiros, em dezembro de 2021, no assentamento Primeiro de Junho - MST, localizado no município de Tumiritinga – Vale do Rio Doce – Minas Gerais.

uso esse meio com o pêndulo e também as orações pela madrugada⁵⁰ (Marlene Rocha, 2021).

Os exemplos trazidos aqui reforçam a importância desse tipo de tratamento para as pessoas que vivem no campo, que, por diversas razões, optam por estar ali: cuidando de si com uma companheira que traçou o mesmo caminho de luta pela sobrevivência. Essas mulheres, vale dizer, estudaram, praticaram e foram preparadas para seguir tratando, tendo seus pés na ancestralidade, que se traduz nas seguidas gerações que passam – e recebem – seu saber, de mãe para filha(o), e assim sucessivamente.

3.4. A mulher rural do Vale do Rio Doce, o cuidado e o corpo político como categoria de análise

O campo da saúde, em especial o da saúde coletiva, ao longo dos anos, tem promovido a discussão sobre cuidado como uma temática cara ao desenvolvimento humano, e, não por acaso, transita por diversas áreas de conhecimento, como as ciências sociais e humanas, os estudos feministas e a medicina, de forma mais ampla, a fim de ressignificar as relações em contextos em que os espaços de poder hospitalocêntricos anulam a *presença humana* nos tratamentos de saúde. Assim, para Anéas e Ayres (2011, p. 654), a dimensão ontológica do cuidado, se desdobra na tese de que, mesmo com todos os desafios, o “homem sempre cuida. Mesmo nas relações de desprezo e descuido, o homem sempre cuida”. Por sua vez, Souza e Mendonça (2017), dizem do cuidado como sendo

Um componente do complexo universo das atividades humanas, ou seja, é uma particularidade da práxis social (o conjunto das atividades humanas sensíveis, no qual objetividade e subjetividade são indissociáveis, embora a primeira seja a determinação predominante) (SOUZA; MENDONÇA, 2017 p.543).

Apesar desse entendimento, o conceito de cuidado não é simples de classificar, tendo em vista sua amplitude e seus diversos tensionamentos. Conforme ressalta Bustamante, “o cuidado é uma categoria problemática na medida em que existem definições muito restritas ou muito amplas se tornando uma categoria empírica que para ser estudada requer ser relacionada com categorias teóricas” (THOMAS *apud* BUSTAMANTE; MCCALLUM, 2014, p. 674). Para o campo da Saúde Coletiva, o cuidado é um;

⁵⁰ Entrevista concedida por Marlene Rocha, em dezembro de 2021, no assentamento Oziel Alves Pereira, localizado no município de Governador Valadares – Vale do Rio Doce – Minas Gerais.

Modo de fazer na vida cotidiana que se caracteriza pela atenção, responsabilidade, zelo e desvelo com pessoas e coisas em lugares e tempos distintos de sua realização. E que, a importância da vida cotidiana na produção do cuidado está na oferta de múltiplas questões específicas que circulam no espaço da vida social e nos conteúdos históricos que carregam” (PINHEIRO, 2009, p. 110-111).

Nosso trabalho se aproxima dessa perspectiva ao considerar que a saúde está intimamente ligada aos conteúdos históricos que os seres humanos produzem e carregam em sua trajetória de vida. Assim, torna-se significativo lançar luz sobre a história dessas mulheres do campo, que fazem do cuidado com a população assentada e acampada uma substância social e política frente aos desafios impostos pela luta:

O trabalho realizado pelas mulheres camponesas, se dá de forma processual e articula a formação, a organização, as lutas e a construção das experiências de promoção à saúde, que se constituem em formas de resistência popular no campo. Esse processo produz a conscientização das mulheres, a sua construção como sujeito ativo, em que as mulheres transformam a vida e as relações, permeadas por uma mística libertadora e feminista, imbricadas no eixo gênero, classe e projeto popular (DARON, 2009, p. 390).

O trabalho da mulher no campo dificilmente é reconhecido como uma função que impulsiona a economia do meio rural. Entretanto, quando assumido o papel de protagonista, dentro e fora do Movimento, o silêncio que as invisibiliza se modifica, transformando-se em bandeira de luta. De acordo com Valenciano e Júnior,

Algo que nos parece muito claro, é que quando a mulher se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe e assume uma “identidade”, ou seja, a ideia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos etc. Essa nova conformação traz ao estudo dessas mulheres novos elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, teremos uma série de transformações que buscam, em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído. Esses sujeitos sofrem diariamente a influência do discurso, de práticas e valores que vão construindo suas identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, sua forma de ser, de pensar, de agir na sociedade, enfim, sua sociabilidade (VALENCIANO; JÚNIOR, 2002, p. 2).

Na saúde, essa transformação se faz presente, fortalecendo a discussão sobre o cuidado como ação que ultrapassa o sentido do cuidar zeloso e solidário, já imbuído na simbologia da luta, e assume um protagonismo do cuidar político. A mulher que cuida também é a mulher que coloca seu corpo nas ruas em busca de equidade e justiça social. É também a extensão da casa ao cuidar coletivo, seja pelo acesso à saúde convencional, seja através de suas formas não convencionais.

A entrevistada Terezinha Sabino de Souza, 67 anos, moradora do assentamento Oziel Alves Pereira em Governador Valadares (MG), relata que:

Aqui na região do Vale do Rio Doce, eu considero que nós temos um setor de saúde bem estruturado com várias práticas populares como da ventosa, do reiki, da aplicação de energia, da imposição das mãos, do fazer do medicamento né, do floral,

do carvão, dos xaropes, das tinturas. É então a gente, a partir da nossa participação coletiva do movimento, nas lutas nós fomos aprendendo muito e a gente, essas práticas a gente desenvolve em todas as instâncias do movimento como nos espaços, espaços de marcha, espaço de reuniões, espaço de encontro, encontro nacional, estadual, regional, porque nosso setor ele se articula em todas as lutas, na luta pela terra, no campo, na cidade, então a gente vai desenvolvendo aí enquanto terapeuta, dirigente, membro do movimento sem terra, militante do MST e a maioria de nós do setor aqui da região e também de outros lugares são mulheres, e eu fico assim muito imaginando que as mulheres já tem esse... ela já tem essa mística do cuidado, né... Eu entendo que a gente tem essa mística do cuidado imposta pelo sistema capitalista que é a mulher que tem que cuidar, que é a mulher que tem que limpar a casa... que tem que fazer tudo né, mas também eu olho pra esse lado pra outro olhar, com olhar de que nós somos sensíveis a causa dos trabalhadores e trabalhadoras e a causa da saúde das pessoas é a causa humana, então eu me sinto muito à vontade nesses cuidados, me sinto muito bem, não tenho problemas de saúde, até porque quando a gente cuida das pessoas, a gente também cuida da gente, então você não desenvolve grandes problemas de saúde quando você tá prestando esse ato de solidariedade⁵¹ (Terezinha Sabino de Souza, 2021).

Assim, a partir das práticas populares de saúde, recurso cada vez mais disponível e acessível à realidade da população de assentados e acampados, o cuidado reforça a preocupação com a militância e dá vida a esse conjunto de articulações políticas e mobilizações internas, que, conforme pontuam Teixeira e Oliveira (2014, p. 1347), “são responsáveis para que todos e todas tenham vidas dignas e saudáveis”.

Daron qualifica essas mulheres camponesas como possuidoras de

Um jeito próprio de cuidar da vida e da saúde que se expressa nas práticas populares de cuidado que desenvolvem, articuladas com a luta para a garantia de um sistema público e universal de saúde e com um novo modo de viver no campo. Este modo singular de cuidado e de promoção da vida, saúde e cidadania, pode ser identificado como um processo educativo-terapêutico (DARON, 2009 p. 391).

Tal como destaca a autora, a promoção da vida e da cidadania são percebidas nas falas das mulheres entrevistadas. Para elas, o cuidado, além de representar uma forma de se colocar à frente da luta, é uma oportunidade de transformar um espaço, antes invisível, em uma base de apoio ao Movimento, visto que, em momentos de conflito ou não, as práticas populares de saúde estão prontas para serem aplicadas.

Terezinha Sabino reforça que o setor de saúde é bem forte, e está ligado a uma demanda muito importante, que são as próprias mulheres. A militante destaca, ainda, que, além das mulheres que atuam no setor de saúde, no interior do Movimento existem outros grupos de mulheres, que realizam o preparo de fitoterápicos para o cuidado com a militância. Tais ações revelam a importância dessas mulheres no contexto político do MST. Maria

⁵¹ Entrevista concedida por Terezinha Sabino, em dezembro de 2021, no assentamento Oziel Alves Pereira, localizado no município de Governador Valadares – Vale do Rio Doce – Minas Gerais.

Medeiros, residente no assentamento 1º de junho, em Tumiritinga (MG), acompanhou desde o início a primeira ocupação de terra do Vale do Rio Doce, e enfatiza que, sem a atuação do setor de saúde e das mulheres junto ao processo de ocupação, certamente as dificuldades se tornariam mais acentuadas: “sempre tem uma escola, e uma farmacinha quando levanta um acampamento” (Maria Medeiros, 2021).

Dilma Edna, acampada no município de Matias Lobato, também em Minas Gerais, enfatiza que a saúde, no âmbito do Movimento, é feminina. Em suas palavras:

É muito difícil você ver um homem encarar a saúde. Assim, eles ainda são muito machistas nesse ponto. Eu me lembro que quando fizemos o curso aqui, nós formamos 67 terapeutas. Se não me engano se tivesse quatro ou cinco homens no meio era muito. Nossa plenária era mulher (2022). Então eu acho assim, que a saúde ficou realmente na mão das mulheres. Ainda há esse machismo né, que fazer chá é coisa de mulher⁵² (Dilma Edna, março de 2022).

É possível perceber, nos depoimentos colhidos, que a categoria do cuidado está intimamente ligada à figura da mulher, seja nos assentamentos e acampamentos, seja na luta pela terra como um todo. Entretanto, mais do que perceber a dimensão do machismo estrutural, cultural e arraigado na sociedade, é necessário ter sensibilidade para notar a forma subjetiva pela qual as mulheres recebem e respondem a essas demandas. Parece-nos, assim, que, a partir do momento em que a mulher se firma na terra, engajando-se nesse campo permanente de luta, novas possibilidades de vida ressignificam seus sonhos e sua visão de mundo.

É importante ter em mente, por fim, que a intenção em utilizarmos as entrevistas realizadas em campo, não busca generalizar respostas. Tampouco pretende falar por todas as mulheres acampadas e assentadas do Brasil, pois sabemos que a realidade e as subjetividades pertencem a cada indivíduo. O que importa é destacar que as mulheres camponesas criam para si, e para os coletivos nos quais estão inseridas, o hábito de se conscientizar politicamente. Em espaços formativos e grupos de estudos, os coletivos promovem e possibilitam o debate sobre a questão de gênero e, em especial, sobre o papel da mulher. Assim, essas mulheres ganham força em todas as instâncias do Movimento, e o ato de cuidar, como trabalhado neste artigo, assume um papel para além do zelo, da solidariedade, dos enfrentamentos, dos desafios e da resiliência.

⁵² Entrevista concedida por Dilma, em março de 2021, no assentamento Oziel Alves Pereira - MST, localizado no município de Governador Valadares – Vale do Rio Doce – Minas Gerais.

4 Considerações Finais

Este trabalho buscou, à luz da pesquisa qualitativa e das temáticas da saúde, da saúde popular e das mulheres assentadas e acampadas, problematizar o contexto de gênero diante das dificuldades impostas ao meio rural, que ainda remete a conceitos negativos de atraso e esquecimento. Nesse sentido, buscamos desmitificar tal fundamento, visto que, historicamente, as ocupações agrárias demonstram que a população do campo conquistou avanços na luta pela terra, embora ainda haja muito o que fazer para atingir equidade e justiça social.

Também se refletiu sobre as questões de gênero ligadas à saúde popular e ao cuidado, de modo a constatar que as mulheres são as protagonistas dos cuidados em saúde da população na luta pela terra. Além disso, de acordo com a literatura consultada, respaldada pelas entrevistas realizadas, esse cuidado se constitui sob pilares consistentes, como parte da luta e, principalmente, como ação política. Nesse sentido, o cuidado deixa de ser somente solidário e passa da casa à rua, às mobilizações, à busca e à defesa de direitos.

As práticas populares de saúde exercidas por essas mulheres também se deslocam de um lugar de existência baseado na falta e dificuldade de acesso aos serviços convencionais, tornando-se práticas de resistência ao modelo hegemônico do fazer saúde. Para além do SUS, sistema amplamente defendido pelo Movimento, as práticas populares de saúde ocupam o lugar não oficial e protagonizam o cuidado nas situações mais adversas vividas pelos militantes. Sobretudo, notamos que a presença das mulheres no mundo da luta pela terra se fortalece a cada dia. Através dos setores de saúde, gênero, educação e formação, elas se organizam em busca de seus direitos. Não há mais a mulher reclusa e obediente nos movimentos de luta pela terra, em especial no MST, central a este estudo. A paridade entre as funções de direção, coordenação e subcoordenação está presente no estatuto do Movimento, o que fortalece a luta das mulheres por equidade de gêneros – o que não se configura como disputa entre *homem x mulher*, mas sim como passo para a igualdade de gêneros numa sociedade ainda machista.

Por fim, este trabalho teve por objetivo visibilizar a mulher do campo e seus saberes em saúde, que, por tempo considerável, foram esquecidos e apagados pela ordem do sistema vigente. Por isso, encerramos com a “voz” de Lúcia Martins Pereira, ao relatar que:

Esses saberes precisam ser compartilhados, precisa ser escrito, por isso eu respondo com muita alegria sua pesquisa, que eu sei que não vai ficar só comigo e nem só com você, mas que outras pessoas também vão começar a fazer parte desse universo, de observar a natureza, observar as plantas, de observar os pássaros, de deixar uma

fruta no quintal porque se o pássaro vier comer ele vai trazer uma sementinha que vai servir pra mim (Lúcia Martins Pereira, 2022).

Com esse sentimento encontrado e vivido em campo, de responsabilidade com a pesquisa qualitativa e com a oralidade, com a escuta e com o respeito à subjetividade, jogamos luz as discussões aqui pretendidas, munidas do desejo de que as invisibilidades e silenciamentos sociais impostos a alguns grupos possam dar lugar a vozes que contribuem para a permanente construção e transformação histórica do Brasil, tendo em mente que todo saber tem seu valor.

Referências

ANÉAS, T. V.; AYRES, J. R. C. M. Significados e sentidos das práticas de saúde: a ontologia fundamental e a reconstrução do cuidado em saúde. **Revista Interface** – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v.15, n. 38, p. 651-62, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NWsyzPTnFJT4P8QJCsG7NLp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BARROS, J. A. C. Estratégias Mercadológicas da Indústria Farmacêutica e o Consumo de Medicamentos. **Revista de Saúde Pública de São Paulo**, São Paulo, v. 17, n.5, p.377-386, out. 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/rJQkWqVYbkyd3hFcbWq5LGt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2022.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 141 – 163, nov. 1981.

BOSI, É. **Memória e Sociedade**: Lembrança dos velhos. São Paulo: T.A Queiroz, 1979.

BUSTAMANTE, V.; MCCALLUM, C. Cuidado e construção social da pessoa: contribuições para uma teoria geral. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n 3, p. 673-692, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/qPj6NNzqZ3vtYBmvfFJdvLr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

COSME, M. C. A Questão Agrária no Brasil: Uma face da Barbárie Capitalista. Caderno Prudentino de Geografia – Presidente Prudente – Dossiê temático “**Conjuntura no Brasil**: retrocessos sociais e ações de resistência”, Presidente Prudente, v.4, n. 42, p. 306-332, dez. 2020. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7833/0>. Acesso em 10 de março de 2023.

DARON, V. L. P. A dimensão educativa da luta por saúde no movimento de mulheres camponesas e os desafios político-pedagógico para educação popular em saúde. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n.79, p. 387-399, set./dez. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/ByJXrm9d9F4bsCYxdNqFgjy/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA. **Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde: 30 anos do SUS, 20 anos do setor de saúde do MST**. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte: ESP - MG, 2018. Disponível em:

<http://repositorio.esp.mg.gov.br:8080/xmlui/handle/12356789/305>. Acesso em: 18 maio. 2019.

FARIAS, L. B. P. A voz das bruxas! A fala das mulheres do MST do setor de saúde da zona da mata mineira. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 1, n. 19, p. 303-322, jan./jun 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2016.v19i1.208>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FEDERECI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo: 2019.

FLEISCHER, S. Saúde Popular: esforços etnográficos para definir o conceito. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 8 -17, s.p. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/13589>. Acesso em: 15 maio. 2022.

FONTOURA, R. S.; MAYER, C. N. Uma breve reflexão sobre integralidade. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 4, n. 59, p.532-536, jul./ago. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/x4pBbGbCnnXVJr7ZfqzDXBJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GERHARDT, T. E; LOPES, M. J. M. **O rural e a saúde: Compartilhando teoria e método**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

GERMANI, A. R. M. **Terra, Trabalho e Saúde**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2020. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2020/02/MD_Terra-Trabalho-e-S%C3%A1lude-diagr.-final_com-ISBN-1.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

KNIERIM, G. S. **O estilo de pensamento em saúde dos técnicos em saúde formados pelo MST: A determinação social como princípio fundante**. 136 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, FIOCRUZ - Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, E.M. Questão agrária e capitalismo: O caso brasileiro. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v.46, n.1/2, s.p., 2019. Disponível em

<https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/issue/view/4066>. Acesso em 15 jan 2023

MAFORT, K. C. O. Mulher, Terra e Luta – a mistura da radicalidade que educa. **Revista Trabalho Necessário**, Nitéroí, v. 17, n. 33, p. 65-84, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29367>. Acesso em: 16 out. 2022.

MAGALHÃES, D. L; MATOS, R.S; SOUZA, A.O; NEVES, R.F; COSTA, M.M.B; RODRIGUES, A.A; SOUZA, C.L. Acesso à saúde e qualidade de vida na zona rural. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 1-12, mar. 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org> > rsd > article. Acesso em: 20 jul. 2022.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORISSAWA, M. A **História da luta pela terra e o MST**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Reforma Sanitária Brasileira em Perspectiva e o SUS. **Saúde Coletiva – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

MST. **História do MST**. Construção coletiva do curso de História ITERRA/UFFS – turma Eduardo Galeano. Veranópolis, 2015.

PEREIRA, P. P.; ALMEIDA, T. M. C. Saúde e poder: um estudo sobre os discursos hegemônicos e subalternos em contextos multiculturais. **Revista Brasileira Crescimento desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 91-98, ago. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822005000200010. Acesso em: 30 jul. 2022.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 4, p. 9-28, jan. 1995. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1995\(4\)/Perrot.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1995(4)/Perrot.pdf) . Acesso em: 13 dez. 2020.

PINHEIRO, R. Cuidado em Saúde. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org.). **Dicionário da educação profissional em Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. p. 110-124

PONTES, A. G. V; RIGOTTO, R. M.; SILVA, J. V. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de Perímetros Irrigados. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23 n. 5, p. 1375-1386, maio. 2018.

PRIORE, M. del. Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, M.D; PINSKY, C.B. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p 78-114.

ROCHA, L. S.; AQUILANTE, A. G. Práticas populares de saúde: Prevalência de utilização em um distrito do interior do estado de São Paulo. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, edição especial, p. 29-47, jul. 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53250>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ROVAL, M. G. O. **História Oral e história das mulheres**: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e voz, 2017.

SALVATICI, S. Memória de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1. p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114/109>. Acesso em: 30 out 2022.

SANTOS, A. A. M. T.; ARRUDA, C. A. M.; GERHARDT, T. E. O mundo rural e a política nacional de saúde integral das populações do campo, da floresta e das águas. In **Saúde coletiva, desenvolvimento e (in)sustentabilidades no rural**, Porto Alegre, p. 161-80, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184462>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas Participative research: Alterity and interpretative communities. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-41, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/gCsZ9jM78SQ43SB6twJvytt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023

SILVA, M.J.S.; SCHRAIBER, L.B.; MOTA, A. O conceito de saúde na saúde coletiva: contribuições a partir da crítica social e histórica da produção científica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, e290102, 2019. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/physis/2019.v29n1/e290102/pt>. Acesso em: 05 jan. 2023.

SILVA, J. S. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 50, p. 40-63, set./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6006/5061>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SILVA, C.G.; PRADA, C.A. Saúde no campo: caminhos percorridos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, p.50-65, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/VhwPJZrdhrn3d95Y6vzLrYh/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SOUZA, M. D. de. Mais de 3,5 mil Sem Terra ocupam Brasília no 1º Encontro Nacional de Mulheres do MST. **Brasil de Fato**. Online. mar. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/05/mais-de-35-mil-sem-terra-ocupam-brasilia-no-1o-encontro-nacional-de-mulheres-do-mst/>. Acesso em: 15 jan.2023

SOUZA, D.O.; MENDONÇA, H.P.F. Trabalho, ser social e cuidado em saúde: abordagem a partir de Marx e Lukács. **Interface – Comunicação, saúde, educação, Cidade da revista**, v. 21. Supl.62, p.543-552, jul./set. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/pxzHqFpbkQ3ZYYhD4YBsDR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2023.

TEDESCHI, L. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

TEIXEIRA, I. M. C.; OLIVEIRA, M. W. Práticas de cuidado à saúde de mulheres camponesas. **Interface – Comunicação, saúde, educação**, Botucatu, v. 18, Supl. 2, p. 1341-1354, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/bmvhYQG9LRWfhGZY3qL85wN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2022.

VALENCIANO, R. C.; THOMAZ JR., A. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou classe? **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 3, n. especial, p. 1-14, 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/792>. Acesso em: 19 jul. 2022.

VENÂNCIO, A. T. As mulheres pela história: corpo, alma, trabalho e deslocamentos. **Hist, Sia, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 283-287, jun. 2008 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/vF5njzcnpsFMJB4rYmr89b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2022.

6.2 Educação do Campo e Saúde: análise de materiais didáticos produzidos pelo setor Saúde do Movimento Sem Terra

Rural Education and health: analysis of educational materials produced by the Health Care sector of Landless Worker Movement

Resumo

No ano de 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), inaugurou oficialmente uma nova etapa sobre a luta pela terra no Brasil, colocando a Reforma Agrária como parte da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo de sua existência, várias páginas contornaram sua história, tendo a educação e a saúde como pautas desde sua formação. O Setor de Saúde se conforma como segmento dentro do Movimento no ano de 1998, com o intento de organizar as lutas pela saúde a partir de ações educativas, informativas e formativas. Assim, este artigo tem por objetivo analisar os materiais de saúde produzidos pelo Setor Nacional de Saúde do MST e do Setor Regional de Minas Gerais, destacando a relevância da Educação do Campo no processo de amadurecimento das produções didáticas inseridas no contexto da vida camponesa. Foram analisados seis materiais didáticos, entre cadernos e cartilhas de saúde, a partir das categorias: estrutura e formatação, conteúdo, linguagem, ilustrações e gênero. Almejou-se analisar como o MST aborda as questões de saúde em suas produções didáticas. Verificou-se que tais materiais constituem uma forma eficiente de diálogo que respeita a especificidades, tais como cultura, subjetividade e contexto social dos(as) assentados(as) e acampados(as). Observou-se, também, por meio de pesquisa exploratória, uma ausência de trabalhos que analisam tais produções, tornando-se este relevante para os movimentos sociais. Conclui-se que os materiais produzidos são instrumentos importantes para a produção de conhecimento, informação e formação dentro e fora dos espaços educacionais da população do campo, demonstrando o potencial do movimento ao construir e lutar por uma saúde ampla, inclusiva e não opressora.

Palavras-chave: Luta pela terra; Setor saúde; Materiais educativos; Educação popular.

Abstract

In 1984, the Landless Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, or MST) officially initiated a new stage of land dispute in Brazil, placing agrarian reform as part of a more just and equal society construction. Since its formation and throughout its existence, education and health care were the MST's fighting guidelines, whilst several others also crossed its history. The Health Care Sector configured itself as a segment within the movement in 1998. It targeted the organization of the fight for health care rights via educational, informative, and training practices. Thus, this article aims to analyze the health educational materials produced by MST's National Health Care Sector, as well as Minas Gerais regional branch, highlighting the relevance of Rural Education in the maturing process of the didactic productions inserted in the peasant's life context. In order to verify how MST addresses health issues in its literary production, six educational materials were examined. Among leaflets and booklets, these were analyzed based on the following categories: structure and formatting, content, language, illustrations, and genre. It was found that those materials establish an efficient dialogue format, which respects particularities of the peasant's life

contexts., such as culture, subjectivity, and social context. A lack of research on such educational materials was also noticed, underlining the relevance of this work for social movements. We conclude that the materials are important instruments for the knowledge production, information, and training within and outside the educational spaces of the rural population. Thereby, it demonstrates the MST's potential to build and fight for a broad, inclusive, and non-oppressive health care.

Keywords: Fight for land; Health care sector; Educational materials; Popular education.

1. Introdução

A questão dos conflitos pela terra permeia toda a história do Brasil, tendo como marco inaugural os anos 1500, momento em que os portugueses invadiram as terras brasileiras, vislumbrando as riquezas naturais e humanas e desconsiderando a presença de indígenas que já se encontravam estabelecidos no território. De lá para cá, são inúmeras lutas, estratégias de resistência e ocupação, das quais destacamos a Lei de Terras (1850), o Contestado (1896-1897), a revolta de Canudos (1934-1938) e o recente Movimento de Luta Pela Terra e seu violento massacre de Eldorado, em 1996, cuja tragédia completou 25 anos em abril de 2021. Tais conflitos surgem da necessidade da partilha da terra que, historicamente, se concentra nas mãos de uma pequena classe oligárquica dominante.

Desse histórico de lutas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge em 1984, em um contexto de efervescência política e social, que apontava para a redemocratização do país. Assim, no presente trabalho, utilizamos as lutas no plural, porque compreendemos que lutar pela terra inclui uma amplitude de direitos muitas vezes negados à população residente no campo. Nesse sentido, a luta por saúde é uma das pautas priorizadas pelo Movimento, pois, ao longo dos anos, o MST constrói e lapida um conceito de saúde que se desdobra junto aos preceitos do Movimento, pelos quais “lutar por saúde é lutar contra tudo que os oprime” (ESP, 2018, p. 9).

O Setor de Saúde está presente no MST desde as primeiras ocupações, tendo como protagonistas do cuidado os(as) próprios(as) acampados(as). No ano de 1998, com objetivo de priorizar a luta pela saúde no interior do Movimento, a partir de uma frente nacional, o Setor de Saúde consolidou ações e diálogos, afirmando como valores da saúde os seguintes pontos:

a luta pela valorização da vida; a saúde como conquista de luta popular; saúde como direito; saúde como luta de consolidação de políticas públicas; respeito às diferenças; fortalecimento das práticas e saberes populares em saúde; educação permanente em saúde e socialização dos conhecimentos e informações adquiridas nos processos de formação. (MST, 2007, p. 4).

Desde então, várias ações começaram a dar vida ao Setor, dentre as quais destacamos a produção de materiais didáticos, oficinas de cuidado baseado em produtos naturais, conscientização dos(as) assentados(as) e acampados(as) acerca do direito ao Sistema Único de Saúde (SUS), além de discussões sobre alimentação saudável.

Na esteira da conscientização sobre os valores de saúde do MST, observa-se uma forte influência do referencial teórico da Educação Popular e da Educação Popular em Saúde, acompanhando a proposta de um novo olhar para a vida do cidadão camponês, porque

a educação passa a ser considerada um instrumento para que as classes subalternas lutem para ocupar um lugar na sociedade, onde até então lhes havia sido negado. Freire (1987) afirma que a liberdade é uma conquista que exige busca incessante e permanente, desse modo, a independência precisa ser forjada com o homem e não para ele, de forma que faça da opressão e de suas causas como objetos de reflexão dos oprimidos. O autor acredita que a responsabilidade de embater essa luta é condição fundamental para o engajamento necessário na luta pela libertação, vislumbrando, assim, uma possibilidade de transformação social (STÊNICO; PAES, 2017, p. 51).

A Educação Popular desponta como uma corrente vigorosa nos idos de 1940, centrada na educação de base que se constitui como “processo [educativo] destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, as técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura” (CORSO; ALMEIDA, 2015, p. 1286).

Destarte, tal definição acompanhava a forma hegemônica de ensino, cujo objetivo era a transferência de conteúdo para formação de mão de obra a fim de suprir as necessidades do mercado (BRASIL, 2014), desconsiderando a pluralidade da população brasileira e as subjetividades do homem. Na década de 1950, a perspectiva de uma educação mais inclusiva e crítica ressoa no meio educacional, trazendo para o debate a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo esse o marco de uma Educação Popular que valoriza as especificidades da formação humana heterogênea observada no país. De 1950 até os dias de hoje, entre uma ditadura militar agressiva e cerceadora de direitos e uma democracia incipiente, a Educação Popular, ainda que de forma restrita, aponta para seus sinais de resistência. Entretanto, é no século XX que ela se fortalece enquanto ideal de uma educação em movimento, visto que

o período de resistência à ditadura e da redemocratização das décadas de 1970 e 1980 foi marcado pelo fortalecimento dos movimentos de educação e da Educação Popular como instrumento de organização dos movimentos populares. A perspectiva da educação pública e gratuita via Estado é fortalecida, ao mesmo tempo em que se extrapola o campo das políticas de educação. Principalmente na década de 1980, os processos de organização social e popular representaram expressivas experiências de formação de consciência coletiva potencializadora da luta por direitos e reformas sociopolíticas, como no movimento sindical urbano, movimento estudantil, movimentos populares, Movimento Popular de Saúde, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Terra etc. (BRASIL, 2014, p. 33).

Ao longo do século XX, a Educação Popular, que “a um só tempo é uma concepção prático-teórico e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos” (BRASIL, 2014, p. 7), passa a ser amplamente trabalhada nas bases comunitárias e nos movimentos sociais, estabelecendo-se como modelo educacional pautado pela emancipação do homem, na ação transformadora de realidades e no esperar, conceito amplamente difundido na teoria de Paulo Freire.

Aliada à Educação Popular, a Educação Popular em Saúde sincroniza a necessidade de se fazer uma saúde diferente, “historicamente marcada pela centralidade na transmissão de informações e mudança de comportamentos” (PARO; VENTURA; SILVA, 2020, p. 2).

Nesse sentido, a Educação Popular em Saúde busca ressignificar a saúde de modo que essa se torne uma cultura em relação com as classes populares, representando uma ruptura com a tradição autoritária e normatizadora da Educação em Saúde (VASCONCELOS, 2004).

Na mesma direção, é necessário destacar que as Políticas Públicas voltadas para a Educação no Campo, como o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO), instituído pelo Decreto nº 7.352 e chancelado pela Portaria 86/2013, tornam-se instrumentos para construção de uma Educação no Campo que se constitui de um “conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo” (BRASIL, 2013, p. 3).

Desse modo, pensando a trajetória do MST na construção de uma educação crítica e de uma saúde não mercantilizada, este artigo tem por objetivo analisar os Cadernos Nacionais de Saúde produzidos, nos anos de 1999 e 2000, pela equipe do Setor de Saúde da organização nacional, bem como dois materiais de saúde produzidos pelo Setor Regional do Movimento, em Minas Gerais, e que dialogam com as produções nacionais. A inclusão dos Cadernos Regionais, produzidos nos anos de 2014 e 2018, visa acompanhar o amadurecimento teórico e informativo que o Setor de Saúde acumulou, refletidos nas produções locais dos acampamentos e assentamentos do Brasil. Aliado a isso, optamos por analisar o material de Minas Gerais, uma vez que a atual pesquisa desenvolvida pelas proponentes do artigo se dá em torno da memória, da saúde popular e das mulheres do MST atuantes no Vale do Rio Doce (MG). Como dito anteriormente, tais materiais foram construídos com foco na formação dos companheiros e companheiras da luta pela terra, sob intuito de informar sobre os mecanismos de saúde constantes na Constituição, além de propor tecnologias sociais para desenvolvimento de uma saúde que dialogue e vá de encontro à realidade do campo.

2. Metodologia

A busca pelo material foi realizada tanto no site do MST (www.mst.org.br), quanto em formato impresso. Foram registradas cinco produções nacionais, sendo que o caderno nº 3 não foi encontrado nos formatos pesquisados; além de um caderno e uma cartilha produzidos regionalmente, totalizando seis materiais a serem analisados, assim distribuídos:

- Caderno n.º 1 – *Lutar por saúde é lutar pela vida* (1999a);
- Caderno n.º 2 – *Programa Terra e saúde* (1999b);
- Caderno n.º 4 – *Cultivo de Plantas Medicinais* (2000a);
- Caderno n.º 5 – *Construindo o Conceito de Saúde no MST* (2000b);
- *Cuidados em Saúde Mental – Diálogos entre o MST e o SUS* (2014);
- *Mulheres, Agroecologia e as Lutas por Saúde: 30 anos do SUS, 20 anos do Setor de Saúde do MST – MG* (2018).

A análise dos materiais selecionados se justifica pelo interesse em verificar como o MST aborda a questão da saúde com os(as) assentados(as) e acampados(as), delimitando categorias de análise conforme os tópicos a seguir.

2.1 Critérios e procedimentos de análise

Os critérios para efetuar as análises partiram, primeiramente, da ação de separar os materiais por temas em comum. As análises foram realizadas em três agrupamentos:

1. Análise conjunta dos cadernos: n.º 1 – *Lutar por saúde é lutar pela vida* e n.º 5 – *Construindo o conceito de saúde no MST*, em que foram abordados os temas do SUS e o conceito de saúde.
2. Análise conjunta dos cadernos: n.º 2 – *Programa Terra e Saúde* e n.º 4 – *Cultivo de plantas medicinais*, onde foram consideradas as discussões sobre o conceito e a produção de medicamentos fitoterápicos.
3. Análise dos cadernos regionais MG: *Cuidados em Saúde Mental – Diálogos entre o MST e o SUS* e *Mulheres, Agroecologia e Lutas por Saúde: 30 anos de SUS, 20 anos do Setor de Saúde do MST – MG*.

Para as análises, foram utilizados parâmetros de acordo com a metodologia adaptada a partir de Assis, Pimenta e Schall (2013) – que, por sua vez, baseiam-se nas propostas de Mohr (2000), Luz *et al.* (2003), Vasconcelos e Souto (2003) Santos *et al.* (2007), Almeida, Silva e Brito (2008), Ferreira e Soares (2008) e Batista, Cunha e Cândido (2010). Considerando, para tanto, estrutura, conteúdo, linguagem e ilustrações. A fim de compreender as percepções de gênero nos materiais analisados, essa categoria foi incluída, adaptando o modelo citado, pois discutir gênero no interior de um movimento rural, em que as mulheres são frequentemente silenciadas, torna-se um ponto a mais para verificar sua existência no meio. O Quadro 1 resume as categorias analisadas:

Quadro 1 - Categorias e tópicos de análise

Categorias	Tópicos
1. Estrutura e formatação	(a) tamanho do texto (número de páginas); (b) indicação de outros autores ou colaboradores; (c) localização do texto no exemplar (texto, exercícios, texto complementar, anexos e outros aspectos); (d) tamanho da fonte (se é favorável à leitura)
2. Conteúdo	(a) necessidade de pré-requisito para compreensão; (b) correção científica; (c) adequação ao público-alvo; (d) contextualização em relação ao público alvo; (f) falta/excesso de definições; (g) referências bibliográficas e adequações dos conceitos; (h) tópicos abordados; (h) contextualização do tema ao público-alvo.
3. Linguagem	(a) Clareza e objetividade; (b) linguagem compreensível e adequada; (c) presença de ideias preconceituosas, estereotipadas e ideológicas.
4. Ilustrações	(a) pertinência ou redundância em relação ao texto; (b) presença de autoria; (c) apresentação atraente e organizada; (d) qualidade e quantidade pertinente; (e) Legenda
5. Gênero	(a) Inclusão da discussão de gênero; (b) tratamento da questão nas ilustrações; (c) autoria;

Fonte: Adaptado de Assis, Pimenta e Schall (2013).

Já os Quadros 2, 3 e 4, listam detalhes editoriais das publicações analisadas:

Quadro 2 - Cadernos de Saúde n.º 1 e n.º 5

Caderno	Autoria	Título do Material	Público	Editora Cidade	Ano
1	Coletivo Nacional de Saúde MST	Lutar por saúde é lutar pela vida	Assentadas(os) Acampados(as) MST	Gráfica e Editora Peres São Paulo	1999
5	Setor Nacional de Saúde MST	Construindo o conceito de saúde no MST	Assentadas(os)Aca mpados(as) MST	Gráfica GH São Paulo	2000

Fonte: Adaptado de Brasil (*apud* ASSIS; PIMENTA; SCHALL, 2013).

Quadro 3 - Cadernos de Saúde n.º 2 e n.º 4

Caderno	Autoria	Título do Material	Público	Editora Cidade	Ano
2	Setor Nacional de Saúde MST	Programa Terra e Saúde – Das Plantas construindo uma nova saúde	Assentados(as) Acampados(as) MST	Gráfica e Editora Peres São Paulo	1999
4	Setor Nacional de Saúde MST e CONCRAB	Cultivo de Plantas Mediciniais – Programa Terra e Saúde	Assentados(as) Acampados(as) MST	-	2000

Fonte: Adaptado de Brasil (*apud* ASSIS; PIMENTA; SCHALL, 2013).

Quadro 4 - Material Educativo Regional

Gênero	Autoria	Título do Material	Público	Editora Cidade	Ano
Caderno	Coletivo de Saúde MST – Vale do Rio Doce (MG) / Escola de Saúde Pública MG	Cuidados em Saúde Mental – Diálogos entre o MST e o SUS	Assentados(as) Acampados(as) MST Minas Gerais	Imprensa Oficial de Minas Gerais	2014
Cartilha	Coletivo de Saúde MST – MG) / Escola de Saúde Pública MG	Mulheres, Agroecologia e as Lutas por Saúde – 30 anos do SUS, 20 anos do Setor de Saúde do MST-MG	Assentados(as) Acampados(as) MST Minas Gerais e público afim.	Parque Gráfico da Cia de Tecnologia da Informação do Estado de MG – Prodemege	2018

Fonte: Adaptado de Brasil (*apud* ASSIS; PIMENTA; SCHALL, 2013).

3. Resultados e discussões

3.1 Estrutura e formatação

As primeiras produções didáticas de cunho nacional do Setor de Saúde datam do ano de 1999, momento em que foi construído coletivamente o primeiro Caderno de Saúde do Movimento. Sob o título *Lutar por saúde é lutar pela vida*, o material tem por objetivo levar ao conhecimento dos acampados e assentados a ideia de direitos à saúde e a sua garantia na Constituição, como informa o preâmbulo:

Como primeira discussão, este material traz elementos para que possamos entender quais as formas de garantir nosso direito de assistência à saúde. E trata das conquistas já garantidas na lei, mas que ainda não estão garantidas na prática. Cabe a nós, junto com as outras organizações, lutarmos para garantir o que é direito do povo: um atendimento à decente saúde, com qualidade, onde a vida humana tenha valor (MST, 1999a, p. 3).

O segundo material, produzido pelo setor no mesmo ano de 1999, ressalta a importância do cultivo de plantas medicinais em seu potencial tratativo, além de mencionar a valorização dos saberes populares, dialogando com as tradições ancestrais e geracionais. O *Programa Terra e Saúde – das plantas construindo uma nova saúde* chega ao Movimento por meio de parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com objetivo de potencializar a fabricação de remédios em uma perspectiva agrofarmacêutica. Trata-se de um Programa com raízes técnicas e sociais, que visa à produção de medicamentos fitoterápicos, desde o plantio, colheita, beneficiamento e distribuição dos medicamentos (MST, 1999b). Com controle de qualidade acompanhado de perto pela equipe da FIOCRUZ, através da Farmanguinhos – Instituto de Tecnologia em Fármacos, o programa beneficiou muitos assentados e as comunidades, no entorno dos assentamentos, espalhadas pelo território brasileiro. Tal programa demonstra a força do coletivo em franca produção e as inovações tecnológicas na saúde do campo, conforme se pode observar no trecho a seguir:

O *Programa Terra e Saúde* conta basicamente com um complexo agrofarmacêutico constituído de horta e laboratório. Tal complexo em pleno funcionamento tem capacidade de produzir medicamentos para atender 40 mil pessoas/ano. Ele contempla 3 estágios, sendo o primeiro de produção de ervas, um segundo de produção de produtos padronizados para o mercado (beneficiamento) e um terceiro que se refere à distribuição do produto final. (MST, 1999b, p. 8).

A fim de reafirmar a importância e a potencialidade do Programa, no ano 2000, em consonância com suas bases de formação, o Setor de Saúde lança o Caderno de Saúde n.º 4. Sob o título *Cultivo de Plantas Medicinais*, o Caderno trata especificamente da parte técnica do *Programa Terra e Saúde*, orientando sobre “como instalar e organizar, em etapas, o horto de plantas medicinais, levando em consideração a necessidade de qualificação no aproveitamento das propriedades fitoterápicas das plantas a serem cultivadas” (MST, 2000a, p. 5).

Por fim, o Caderno n.º 5 (MST, 2000b) traz à luz o tema *Construindo o conceito de saúde do MST*, apresentado em um material amplamente ilustrado, com a finalidade de tornar-se um guia dialógico para as discussões sobre saúde, bem como sobre o SUS. O caderno se divide em três eixos, sendo o primeiro o que se entende por saúde, seguido por como construir novos hábitos, costumes e valores no cotidiano voltado para saúde e, por fim, o que é e como funciona o SUS.

É importante ressaltar que o material enfatiza que o conteúdo disponibilizado não trata de um passo a passo para sanar a questão da saúde da população rural, mas se constitui como um material de estudo crítico com fins de construção coletiva do conceito de saúde no interior do Movimento. Conforme ponderam os autores:

Os conceitos e concepções sobre Saúde estão em construção dentro de nossa organização. Portanto, esse material não tem a intenção de esgotar o assunto, mas provocar o debate para que todos nós possamos construir novas relações e postura em torno da saúde e, também ampliar nosso saber sobre o tema. (MST, 2000b, p. 4).

Os Cadernos e a Cartilha apresentam ficha catalográfica (expediente), sumário e apresentação. Importa ressaltar que, na seção apresentação, apenas nos cadernos n.º 1 e 5, os termos companheiros/companheiras dão tom a quem o material é efetivamente dirigido, uma vez que tal expressão é saudação própria do MST.

O Caderno n.º 4 apresenta saudação apenas aos companheiros e nos chama a atenção por sugerir ser um material dirigido ao público masculino, o que é confirmado ao acessarmos suas páginas. Há um pensamento machista simbolizado no ato de elaborar a construção e a estrutura dos hortos, bem como o pegar na enxada, preparar a terra para receber os insumos e dar vida ao projeto de produção de remédios fitoterápicos. Percebe-se, assim, um contrassenso, visto que a mulher ocupa um papel relevante na luta pela transformação da realidade machista e patriarcal instalada no Movimento. Essa percepção é corroborada a partir dos novos contornos do movimento feminista no Brasil, bem como pelo surgimento de vários movimentos de mulheres organizadas no campo. Ao longo das análises dos demais materiais (em especial dos Cadernos regionais), tornou-se nítido como as mulheres vieram desconstruindo a imagem de fragilidade e dominação, historicamente reforçada pelo patriarcado.

O quesito impressão gráfica é considerado de qualidade razoável para a produção nacional e muito bom para o material regional. O tamanho e a fonte tipográfica são pertinentes à leitura. No Caderno nacional n.º 5 e no regional, *Cuidados em saúde mental*, há perguntas para que o público dialogue com o material, possibilitando uma reflexão crítica sobre o conteúdo proposto. Tal prerrogativa vai de encontro aos preceitos da Educação do/no Campo e da Educação Popular, que perpassa a formação crítica, humana e política. Santos (2017) enfatiza que a produção de conhecimento nas escolas do campo pode

ressignificar memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos que se articulam para superar a opressão e as diversas cercas do analfabetismo, da fome e a falta de projetos emancipadores para/com o homem e a mulher do campo. Essa formação política, contextualizada historicamente, pode contribuir na reconstrução do passado, escavando memórias e acontecimentos, recuperando documentos, fontes primárias e produzindo

histórias críticas e contra-hegemônicas. A produção do saber construída em parceria com educadores, educandos e lideranças dos movimentos sociais pode ser ressignificada na luta por suas histórias de vida, valores e reconhecimento (SANTOS, 2017 p. 210).

Desse modo, pensar um material interativo e político-crítico, que desperte o interesse e promova a participação e formação da população do campo, mostra-se ideal para que esses sujeitos possam se sentir parte do processo de construção estruturante do país e de suas lutas.

3.2 Conteúdo

Os materiais desenvolvidos pelo Setor de Saúde trazem em suas composições um conteúdo de cunho informativo e formativo. Nota-se que em nenhum dos Cadernos há a necessidade de pré-requisitos para exploração das propostas pelos sujeitos do Movimento. Também não se observou um diálogo com a ciência hegemônica. Em breves passagens, a nomenclatura de plantas conhecidas popularmente foi associada a seu nome científico. A linguagem predominante é a do saber popular, uma vez que a intenção do material é a de falar do povo para o povo, construir *com* e não somente *para*. Não se pode descartar a presença de um discurso romantizado e político, traços marcantes na caminhada de movimentos sociais. Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a arte, a literatura, a poesia, a música e a mística fazem parte do processo de resistência. Ressalta-se que informações incorretas sobre os conceitos e preceitos relacionados ao SUS, bem como os relacionados ao Programa Terra e Saúde, não foram observadas.

Sobre as referências bibliográficas utilizadas, o único material nacional em que aparecem é o Caderno n.º 4 – *Cultivo de Plantas Mediciniais*. Nas produções de Minas Gerais, contudo, a presença de fontes consultadas e referenciadas é maciça. Para essa ação, presume-se que a ausência das referências perpassa o caráter popular e não-oficial do material, renunciando à linguagem acadêmica/científica, o que pode se constituir em uma falha, pois conceitos e colocações que dão vida ao material foram consultados em alguma fonte e são possuidoras de propriedade intelectual. Tal ação infringe uma regra da escrita literária, fundamental para identificação da autoria, fundamentação, credibilidade e consistência de um texto. Esse fato elucidado como os diálogos entre saberes científicos e populares são fruto de tensões, distâncias, aproximações, muitas negociações e relações dicotômicas de poder.

Os tópicos abordados foram pertinentes ao proposto na apresentação dos Cadernos. Há presença de sumário, que foi desenvolvido em cada material. A título de exemplo, no tópico “Diferença entre a lei e a realidade”, desenvolvido no Caderno n.º 1, a temática discutida perpassa a função que os Conselhos exercem na sociedade; entretanto, na prática, o que é instituído destoa do que é prescrito em lei. Vejamos:

Existem centenas de conselhos formados, mas na prática poucos funcionam de fato. Conhecemos vários problemas, como: prefeito controla o conselho, pois, é ele quem indica seus membros; desrespeito quanto a composição do conselho, onde, os representantes dos usuários são em menor número em relação aos outros setores; conselhos que só existem no papel (MST, 1999a, p. 10).

Desse modo, percebe-se que a divisão em tópicos se torna um elemento organizativo, a fim de facilitar o entendimento do leitor. Essa divisão demonstra que, a partir de um tema “guarda-chuva”, vários outros compõem a temática central da proposta. Nesse caso, o Caderno *Lutar por saúde é lutar pela vida* se desdobra em vários subtemas capazes de alimentar a proposta do material.

Quadro 5 – Descrição resumida sumário por caderno nacional

Caderno	Título de tópicos abordados
1	O que é o SUS
1	Diferença entre a lei e a realidade....
2	Pensando a respeito da saúde
2	O Programa Terra e Saúde e os assentamentos
4	Implantação do Horto de Plantas medicinais
4	Cultivo das Plantas Mediciniais
5	Como Utilizar os materiais
5	A Saúde no ambiente doméstico

Fonte: Autoria própria

Quadro 6 – Descrição resumida sumário por material regional

Material	Título de tópicos abordados
2014	A Saúde na Reforma Agrária
2014	Saúde mental, álcool e drogas
2014	As práticas populares de cuidado
2018	O Setor Saúde do MST
2018	Ambiente, Saúde e Cuidado: Diálogos entre o MST e o SUS

Fonte: Autoria própria

3.3 Linguagem

Para analisar a linguagem empregada nos materiais, lançamos mão do referencial da Educação Popular, uma vez que tal metodologia tem sido a estratégia mais efetiva para comunicação e ação na esfera dos movimentos sociais, em especial nos movimentos que têm como ponto central a defesa da dignidade humana.

Conforme ponderado, a Educação Popular tem por objetivo

promover o diálogo para a construção da autonomia e emancipação dos grupos populacionais que historicamente foram excluídos em seu modo de entender a vida, em seus saberes e nas oportunidades de participar dos rumos da sociedade brasileira (BRASIL, 2007, s/p.).

Nesse sentido, os Cadernos analisados, por trabalharem na perspectiva metodológica da Educação Popular, fazem uso de uma linguagem acessível para que o público consiga se apropriar do conteúdo exposto. Dessa forma, ao levarem o conhecimento para o cotidiano, a partir da teoria, os resultados podem ser potencializados e transformados em ações efetivas.

Os Cadernos n.º 1 e 5, bem como as produções regionais, ao abordarem a temática do SUS e o conceito de saúde em uma linguagem acessível, incentivam os militantes a se apoderarem dos conceitos e a lutarem por seus direitos. O Caderno n.º 5 ultrapassa os limites de apenas informar ao leitor/receptor, e propõe aos militantes atividades que os incitam a pensar sobre as proposições de uma forma reflexiva-crítica, além de transformá-los em sujeitos participativos da vida política e social do país.

Por sua vez, os Cadernos n.º 2 e 4 seguem uma linguagem técnica, já que tratam de um Programa de desenvolvimento de tecnologias sociais direcionadas ao público do Movimento e também externo a ele. Ressalta-se, contudo, que não se trata de uma linguagem difícil, que poderia impedir a comunicação com a população do Movimento.

Assim, considerando que o MST é um movimento que luta contra as amarras e diferenças sociais e que tem a discussão por direitos como tema central de sua caminhada, é inevitável a presença de expressões que reforcem a não dominação da classe trabalhadora, a fim de criar uma consciência social e política coletiva, que dê sentido à luta. Desse modo, se instala um embate contra ideologias hegemônicas que venham a diminuir e/ou enfraquecer os objetivos do Movimento. Ecoando Marilena Chauí, Figueiredo, Brito e Botazzo (2003) informam que

a luta de classes não é apenas o confronto armado, mas: está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação, indo desde o modo de organizar o processo de trabalho e o modo de se apropriar dos produtos (pela exploração da mais-valia e pela exclusão dos trabalhadores do usufruto dos bens que produziram), até as normas do direito e o funcionamento do Estado. Ela está presente também em todas as ações dos trabalhadores para diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salário, greves, à criação de sindicatos livres e a formação de movimentos políticos (2003, p. 757).

Destarte, expressões e orações contidas nos Cadernos e Cartilha analisados, como “equidade significa tratar de forma diferente os desiguais” (MST, 1999a, p. 7), ou: “Os principais inimigos são as empresas de saúde que lucram com a doença da população e o governo neoliberal que quer transformar nossas vidas em mercadorias” (MST, 1999a, p. 10), dentre outras, reforçam a necessidade do comprometimento da militância, tendo em mente que “é impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos da dominação e, também, uma das formas de luta” (FIGUEIREDO; BRITO; BOTAZZO, 2003, p. 757). É possível, portanto, pensar em um processo de luta em que a saúde se dê de forma horizontal, ou seja, uma representação ampliada de saúde, atrelada não apenas à ausência de doença, mas de bem-estar, acesso aos bens e serviços básicos, à terra, entre outras questões.

3.4 Ilustrações

Imagens e ilustrações constituem elementos de linguagem não-verbal fundamentais para a comunicação, em especial para fins didáticos, uma vez que

considera-se que qualquer mensagem visual está diretamente relacionada aos sentidos, ao cérebro, ao corpo, de modo geral, bem como trazem na sua materialidade, na sua composição, os atributos que geram significados, sentidos (DRIGO; SOUZA, 2012, p. 5).

Assim, as ilustrações se tornam importantes lentes de observação para que o leitor visualize, interprete e teça considerações e comentários sobre o que vê, ou o que representam esses sentidos. A partir da identificação desses elementos, o leitor pode se apropriar de seu conhecimento ou visão de mundo para tirar suas próprias conclusões, que podem ser entendidas de variadas formas, a depender do olhar e do que se deseja ler.

Nos materiais de cunho nacional analisados, foram identificadas 64 ilustrações. Já os materiais da regional Minas Gerais somaram 66 imagens, assim distribuídas:

Quadro 7 – Total de ilustrações nos materiais nacionais

Caderno nº	Total de Imagens
1	8
2	0
4	15
5	41

Fonte: Autoria própria

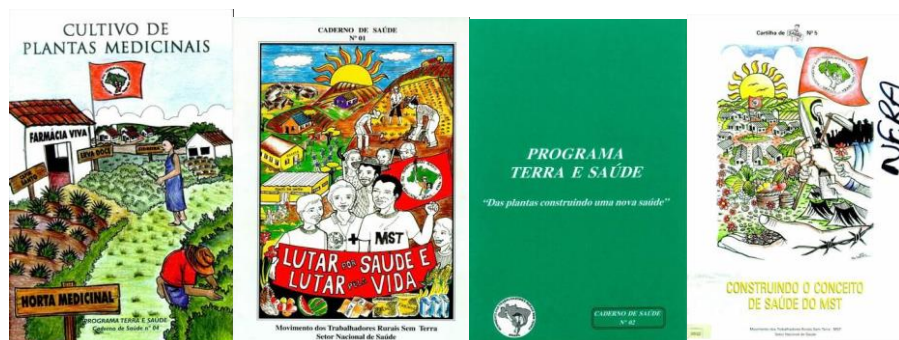
Quadro 8 – Total de ilustrações nos materiais regionais

Material	Total de imagens
2014	34
2018	32

Fonte: Autoria Própria

Todas as ilustrações dos Cadernos do Setor Nacional de Saúde são desenhadas à mão, característica marcante nos materiais de divulgação que trabalham com o conceito de Educação Popular. Já as imagens constantes nas produções regionais dialogam com a tecnologia, visto que, em quase sua totalidade, foram utilizadas fotografias como marcadores de registros das ações desenvolvidas nas oficinas e que deram vida às produções.

Figura 1 – Capas Cadernos de Saúde MST Nacional



Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6457>

Figura 2 – Capas Cadernos de Saúde MST Regional Minas Gerais



Fonte: <http://www.esp.mg.gov.br/component/search/?all=reposit%C3%B3rio&area=all>

Em relação ao quesito escala, nenhuma ilustração contou com essa dimensão. Quanto às fontes dessas imagens, nos materiais do Setor de Saúde nacional, como se trata de autoria própria com identificação dos artistas na ficha catalográfica (expediente), não se fez menção a essa categoria. Nas produções do Setor de Saúde da regional Minas Gerais, apenas no Caderno de saúde mental foram atribuídos créditos fotográficos à foto de capa. Legendas também não marcaram presença nas ilustrações e fotografias.

Araújo (2006) considera que

desenhos são percebidos como um retrato da realidade, equivalem a fotografias no seu valor icônico. Como tal, eles aparecem como momento de um processo; há um antes e um depois que se agregam ao sentido produzido. Da analogia com a fotografia decorre uma exigência de fidelidade e correspondência com o real que determina não só a preferência por estilos de ilustração, mas sobretudo a possibilidade de comunicação. (2006, p. 60).

As ilustrações contidas nos Cadernos, como meio de comunicação visual, se dirigem à população do campo de forma compreensível, em uma linguagem que condiz com a realidade do camponês. Assim, são ilustrações que retratam os diálogos entre o sujeito e o mundo que o

cerca, e tais figuras são vistas como algo positivo. Nas ilustrações dos Cadernos, os desenhos são figurativos. Para Araújo (2006),

desenhos figurativos, com ambientação a partir de elementos conhecidos, favorecem a interlocução. Aqui assume relevo o tema dos detalhes da figuração. Sendo para os ilustradores apenas um recurso a mais de estilo, para os receptores implicam ‘informação’: cada detalhe traz uma informação a ser considerada no cômputo final dos sentidos. O volume do úbere de uma vaca indica se ela foi ordenhada ou não; a maneira de segurar uma enxada indica se o agricultor é trabalhador ou relaxado, se já vai embora ou ainda fica; o cercado do chiqueiro informa se o dono tem posses ou é pobre; a posição da sombra indica a hora. Detalhes conhecidos motivam, dão movimento, aumentam credibilidade. Detalhes desconhecidos levam à especulação ou desqualificam a informação. Desenhos desambientados, assépticos, não emocionam. (ARAÚJO, 2006, p. 60).

Todos esses elementos se configuram nas ilustrações dos materiais. Vejamos, então, as situações e contextos, presentes nos três materiais, que apresentam ilustração como linguagem:

Figura 3: Ilustração Caderno n.º 1



Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6421>

Figura 4: Ilustração Caderno n.º 4



Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6421>

Figura 5: Ilustração Caderno n.º 5

Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6457>

A Figura 3 faz parte do Caderno n.º 1 - *Lutar por saúde é lutar pela vida*. Nela, observam-se duas situações: a figura no canto direito aborda o tema da desigualdade social. De um lado, tem-se o meio urbano, local onde o acesso a bens materiais e desejos como uma boa escola, uma saúde digna, sonhos com viagens, entre outros, são vistos como mais acessíveis. Na contramão, tem-se a realidade rural, muitas vezes esquecida, com acesso restrito aos recursos básicos para uma vida digna. É com essa dicotomia que tal ilustração chega aos olhos do trabalhador, afirmando uma desigualdade social que o faz buscar caminhos na luta para uma vida menos desigual.

A Figura 4, presente no Caderno n.º 4 – *Cultivo de plantas medicinais*, por se tratar da parte técnica do Programa Terra e Saúde – cujo objetivo é apresentar as formas de plantio e uso das plantas medicinais aos companheiros e companheiras do campo –, é quase um manual explicativo de como trabalhar o ambiente para atender às diretrizes do Programa. São imagens claras e objetivas, que facilitam o entendimento do trabalhador, mesmo que este não tenha facilidade com a linguagem verbal.

A Figura 5, que consta no material n.º 5, trabalha a imagem para além de uma linguagem visual, uma vez que, em cada ilustração, há uma proposta de interação entre imagem e questionamento. Esse exercício nos parece muito interessante, visto que tal associação permite que o leitor pense na sua realidade e, então, chegue a conclusões que possam despertar o porquê da importância de lutar por saúde em um contexto de sociedade desigual.

3.5 Gênero

Como a saúde e a educação, a questão de gênero no MST emerge desde a fundação do Movimento, movida pela necessidade de se construir relações iguais dentro de um espaço coletivo, porque “as mulheres se incorporam nestas ações inicialmente motivadas pela própria necessidade econômica que impulsiona buscarem saídas para garantir a sobrevivência.” (ARAÚJO, 2005, p. 26). Denominado inicialmente como Coletivo de Mulheres (1990), passando a Coletivo Nacional de Mulheres (2000) e chegando ao Setor de Gênero (2000), essas mulheres se tornaram lideranças na luta pela terra, bem como na permanência no campo. O Setor de Saúde é um dos espaços nos quais a participação das mulheres é maciça, em virtude da capacidade de cuidar para além do zelar, cuidado imbuído de solidariedade e ação política, conforme se destaca na cartilha regional:

Em Minas Gerais, a construção do Setor de Saúde do MST representa a história de luta e participação das mulheres no cuidado à saúde das populações do campo, ao longo de todo período. Inúmeras mulheres estiveram à frente do cuidado à saúde das pessoas em todos os territórios de acampamentos e assentamentos no Estado. (ESP, 2018, p. 21)

Sendo assim, o interesse por essa categoria no presente estudo justifica-se pelo desejo de compreender quais os papéis ocupados pelas mulheres no desenvolvimento dos Cadernos de saúde; visto que, historicamente, o cuidado sempre esteve ligado à figura feminina, imagem essa que vem sendo paulatinamente desconstruída no interior do Movimento, abrindo espaço para que essas mulheres ocupem novas funções.

Não foi identificada uma categoria que se referisse diretamente às questões de gênero nas produções do Setor Nacional de Saúde. Se considerarmos uma categoria mais ampla, que contemple mulheres e sujeitos LGBT sem-terra, permeados por tabus e preconceitos, parece-nos que tal discussão não se constituía como prioridade no momento da elaboração do material, como é reforçado no trecho abaixo:

Na prática, homens na liderança e nos cabos de enxada nas terras ocupadas; famílias inteiras chegando aos acampamentos. Não tinha escolha, pois a grave crise violentava o direito básico à alimentação e ao trabalho. Acampamentos cheios de vida, e lá estavam elas, as mulheres, e também, mais invisibilizados, os LGBT sem-terra. Combinavam a intensa jornada do trabalho doméstico com a dor, o amor e a tarefa de linha de frente na contenção dos conflitos. Algumas poucas participavam das reuniões, tomavam a palavra com a calça e a blusa larga, que nem sempre eram de suas escolhas, mas sim uma espécie de senha, necessária para serem ouvidas e respeitadas como militantes e não assediadas e desejadas como objeto sexual (MST, 2018, p. 8).

Embora os conteúdos, no interior dos materiais, sejam dirigidos aos companheiros e companheiras, a passagem acima confirma que o processo de reconhecimento das mulheres no contexto da luta pela terra se dá de forma hierárquica e gradual. Como podemos perceber nas produções regionais, a figura da mulher se faz bastante presente e ocupa lugar central no Caderno *Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde*. Os Cadernos n.º 2 e 4 trataram de aspectos técnicos, sendo que, no Caderno n.º 4, as ilustrações se dirigem 100% à figura masculina, o que nos dá margem para concluir que, embora a igualdade de gênero seja pautada, somente os homens estão aptos a plantar a horta, pegar nas enxadas e entender como se faz uma construção de canteiros. À mulher é atribuída a função de aguar o horto e/ou semear mudas. Destarte, essa elaboração advém de um pensamento equivocado, pois a mulher camponesa é capaz de ir além daquilo que lhe é condicionado frente ao trabalho no campo. Ela é capaz de articular e mobilizar uma grande rede de saberes em saúde; de organizar atos políticos em celebração do dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher –; de transformar desafios em fonte de luta, mesmo em situação de invisibilidade. Conforme aponta Sales:

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra,

as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora. Nesse aprendizado e experimentação as mulheres rurais criaram seu próprio movimento, consolidado na década de 1980. Desde então realizam encontros nacionais, marchas e campanhas, criaram coletivos de mulheres e conquistaram direitos. (2007, p. 437).

Os Cadernos n.º 1 e 5 fazem parte de uma mesma discussão acerca do Sistema Único de Saúde, sendo que o de número 5 prioriza a construção do conceito de saúde do próprio Movimento, que vai ao encontro das propostas do SUS. O Caderno de Saúde n.º 5 traz, aproximadamente, três passagens em que se identifica uma discussão de gênero, contudo, sempre apontando para uma perspectiva coletiva que almeja igualdade para todos. A exemplo:

Fazemos parte de uma organização que está em luta para transformar a sociedade e a situação de injustiça e desigualdade em que vivemos. E falar em igualdade, justiça, participação, é falar de novos valores, onde a relação entre as pessoas, entre homens e mulheres sejam de igualdade, respeito e construção (MST, 2000b, p. 35).

Para além do tratamento superficial da linguagem verbal atribuído ao papel da mulher na saúde, as ilustrações se tornam lacunas para entender em que lugar, de fato, elas se situam ou se situavam no momento de escrita do material. Não todas, mas algumas imagens são passíveis de questionamentos, pois nelas se percebe a típica reprodução de uma sociedade dominada pelo patriarcado. Há um forte indicativo acerca da divisão sexual do trabalho, que Hirata e Kergoat (2007) definem, baseadas na teoria francesa, como:

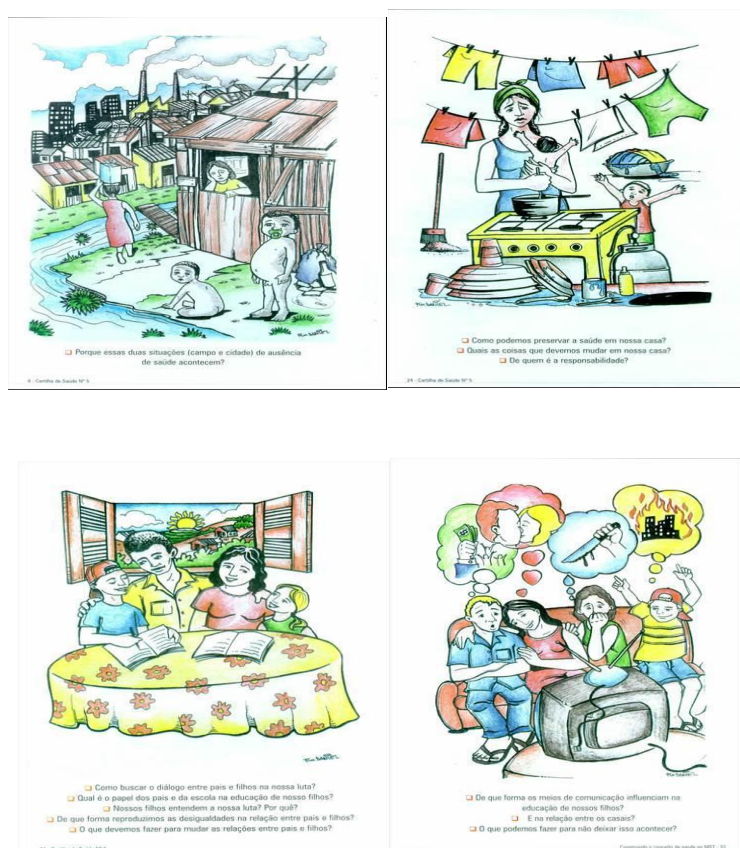
forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (2007, p. 599).

Em um argumento a mais sobre essa temática, Kergoat (2003) alimenta o contraponto ao conceito puro e simples de divisão sexual do trabalho e entoa que

as condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais, possuem uma base material, no caso do trabalho entre os sexos, chamada concisamente, divisão sexual do trabalho. (2003, p. 1).

Nesse sentido, ao nos depararmos com as imagens ilustrativas do Caderno n.º 5, outra lacuna se abre para questionamentos, tais como: em que medida o MST de fato aborda a questão das mulheres no campo da luta? Quais os elementos estruturantes, dentro de uma luta de classe, que se vinculam não somente ao mundo do trabalho? Parece-nos que, ao longo dos anos, tal discussão ganha corpo junto ao crescimento do Setor de Gênero, tendo em vista as imagens e construções contidas em materiais mais recentes, como nos casos do Caderno e da Cartilha regionais de Minas Gerais.

Figuras 5 e 6: Ilustrando gênero no Caderno n.º 5



Fonte: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliolT&pagfis=6457>

Ao contrário das imagens acima, os materiais produzidos pelo Setor de Saúde regional, de forma lúdica, interessante e construtiva, colocam a mulher no centro da discussão, considerando-a como atuante na política. Ela cuida, trabalha, vai para o embate, empreende, lidera decisões, participa de oficinas e as realiza, além de também construir a história do Movimento. Toda essa ascensão faz parte de um longo processo de discussão – ainda em construção – do fundamental papel que a mulher exerce nos setores do movimento. Durante todo o conteúdo desenvolvido na cartilha regional *Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde*, a mulher foi protagonista das suas próprias falas e sentimentos, como se observa no depoimento da assentada Sueli Guimarães Rodrigues:

Eu via as pessoas passando mal dentro do acampamento e com aquela prática de chazinho para os netos fui fazendo os procedimentos (...). O pessoal falava, a Sueli é boa, então sempre tinha gente na minha porta. Aí o

coordenador da nossa regional me chamou para entrar. Agora eu sou coordenadora da regional junto com eles, formando a equipe de saúde (ESP, 2018, p. 25).

Figuras 7 e 8: Ilustrando Gênero nas produções do Setor de Saúde regional



Fonte: https://www.researchgate.net/publication/329782394_Mulheres_Agroecologia_e_as_Lutas_por_Sau_de_30_anos_do_SUS_20_anos_do_Setor_de_Saude_do_MST

É importante suscitar que as imagens acima representam mulheres assentadas e acampadas e suas lutas nos diversos espaços que ocupam atualmente. Ainda que as ilustrações agucem interpretações, é válido ressaltar que essas são imagens que, embora transmitam mensagens, precisam ser lidas dentro dos contextos nos quais os eventos se dão. Afinal, como estamos falando de material didático, torna-se imprescindível sempre deixarmos claro que essas são mulheres aparentemente potentes, mas que trazem consigo marcas, individualidades e sonhos, e que a luta por direitos vai além das imagens.

Por fim, no quesito autoria, os Cadernos são construções coletivas dentro do Movimento, priorizando a escrita participativa junto às companheiras e companheiros de todos os estados do país. Nos Cadernos, as autorias estão assim distribuídas:

Quadro 9: Autoria cadernos de saúde nacional

Caderno	Autoria		Ilustração	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
N.º				
1	4	2	1	0

2	2	1	0	0
4	0	2	0	1
5	13	9	1	1

Fonte: Autoria própria

Quadro 10: Autoria produção regional

Material	Autoria		Ilustração	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Ano				
2014	4	1	3	1
2018	11	0	2	0

Fonte: Autoria própria

Percebe-se uma distribuição da construção do conteúdo de forma justa, com exceção do Caderno n.º 4, em que os homens são os únicos participantes da sua construção. Nos demais, as mulheres aparecem como principais contribuintes no processo de elaboração dos materiais, atingindo igualdade no quesito ilustração. Por mais que não pareça, são aspectos importantes de se observar, pois passam a ser um indicativo de que a função das mulheres dentro do Setor de Saúde ultrapassa os limites do cuidado, tornando-as também formadoras de opinião.

4. Considerações finais

Conforme ressaltado, o MST é um movimento social de luta pela terra e por direitos iguais em uma sociedade desigual. Ao analisarmos tais materiais, foi observada a intensidade com que pautas como direitos, saúde e significado de luta foram abordadas. Evidencia-se, também, uma forte influência da teoria da Educação Popular, visto que a luta por saúde, por educação e por igualdade é a permanente luta contra a opressão, contra o saber e o fazer social hegemônico calcado no sistema capitalista neoliberal.

Do primeiro caderno produzido pelo Setor Nacional de Saúde até os dias de hoje, passaram-se vinte e dois anos. Nesse tempo, a realidade do mundo se transformou. No Brasil, O SUS se consolidou como um dos maiores sistemas de saúde do mundo. As tecnologias sociais para a produção no campo ampliaram os horizontes dos camponeses, os Programas de Educação do Campo oportunizaram aos trabalhadores e trabalhadoras se qualificarem e se formarem como todo cidadão de direito no país.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra acompanha, de forma dinâmica, essas mudanças estruturais, seja no modo de informar e formar seus militantes, assentados e acampados; seja propondo políticas públicas como a Política Nacional de Saúde Integral dos Povos do Campo, das Florestas e das Águas, negociando nas esferas do SUS, junto ao Ministério da Saúde; bem como as Políticas de Educação no Campo, junto ao Ministério da Educação. Verificou-se que o trabalho de base é ainda a principal forma de inserir o trabalhador rural na luta. É certo que as primeiras produções didáticas nacionais necessitam de um novo olhar, acompanhando essa transformação mundial. Entretanto, os materiais produzidos há 22 anos formaram cidadãos que hoje desfrutam de um conhecimento que fortalece e qualifica a luta.

É imprescindível apontar e reforçar a importância de tais materiais na trajetória do Setor de Saúde, que se tornou uma frente de luta dentro da ação mais ampla e transformadora nos assentamentos e acampamentos do Brasil. A partir de iniciativas como essas, o Setor se aliou a universidades e segmentos educacionais, ampliando o sentido de estar no campo na condição de qualificar os militantes para ações de saúde. Desse modo, são valorizadas as políticas de Educação do Campo, que vão desde a formação técnica até a Pós Graduação, a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), do Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO); políticas diferentes que convergem para o mesmo lugar, ou seja, lutar por saúde é também lutar por conhecimento, por educação e por formação.

Portanto, a edição dos materiais propostos pelo MST, via Setor de Saúde nacional e regional, ao propor o desafio de compilar em páginas suas estratégias de luta pela vida e permanência no campo, bem como seus conhecimentos sobre uma saúde que perpassam pela teoria e pela prática de vivência na terra, demonstram a capacidade e o potencial do Movimento ao construir um conceito genuíno, de que “saúde é lutar contra tudo o que os oprime” (ESP, 2018, p. 9). Isto é, o conceito de saúde perpassa pelo sentido de que, para haver saúde no meio rural, é preciso ter em dia a dignidade humana. É ter comida na mesa de forma sustentável e saudável e ter acesso ao sistema de saúde. É poder exercer seus saberes e práticas tradicionais de saúde sem repressão ou estigma, é reconhecer a questão de gênero não como uma disputa por poder, mas como somatório de forças capazes de transformar a realidade de várias vidas, tendo sempre em mente que a saúde, assim como a educação, não são campos neutros, mas marcados por intensas disputas políticas que só se viabilizam *a partir e pela* organicidade do Movimento.

Por fim, destacamos que os materiais formativos em saúde produzidos pelo MST elucidam que a saúde e a doença fazem parte da construção social que muda com o tempo e, no caso do Movimento, é uma forma de olhar para o mundo, cumprindo um duplo movimento de garantir os direitos constitucionais em saúde, sem perder de vista os saberes ancestrais e os saberes populares. Observa-se que, dada a dinamicidade do Setor de Saúde e as diferentes demandas regionais, o Setor Nacional tem uma produção mais tímida se comparada às regionais, indicando que as questões de saúde são plurais e diversas e devem ser compreendidas não apenas pelas lentes do macro, mas sobretudo pelas micro experiências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; SILVA, Lucélia Santana Torres da; BRITO, Rosanne Lopes de. Desenvolvimento do conteúdo sobre os insetos nos livros didáticos de ciências. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 1-17, 2008.

ARAUJO, Djacira Maria de Oliveira. **A Invisibilidade das Mulheres na Memória das Lutas Sociais na América Latina**: protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro. Ensaio de Pós-graduação: Estudos Latino Americanos. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

ARAÚJO, Inesita. Materiais educativos e produção dos sentidos na intervenção social. *In*: MONTEIRO, S.; VARGAS, E. (org.). **Educação, comunicação e tecnologia educacional**: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 49-69. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/9n7jy/pdf/monteiro-9788575415337-04.pdf>

ASSIS, Sheila Soares de; PIMENTA, Denise Nacif; SCHALL, Virgínia Torres. A dengue nos livros didáticos de ciências e biologia indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático. **Revista Ciência & Educação**. Bauru: v. 19, n. 3, p. 633-656, 2013.

BATISTA, Marcus Vinícius de Aragão. CUNHA, Marlécio Maknamara da Silva; CUNHA; CÂNDIDO, Alexandre Luna. Análise do tema virologia em livros didáticos do ensino médio. **Ensaio: Pesquisa em educação em ciências**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 1-18, 2010.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: apresentação**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/DPECIRER. Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo/CGPEC. **Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO) – Documento Orientador**. Brasília: Ministério da Educação. Jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. 2007. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_educacao_popular_saude_p1.pdf

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Departamento de Participação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília: 2014. Disponível em:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/outros-assuntos/marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas/9-marco-de-referencia-da-educacao-popular-para-as-politicas-publicas.pdf>

CORSO, Angela Maria; ALMEIDA, Adriana de. A Educação de jovens e adultos: Aspectos históricos e Sociais. *In: XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Anais**. Curitiba, 2015.

DRIGO, Maria Orgécia; SOUZA, Luciana Pagliarini de. **Educação do Olhar: As Representações Visuais em Foco**. #Tear: Revista de Educação e Tecnologia, Canoas, vol. 1, n.1, 2012.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA – ESP (Minas Gerais). **Cuidados em Saúde Mental: diálogos entre o MST e o SUS**. Belo Horizonte: ESP-MG, 2014.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA - ESP (Minas Gerais). **Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde: 30 anos do SUS, 20 anos do Setor de Saúde do MST- MG**. Belo Horizonte: ESP-MG, 2018. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/329782394_Mulheres_Agroecologia_e_as_Lutas_p_or_Saude_30_anos_do_SUS_20_anos_do_Setor_de_Saude_do_MST

FERREIRA, Adriano de Melo; SOARES, Cynthia Aparecida Arossa Alves. Aracnídeos peçonhentos: análise das informações nos livros didáticos de ciências. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 14, n. 2, p. 307-314, 2008.

FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveria; BRITO, Dyla Tavares de Sá; BOTAZZO, Carlos. Ideologia, fetiche e utopia na saúde: Uma análise a partir da saúde bucal. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 3, p. 753-73, 2003. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2003.v8n3/753-763/pt>

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, Set/Dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt&format=pdf>

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Trad. Miriam Nobre, [s.l.] [s.n.], 2003.

LUZ, Zélia Maria Profeta; PIMENTA, Denise Nacif; RABELLO, Ana; SCHALL, Virgínia. **Evaluation of informative materials on leishmaniasis distributed in Brazil: criteria and basis the production and improvement of health education materials**. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: v. 19, n. 2, p. 561-569, 2003, Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000200023

MOHR, Adriana. Análise do conteúdo de saúde em livros didáticos. **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 6, n. 2, p. 89-106, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Boletim Informativo** - Coletivo Nacional de Saúde. [s.l.] [s.n.], Dez. 2007.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Formação do Setor de Gênero – A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base. [s.l.] [s.n.], Jan. 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Saúde n.º 1 - **Lutar por Saúde é lutar pela vida**. Osasco: Gráfica e Editora Peres, 1999a. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6421>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Saúde n.º 2 - **Programa Terra e Saúde** – Das plantas construindo uma nova saúde. [s.l.] [s.n.], 1999b. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6421>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Saúde n.º 4 - **Cultivo de Plantas Medicinais**. São Paulo: [s.n.], 2000a. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&pagfis=6421>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Caderno de Saúde n.º 5 - **Construindo o conceito de saúde do MST**. [s.l.] [s.n.] 2000b. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-saude-no-05-construindo-o-conceito-de-saude-do-mst/>

PARO, César Augusto; VENTURA, Miriam; SILVA, Neide Emy Kurokawa. Paulo Freire e o inédito viável: esperança, utopia e transformação na saúde. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: v. 18, n. 1, p. 1-22, 2020.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, Mai/Ago, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?lang=pt&format=pdf>

SANTOS, Juliana Cristina *et al.* Análise comparativa do conteúdo *Filo Mollusca* em livro didático e apostilas do ensino médio de cascavel, paraná. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 13, n. 3, p. 311-322, 2007.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, Out/Dez 2017.

STÊNICO, Joselaine Andréia de Godoy; PAES, Marcela Soares Polato. Paulo Freire e os movimentos sociais: Uma análise da conjuntura brasileira. **Revista Educación**, v. XXVI, n. 50, p. 47-61, 2017. Disponível em:
<http://www.scielo.org.pe/pdf/educ/v26n50/a03v26n50.pdf>

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde. **Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14(1). p. 67-83, 2004. Disponível em:
<https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/educacao-popular-de-uma-pratica-alternativa-a-uma-estrategia-de-gestao-participativa-das-politicas-de-saude/educacao-popular-e-gestao-participativa.pdf>

VASCONCELOS, Simão Dias; SOUTO, Emanuel. O livro didático de ciências no ensino fundamental – proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 9, n. 1, p. 93-104, 2003.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação das mulheres é diferente da de qualquer outro grupo social. Isto porque não se constituem em uma unidade de um número de unidades que podem ser isoladas, mas são metade de uma totalidade: a espécie humana. As mulheres são essenciais e insubstituíveis; não podem, por esta razão, ser exploradas da mesma maneira que outros grupos sociais. São fundamentais para a condição humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. É precisamente esta combinação – fundamental e marginal a um só tempo – que lhes tem sido fatal. Dentro do mundo dos homens, sua posição é comparável à de uma minoria oprimida: mas elas também existem fora do mundo dos homens. Um estado justifica o outro e exclui o protesto.
(Mitchell, 2006, p. 203)

Chegar ao final de uma pesquisa traz sempre uma expectativa por ver os resultados contemplados durante seu desenvolvimento. Chegar ao final de uma pesquisa em que se tem como protagonista as mulheres é, ainda, um exercício de grande dificuldade, pois requer habilidade e sensatez para tratar de um assunto historicamente delicado, que contém muitas imbricações, pois, como ressalta Mitchell, as mulheres são essenciais e insubstituíveis. Entretanto, não basta ser essencial e insubstituível, pois esses são adjetivos que não qualificam e quantificam o justo lugar que as mulheres ocupam na história. Fazemos parte de grupos, tribos, organizações e, a cada dia, vamos criando subjetividades para enfrentar as violências impostas contra nossas vidas e corpos.

A trajetória da luta pela terra, observada pelo viés feminino, nos possibilitou entender um pouco do que é ser mulher e fazer parte de um movimento de luta, eminentemente machista. Percorrer esses caminhos, literários e práticos, demonstrou que, apesar das violências, as mulheres estão circulando nos espaços que lhes são de direito. E seguem atuando nos setores, nos eventos, nos conselhos, na política, juntando forças para garantir a conquista de todos os direitos que lhes são garantidos.

As práticas populares de saúde e os modos de fazer saúde, de acordo com suas crenças e habilidades, ressignificam a vida dessas mulheres dentro e fora dos assentamentos e acampamentos. Através da oferta dessas práticas à militância, as mulheres terapeutas da terra elevam seu espírito de solidariedade do princípio da dádiva, própria da luta pela terra, e transformam cuidado em ato revolucionário.

Assim, foi possível verificar, a partir do mapeamento e exercício de práticas como o reiki, auriculoterapia, ventosa, acupuntura, escalda-pés, chás entre outros, que essas mulheres

não só estão preparadas para os enfrentamentos da luta pela terra, como estão dispostas a dialogar e apreender práticas de saúde alternativas. Para elas, efetivar tais práticas em espaços não oficiais faz parte das disputas políticas e econômicas às quais são submetidas a todo o tempo.

A partir da escuta e do registro dos depoimentos dessas mulheres, foi possível sentir que, embora tenha sido e continue sendo árdua e violenta, a luta pela terra simboliza e marca suas existências. São mulheres que enfrentaram situações difíceis, e que, apesar das adversidades, não desistiram de ter seu próprio chão. Todas plantam e todas colhem. O lugar de reprodução, para as que ousam ir à luta, é diluído, dando vez a um lugar de produção.

Assim, retomo o início deste texto, alterando um pouco do que foi dito. A expectativa de chegar ao fim desta pesquisa não será concretizada, pois pesquisas como esta nunca terminam, mas se transformam em um fio, para que as arestas aqui deixadas possam ser, aos poucos fechadas, sem encerrar a vontade de continuidade da luta por direitos. Nossa sociedade não pode fechar os olhos para as mazelas que tanto nos afastam e nos dividem em meio a muros, ideologias e espaços. A luta pela terra é digna, direito daqueles que não possuem moradia. É uma luta muito maior do que por um pedaço de chão, e diz sobre dignidade e acesso ao bem-comum. Enquanto houver uma cidadã ou cidadão banida(o) de seus direitos, a luta não cessará.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. E. S. **Divisão sexual do trabalho:** a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Rev. Trab. Educ. Saúde** – Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 271-289, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8nTGWjJrv7MsqfCmLvZhvvL/?lang=pt>

ALVIM, N; FERREIRA, M; FARIA, P. G.; AYRES, A. V. **Tecnologias na enfermagem:** o resgate das práticas naturais no cuidado em casa, na escola e no trabalho. In: FIGUEIREDO, N. M. A. (Org.). **Tecnologias e técnicas em saúde: como e porque utilizá-las no cuidado de enfermagem.** São Paulo: Difusão Editora, 2004, p. 338-35.

AGUIAR, V. V. P. **Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação:** reflexões a partir da Marcha das Margarida. **Revista Política e Sociedade** – vol 15, Edição Especial Florianópolis, 2016.

AMORIM, M. A. **Mulheres do campo de Minas Gerais:** trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra. Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://issuu.com/fundacaojoaopinheiro/docs/fjp_mulheresdocampo.

ARAÚJO, D. M. de O. **A Invisibilidade das Mulheres na Memória das Lutas Sociais na América Latina:** protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro. Ensaio de Pós-graduação: Estudos Latino-Americanos. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2005.

BADKE, M.R; BUDÓ, M. L. D; ALVIM, N. A. T; ZANETTI, G. D; HEISLER, E. V. Saberes e Práticas Populares de Cuidado em Saúde Com o Uso de Plantas Medicinais. **Revista Texto e Contexto – Enfermagem.** Vol. 21, n. 2, p. 364 - 370, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v21n2/a14v21n2.pdf>.

BATISTA, M. F. S.; ALBUQUERQUE, P. C. **A produção da saúde e a população do campo:** uma experiência no assentamento de reforma agrária em Pernambuco – Brasil. **Tempus** – Actas de Saúde Coletiva, v. 8, n. 2, p. Pág. 173-194, 29 jun. 2014.

BEZERRA, E. A revolução será feminista, ou não será! *In:* MARTUSCELLI, D. E. (Org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade.** 1ª ed. Chapecó, Coleção marxismo, 2020. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/Os-desafios-do-feminismo-marxista-na-atualidade-2020-marxismo21-2.pdf> .

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. **Snowball Sampling:** Problems and techniques of Chain Referral Sampling. n° 2, November, p. 141 - 163, 1981.

BOGO, Ademar. **A organicidade como parte da cultura.** Texto para debate sobre a organicidade do MST na reunião da Coordenação Nacional de 13 a 17 de agosto, 2003, MIMEO.

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade:** Lembrança dos velhos. Companhia das Letras: São Paulo, 1979.

BUTTO, A; HORA, K. E. R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. *In: Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil*. Organizadoras Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. Brasília: MDA, 2008.

BUZETTO, M. **Reforma Agrária e revolução socialista**: a contribuição da análise marxista. **Revista Novos Rumos**. v. 52, n. 1, Marília, 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8251>. Acesso 20 ago 2022.

BRASIL. **Plano Safra Territorial**: Região Sudeste. SDT/MDA e Plural. Editora Raiz: São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília, 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf

CAMARGO, M. T. L. A. **As Plantas medicinais e o sagrado**: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil. Ícone: São Paulo, 2014.

CAMURÇA, M. **Teologia da libertação**: Uma teologia da periferia e dos excluídos. **Revista Comciência**, n. 146, Campinas, mar. 2013. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/pdf/cci/n146/08.pdf>.

CASTRO, M. G. **O conceito de gênero e as análises sobre mulheres e trabalho**: notas sobre impasses teóricos. Cad. CRH, Salvador, n.17, p.80-105, 1992. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18810/12180>. Acesso em 15 mar 2023

COELHO, F. M. G. *et al.* **Assentamento Primeiro de Junho**: uma parte da história da luta pela terra em Minas Gerais. Viçosa, 2007. Disponível em: <http://www.novoscurso.ufv.br/projetos/ufv/nape/www/wpcontent/uploads/Hist%C3%B3ria-do-Assentamento-1%C2%BA-de-Junho.pdf>

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). **Por Autonomia Econômica, Trabalho e Renda – Por Terra, Água e Agroecologia**. Caderno 3, 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_365093296_26042019101337.pdf

COSTA, M. M. M; NUNES, J. B. A. **Divisão sexual do trabalho e ética do cuidado**: Uma abordagem com base no gênero e no dever humano da empatia. **Revista Chilena de Derecho Del Trabajo Y de la Seguridad Social**. v.11, n 21, p. 101 – 116, Santiago do Chile, 2020.

DAFLON, V. T. **Tão longe, tão perto**: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. 1.ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DARON, V. L. P. A dimensão educativa da luta por saúde no movimento de mulheres camponesas e os desafios político-pedagógicos para educação popular em saúde. **Cadernos**

CEDES (online). 2009, vol. 29, n.79, p. 387 - 399 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n79/08.pdf>

ESCOLA de Saúde Pública. **Mulheres, agroecologia e as lutas por saúde: 30 anos do SUS, 20 anos do setor de saúde do MST.** Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte: ESP - MG, 2018. Disponível em: <http://repositorio.esp.mg.gov.br:8080/xmlui/handle/12356789/305>

FACCHINETTI, C., CARVALHO, C. **Loucas ou modernas?** Mulheres em revista (1920-1940). Cadernos Pagu, n 57, Campinas, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/4sMbWpZGzJtBsbhWxzf5YRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 mai 2023

FARIA, L. B. P. A Voz das Bruxas! A Fala das Mulheres do MST do Setor Saúde da Zona da Mata Mineira. **Retratos de Assentamentos.** 2016, v.19, n. 1. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/208>.

FEDERECI, S. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais.** São Paulo: Boitempo: 2019.

FERNANDES, B. M. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** Vozes: Petrópolis, 2000.

FERNANDES, S. L.; ZAKABI, D.; CALEGARE, M. G. A., **Humilhação Social e Contextos Rurais: discussões a partir de pesquisas em três comunidades rurais.** **Revista Psicologia Política**, v 16, n 37, p. 287-303, São Paulo, set-dez 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n37/v16n37a04.pdf>

FERRAZ, E. M. **Os sentidos do trabalho para os jovens do assentamento Oziel Alves Pereira.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2017.

FLEISCHER, S. **Saúde Popular: esforços etnográficos para definir o conceito. Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, [s. l.], v. 12, 2014.** Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/13589>

FONTES, R. B. **Sonhos e memórias de re-existências no campo: juventudes e territorialidades no Assentamento Primeiro de Junho** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, 2017.

GOHN. M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** Vol. 16, n 47, Rio de Janeiro, p. 333 - 361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso 15 abr.2020.

GONÇALVES, L. P.; MACHADO, V. A. **Mulheres que trabalham: as representações profissionais das mulheres nos estados novos de Getúlio Vargas e Antônio Salazar.** **Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, vol 72, p. 335–358, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/55121>

GONÇALVES, R. **(Re)politicando o conceito de gênero**: a participação política das mulheres no MST. **Mediações**. Londrina, v. 14, n.2, p. 198 - 216, jul - dez. 2009.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça**: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, Jun/2014. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt> .

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595 – 609, set/dez 2007, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf> .

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 26ª ed. 1995.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

REFORMA Agrária Popular e Luta pela Terra no Brasil. **Instituto Tricontinental Da Pesquisa Social**. Dossiê nº 27. Abril 2020, p. 24 - 25. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/pt-pt/dossie-27-terra/>

BRASIL de Fato. Ponto a ponto: Conheça o plano de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST. **Jornal Brasil de Fato**. São Paulo, 15 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/ponto-a-ponto-conheca-o-plano-de-reforma-agraria-popular-defendido-pelo-mst>

KUMER, R. **Juventude Rural, entre ficar e partir**: A dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. (dissertação) mestrado apresentada junto a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo, 2013. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2007/1/Rodrigo%20Kummer.pdf> .

LEITE, Sergio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, L. G. R; CARVALHO, D. B. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. **Revista Psicologia e Sociedade**. Vol 29 Pernambuco, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/i/2017.v29/>

LORDE, A. **Idade, raça, classe e gênero**: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239 – 248. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista -conceitos-fundamentais-bazar-do-tempo- 2019 .pdf

MACHADO, L. Z. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e Incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, Campinas, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/nkwrNPSknZmz5PRVLPMTF3D/?lang=pt>.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. S. C. **O corpo, a casa e a cidade**: territorialidades de mulheres negras no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, v 23, p. 1-29, São Paulo, 2021.

MARCONDES, M. M. Transversalidade de gênero nas políticas de cuidado. **Revista Feminismos**. Vol. 8, n. 3, set – dez, p. 176-189, Salvador, 2020.

MARQUES, T. C. N. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Revista Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, p. 667-686, Rio de Janeiro, set - dez 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/nC7nYwNgQRRSJ9c65byvvRx/?format=pdf&lang=pt>

MARTINS, P. H. Solidariedade, ação pública e desafios de uma cidadania democrática e solidária. **Revista Adm. Educacional**, v.4, n.10, p. 1-202, Pernambuco, Jul – Dez 2013. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ADED/article/view/2295/1847>

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, N. **Fazenda do Ministério**: o significado de um território. In: (VILARINO, M. T. B.; GENOVEZ, P. F. (Orgs.). **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce – conflitos e estratégias**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2019.

MEIHY, J. C. S. B.; BARBOSA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. [S.l.: s.p.], 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Vozes: Petrópolis, 2016.

MITCHELL, J. **Mulheres**: a revolução mais longa. **Revista Gênero**, v. 7, n. 1, p. 203-232, Niterói/RJ, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/issue/view/1673>

MONTEIRO, L. M. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? **Periódicos Universidade Federal de Pelotas**. n. 14, p. 11-21. Pelotas – janeiro – junho 2014.

MORAIS, C. S. D. História das ligas camponesas no Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: História e natureza das ligas camponesas – 1954-1964. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAIS, M. N. **O Golpe Civil/Militar de 1964 e legitimação dos discursos sobre ações de fazendeiros**: O caso de Governador Valadares. In: VILARINO, M. T. B.; GENOVEZ, P. F. (Orgs.). **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce – conflitos e estratégias**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2019.

MST A questão da Mulher no MST (1989)

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **História do MST**. Construção coletiva do curso de História ITERRA/UFFS – turma Eduardo Galeano – Veranópolis – 2015.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Terra, raça e classe: A classe trabalhadora é negra.** MST, 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/>

MST realiza Encontro Nacional do Setor de Saúde. MST, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/06/22/mst-realiza-encontro-nacional-do-setor-de-saude/>

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Lutar por saúde é lutar pela vida.** 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/06/07/lutar-por-saude-e-lutar-pela-vida/>

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Formação nº 2. Mulher sem-terra.** Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-02-mulher-sem-terra/>

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de saúde nº 5. Lutar por saúde é lutar pela vida.** Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=6504>

OTAVIANO, C. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde.** *ComCiência*, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151976542010000600006&lng=pt&nrm=iso

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Estratégia de la OMS sobre medicina tradicional 2002 – 2005.** Organización Mundial de la Salud, 2002.

O SETOR de Gênero do MST. Diálogos, propostas, histórias para una cidadania mundial. Dossiê - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, 2010. Disponível em: <https://base.d-p-h.info/pt/dossiers/dossier-1783.html>

PEREIRA, C. O. C. **Nas terras do rio sem dono.** Record: Rio de Janeiro, 1990.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Edusc: Bauru, 2005.

PIRES, M. R. G. M. **Politicidade do cuidado como referência emancipatória para gestão de políticas de saúde:** Conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar. (Tese) doutorado apresentada junto a Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8146>

RANGEL, M.; BRAGANCA, F. C. R. Representações de gestantes sobre o uso de plantas medicinais. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais.** V. 11, n. 1, p. 100 - 109, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbpm/v11n1/16.pdf>

RANGEL, M. S. **Medo da morte esperança de vida: uma história das ligas camponesas.** (Dissertação) mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279429>

ROCHA, L. S.; AQUILANTE, A. G. **Práticas populares de saúde no cuidado:** prevalência de utilização em um distrito do interior do estado de São Paulo. **Revista de Educação**

Popular, Uberlândia, p. 29–47, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53250>.

ROVAI, M. G. O. **História Oral e história das mulheres**: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RÜCKERT, B. **As práticas de Saúde no MST do Vale do rio doce, MG**: Normas e valores na atividade. (Dissertação) mestrado apresentada junto a Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8ZLQ8V>.

RÜCKERT, B. **O Cuidado em Saúde por Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: Saberes, Competências e Práxis. (Tese) Doutorado apresentada junto a Fundação Oswaldo Cruz – Instituto René Rachou, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33954>.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes** – Mito e realidade. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVATICI, S. **Memória de gênero**: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1. p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114/109>.

SANTOS, I. A. F.; BETTO, J. **Movimentos Sociais Rurais e Feminismos**: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno CRH**, Vol. 34, p. 1-18, Salvador, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/XH3fDfSdG7g6dfpNTv5YcRt/>

SANTOS, A. A.; BARACHO, I. P. S.; SILVA, M. R.; ANDRADE, H. G. **Estudos rurais**: Uma breve retórica sobre o patriarcado. **Brazilian Journal of Development**. V. 6, n. 10, p.76533 – 76548, Curitiba, out 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17968/14546>

SANTOS, A. X. M. **Movimento Terra e Escola**. A etnografia na educação do campo: Curitiba: CRV, 2021.

SANTOS, N. A. **A divisão sexual no trabalho na agricultura familiar**: entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente a expansão da monocultura de soja. **Revista de Políticas Públicas**, número especial, p. 331-337, São Luís, 2016. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5984/3621>.

SANTOS, M.; GLASS, V. (Orgs.). **Atlas do Agronegócio**. Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SARTI, C. A. **O Feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 12, n 2, Florianópolis, maio-agosto 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>.

SCHMIDT, M. L. S. **Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas** (2006). Participative research: Alterity and interpretative communities. **Psicologia USP**, 17(2), 11-41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/gCsZ9jM78SQ43SB6twJvytt/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, D. B. **Luta pela terra e a territorialização de assentamentos de Reforma Agrária no município de Governador Valadares (1993-2015)**. (Dissertação) mestrado apresentada junto a Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE) 2019. Disponível em: <https://pergamum.univale.br/?q=denis%20boaventura&for=LIVRE>

SILVA, A. C. A. M.; MARCONDES, V. **Mulheres Camponesas e Cidadania: Um aporte teórico sobre o consumo midiático entre integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC)**. **Gênero**, vol 15, n 1, p. 11 - 28, Niterói, 2014.

SILVA, M. A. M., De Colona a Boia-Fria. In: PRIORI, M. Del. (Org.); PINSKY, C. B. (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. **Estudos Avançados**, v. 30, n.87, p.123-139, 2016. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119119>. Acesso em: 15 mar 2023.

SOUZA, C. L. S. **Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha**. **R. Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 611-620, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/9bJp4nzyTTRqrHBMwW3DRSd/?format=pdf&lang=pt>

SOUZA, D. O.; MENDONÇA, H. P. F. **Trabalho, ser social e cuidado em saúde: abordagem a partir de Marx e Lukács**. **Revista Interface – comunicação, saúde, Educação**. Vol.21, nº 52, Jul/set 2017, pag. 543-52. São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/pxzHqFpbkQ3ZYyhD4YBsDR/abstract/?lang=pt>

STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STONE, L. Prosopografia. **Revista Sociologia e Política**. v.19, n.39, p.115-137. Curitiba. Jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/khxZXHsx498bxmNtg63Hzgy/abstract/?lang=pt>.

STROPASOLAS, V. L. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, vol 12, n 1. p 256 – 267, jan-abr 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/CsLPVp8QgSntXCXjZMsCmBz/?format=pdf&lang=pt>

TEDESCHI, L. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

VALENTE, P. A. **A Luta Pela Terra No Vale do Rio Doce: Abertura de Cenários**. In: VILARINO, M. T. B.; GENOVEZ, P. F. (Orgs.). **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce – conflitos e estratégias**. Governador Valadares: Ed. Univale, 2019.

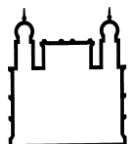
VARIKAS, E. Igualdade. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÈ, H. L.; SENOTIER, D. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

VENÂNCIO, A. T. As mulheres pela história: corpo, alma, trabalho e deslocamentos. **Hist, Sia, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 283-287, jun. 2008
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/vF5njzcnpnsFMJB4rYmr89b/?format=pdf&lang=pt>.

VILARINO, M. T. B.; GENOVEZ, P. F. **Mulheres na Luta Pela Terra**: Narrativas Femininas no Médio Rio Doce. *In*: VILARINO, M. T. B.; GENOVEZ, P. F. (Orgs.). **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce** – conflitos e estratégias. Governador Valadares: Ed. Univale, 2019.

ANEXOS

Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)/Autorização de uso de imagem e voz



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto René Rachou

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ENTREVISTA

Título da Pesquisa: Resgatando Memórias e Saberes: Mulheres do Movimento de Luta Pela Terra na Bacia do Rio Doce e suas Práticas de Medicina Popular

Prezada Participante,

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado “Resgatando Memórias e Saberes: Mulheres do Movimento de Luta Pela Terra na Bacia do Rio Doce e suas Práticas de Medicina Popular”, coordenado pela Dra. Denise Nacif Pimenta do Instituto René Rachou – Fiocruz Minas da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-MG).

O objetivo principal deste projeto é compreender e analisar as dinâmicas das práticas da medicina popular no cotidiano de mulheres dos assentamentos e acampamentos na Bacia do Rio Doce.

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa pela sua proximidade com o tema proposto. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, sua participação é muito importante para a execução da pesquisa.

Caso aceite este convite, você participará de uma entrevista. Haverá um encontro para realização desta em um espaço público, em sua residência ou outro local de sua escolha. A entrevista terá duração de aproximadamente uma hora. Será gravada em áudio e filmada. Todos os procedimentos de gravação de áudio e vídeo somente serão realizados se houver a sua autorização prévia. Caso queira que grave somente em áudio (sem filmagem), você poderá indicar no momento da entrevista.

De modo geral, o benefício será o de contribuir para o mapeamento, análise e problematização do campo da Saúde Coletiva no Brasil por meio das narrativas das mulheres assentadas e acampadas do Médio Rio Doce que utilizam da Medicina Popular como forma tratativa de saúde em seus lugares de fala e pertencimento social. Os participantes não terão quaisquer despesas decorrentes da pesquisa e todos os cuidados serão tomados para evitar quaisquer danos decorrentes da mesma.

O principal risco de participação nesta pesquisa é de um possível constrangimento durante a entrevista. Entretanto, os pesquisadores se comprometem a deixar o ambiente o mais tranquilo

e descontraído para que este tipo de situação não ocorra. Por não se tratar de uma pesquisa sigilosa, os participantes poderão se identificar se esse for seu desejo, no entanto, caso seja solicitado pelo participante o material obtido será mantido em sigilo tornando sua participação no documentário comprometida sendo somente utilizados para fins desta pesquisa. Em qualquer momento você terá plena liberdade de responder ou não às questões levantadas e /ou encerrar a sua participação.

Ao fim deste projeto, os resultados serão divulgados por meio de publicação de artigos em revistas científicas, relatórios e material de divulgação tais como manual colaborativo que irá sistematizar os saberes e práticas da medicina popular praticada pelas mulheres dos assentamentos e acampamento percorridos, além da produção de um documentário de curta duração gravado em áudio e vídeo com a anuência das participantes documentada através do termo de direito de cessão de uso de imagem e voz que poderá ter no momento da edição a supressão da imagem e distorção da voz se assim desejar. Todos os dados gerados (material impresso e áudio) serão armazenados em local seguro sob a guarda da coordenadora da pesquisa, por pelo menos 05 anos após o término da pesquisa, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/CPqRR.

Este termo está redigido em duas vias e você ficará com uma. Você deverá assinar o termo e rubricar as outras páginas, assim como o pesquisador responsável.

A qualquer momento você poderá solicitar informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos contatos fornecidos no final deste documento. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do CPqRR, órgão responsável por defender os interesses dos participantes da pesquisa.

Endereço da Coordenação da Pesquisa

Dra. Denise Nacif Pimenta

Instituto René Rachou

Avenida Augusto de Lima, 1715, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-002

Tel: (31) 3349 7700, E-mail: denise.pimenta@fiocruz.br

Endereço do Comitê de Ética do Instituto René Rachou - CEP/CPqRR

Secretaria: Bernadete Patrícia Santos

Instituto René Rachou

Avenida Augusto de Lima, 1715, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.190-002

Tel.: (31) 3349 7825, E-mail: bernadet@fiocruz.br

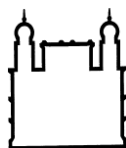
Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Autorizo a gravação em áudio e filmagem.

Local e Data: _____

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Assinatura Pesquisadora Coordenadora - Dra. Denise Nacif Pimenta



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Pesquisas René Rachou

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Por meio deste instrumento particular, autorizo de forma irrevogável e irretratável, os pesquisadores do trabalho intitulado “Resgatando memórias e saberes: Mulheres do Movimento de Luta pela Terra na Bacia do Rio Doce e suas práticas da Medicina Popular”, a utilizar minha imagem e som de voz, cujo as mesmas podem ser suprimidas e distorcidas respectivamente se assim for de meu desejo, na íntegra ou em partes, para o específico fim da exibição de um vídeo que será resultado desta pesquisa, bem como para a elaboração de Manual Colaborativo sistematizando os saberes e práticas da medicina popular praticada pelas mulheres dos assentamentos e acampamentos percorridos. O vídeo poderá ser exibido por qualquer meio, inclusive, mas não limitado, a cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e emissoras de rádio. Ressalto que se for de minha vontade, posso

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a equipe de pesquisa, conforme definido acima.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____.

Assinatura

Nome Completo: _____

Nacionalidade: _____

Endereço: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Anexo II - Roteiro para entrevistas com as mulheres dos assentamentos e acampamento

Projeto: Resgatando memórias e saberes: Mulheres do Movimento Sem Terra no Vale do Rio Doce e suas práticas populares de saúde

Coordenadora: Denise Nacif Pimenta

Entrevistadora: Cibele Lima dos Santos

Tipo: Entrevista Semiestruturada

Entrevistados:

Data e Local de residência:

Horário de Início:

Horário de Término:

Formato gravação: Digital

1. Fale um pouco de você, seu nome, idade, profissão, crença religiosa (caso possua). Conte-nos um pouco de sua entrada no movimento e qual o sentido de ser mulher no contexto de luta pela terra.
2. A partir de sua experiência o que você entende sobre os processos de saúde e doença?
3. Quais os serviços de saúde que você utiliza e qual sua opinião e acesso a eles?
4. Você faz uso da medicina popular? Como você entende e faz uso dessa prática? Poderia falar um pouco sobre esse uso.
5. Você observa se as pessoas da comunidade conhecem e procuram a medicina popular? Porque você acha que elas procuram?
6. Para além da medicina popular quais outras práticas que as pessoas buscam? Dê exemplos.
7. Existe algum tipo de incentivo ou barreiras para diferentes usos da medicina popular? Por parte de quem e em qual contexto?
8. Para você existe a relação entre memória e medicina popular? Especifique.
9. Pensando os serviços de saúde e a medicina popular, quem são as pessoas atuantes no qual você se relaciona?

Anexo III - Parecer Consubstanciado Comitê de Ética em Pesquisa

INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Resgatando memórias e saberes: Mulheres do Movimento de Luta pela Terra na Bacia do Rio Doce e suas práticas da Medicina Popular

Pesquisador: Denise Nacif Pimenta

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 29105720.8.0000.5091

Instituição Proponente: Instituição Instituto René Rachou/FIOCRUZ Minas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.000.974

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta a pendências apontadas em Parecer 3.921.059 emitido em 17/03/2020 no âmbito do projeto de pesquisa "Resgatando memórias e saberes: Mulheres do Movimento de Luta pela Terra na Bacia do Rio Doce e suas práticas da Medicina Popular", coordenado pela Dra. Denise Nacif Pimenta.

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender e analisar as dinâmicas das práticas da medicina popular no cotidiano de mulheres dos assentamentos e acampamentos situados no Médio do Rio Doce, Minas Gerais compreendendo os municípios de Governador Valadares, Tumiritinga e Açucena. Almeja-se analisar o Movimento de luta pela terra sob a perspectiva de gênero, história e da saúde. Assim, nos interessa compreender os aspectos históricos da medicina popular, estreitando o diálogo com as mulheres de luta pela terra e seu protagonismo no setor de saúde popular nos acampamentos e assentamentos do Médio Rio Doce. Para tal, nos ancoramos na metodologia de História Oral a fim de construir narrativas sobre as práticas de cura e cuidado com a saúde nesses espaços. A medicina popular desempenha uma grande função social na vida das pessoas que vivem no campo, pois, comumente é a ela que os assentados e acampados recorrem para socorrer os males imediatos e violentos da resistência do cotidiano dos movimentos sociais. Assim, a medicina popular ressignifica a vida das mulheres no campo. Ademais, a relação da terra com a natureza são símbolos que se complementam e atribui significado à luta.

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqr@cpqrr.fiocruz.br

**INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS**



Continuação do Parecer: 4.000.974

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender e analisar as dinâmicas das práticas da medicina popular no cotidiano de mulheres dos assentamentos e acampamentos na Bacia do Rio doce.

Objetivos Secundários:

1. Resgatar a memória e delinear coletivamente uma narrativa de história oral de vida das mulheres assentadas e acampadas da região de estudo;
2. Construir um acervo de depoimentos orais sobre a vida de mulheres envolvidas em movimentos sociais de luta pela terra na região de estudo;
3. Mapear os saberes e as práticas de saúde e de Medicina Popular da comunidade dos assentados e acampados do Médio Rio Doce;
4. Propor o desenvolvimento de um manual colaborativo sistematizando os saberes e práticas da medicina popular praticada pelas mulheres dos assentamentos e acampamento percorrido;
5. Documentar e divulgar através de um documentário de curta duração a memória dos saberes e práticas da medicina popular baseada no conhecimento das famílias assentadas e acampadas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Risco: constrangimento durante a realização das entrevistas, mas as entrevistadoras deixarão as participantes confortáveis para responder ou não as perguntas, além de poderem encerrar sua participação a qualquer momento. Está afirmado que não haverá outros riscos, respeitando a dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do próprio participante. Todas as entrevistas serão gravadas em gravadores digitais e em vídeo, cujo único fim é o de seguir os propósitos da pesquisa.

Benefício: contribuição para o mapeamento, análise e problematização do campo da Saúde Coletiva no Brasil por meio das narrativas das participantes da pesquisa que fazem uso da Medicina Popular.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como já apontado em Parecer anterior, a pesquisa é pertinente e relevante. Todas as pendências apontadas em Parecer 3.921.059, emitido em 17/03/2020, foram resolvidas a contento, conforme detalhamento abaixo:

1. Explicitou-se nos objetivos, na metodologia, no TCLE e no termo de anuência para uso de imagem que a pesquisadora propunha a realização de um documentário de curta duração, mas

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqr@cpqrr.fiocruz.br

**INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS**



Continuação do Parecer: 4.000.974

que a entrevistada participará, caso queira, e o fazendo poderá ter sua imagem distorcida, se assim desejar.

2. Foram retiradas do projeto menções à realização de exposições e à composição de acervo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados. Para esta análise foram observados os documentos postados no dia 01/04/2020.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise criteriosa, constatamos que o estudo atende aos aspectos fundamentais das Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016 sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Diante do exposto, o Comitê de Ética do IRR/FIOCRUZ Minas, de acordo com as atribuições a ele concedidas pela Legislação vigente, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto. Firma-se, diante deste documento, a necessidade de serem apresentados os relatórios anuais e final, bem como a notificação de eventos adversos, de emendas ou modificações no protocolo para apreciação do CEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1507127.pdf	01/04/2020 12:14:26		Aceito
Parecer Anterior	Parecer_Consubstaciado_Cibele.pdf	01/04/2020 12:14:03	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Outros	Autorizacao_uso_imagem_som.pdf	01/04/2020 12:10:27	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_alterado_CEP_respostas.pdf	01/04/2020 12:03:29	Denise Nacif Pimenta	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Reenvio_TCLE_modificado.pdf	01/04/2020 12:02:43	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Cronograma	Cronogra_execucao.pdf	16/02/2020 10:40:22	Denise Nacif Pimenta	Aceito
Orçamento	Planilha_orcamentaria.pdf	16/02/2020	Denise Nacif	Aceito

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqr@cpqr.fiocruz.br

INSTITUTO RENÉ RACHOU
FIOCRUZ- MINAS



Continuação do Parecer: 4.000.974

Orçamento	Planilha_orcamentaria.pdf	10:07:39	Pimenta	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto_Cibele.pdf	16/02/2020 09:57:22	Denise Nacif Pimenta	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 30 de Abril de 2020

Assinado por:
Ana Paula Granato Ribeiro
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Augusto de Lima, 1715

Bairro: Barro Preto

CEP: 30.190-002

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3349-7825

Fax: (31)3349-7825

E-mail: cepsh-cpqrr@cpqrr.fiocruz.br